

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**TCA 174-1**

**PONTOS DE CONTROLE  
DA  
AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL**

**2018**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**TCA 174-1**

**PONTOS DE CONTROLE  
DA  
AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL**

**2018**





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA CENCIAR Nº 109/AMNO, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova edição da Tabela de Pontos de  
Controle da Auditoria Interna  
Governamental.

**O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 18, do Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, ROCA 21-91, aprovado pela Portaria nº 631/GC3, de 9 de maio de 2018, e conforme o que consta do Processo nº 67022.000738/2018-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da Tabela de Pontos de Controle da Auditoria Interna Governamental, em formato digital – TCA 174-1 (Digital).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA  
Chefe do CENCIAR

(Publicada no BCA nº 198, de 13 de novembro de 2018)



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b>  | 9  |
| 1.1 <u>FINALIDADE</u>  | 9  |
| 1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>   | 9  |
| 1.2.1 AUDITORIA  | 9  |
| 1.2.2 AUDITORIA INTERNA  | 9  |
| 1.2.3 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL  | 9  |
| 1.2.4 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO   | 9  |
| 1.2.5 DEFICIÊNCIA  | 9  |
| 1.2.6 FISCALIZAÇÃO   | 9  |
| 1.2.7 IMPROPRIEDADE  | 9  |
| 1.2.8 IRREGULARIDADE   | 10 |
| 1.2.9 PONTO DE AUDITORIA   | 10 |
| 1.2.10 PONTO DE CONTROLE   | 10 |
| 1.2.11 RISCO   | 10 |
| 1.3 <u>ÂMBITO</u>  | 10 |
| <b>2 EMPREGO DOS PONTOS DE CONTROLE</b>                                      | 11 |
| 2.1 <u>EMPREGO</u>   | 11 |
| 2.1.1 FASE DE PLANEJAMENTO   | 11 |
| 2.1.2 FASE DE EXECUÇÃO   | 11 |
| 2.2 <u>PROPRIEDADES DOS PONTOS DE CONTROLE</u>                               | 11 |
| 2.3 <u>PROPRIEDADES DO PROCEDIMENTO</u>                                      | 11 |
| 2.4 <u>ESTRUTURA DA BASE NORMATIVA</u>                                       | 12 |
| 2.5 <u>INCONSISTÊNCIA</u>  | 12 |
| <b>3 DISPOSIÇÕES GERAIS</b>  | 13 |
| 3.1 <u>GESTÃO DOS PONTOS DE CONTROLE</u>                                     | 13 |
| 3.2 <u>ATUALIZAÇÃO DA TABELA</u>   | 13 |
| <b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS</b>  | 14 |
| 4.1 <u>VIGÊNCIA</u>  | 14 |
| 4.2 <u>SITUAÇÕES OMISSAS</u>   | 14 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 15 |
| <b>Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos</b> | 35 |
| A.1. <u>AGENTE DIRETOR</u>   | 35 |
| A.2. <u>ORDENADOR DE DESPESAS</u>  | 37 |
| A.3. <u>AGENTE DE CONTROLE INTERNO</u>                                       | 37 |
| A.4. <u>GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS</u>                                    | 41 |
| A.5. <u>CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO</u>                                     | 42 |
| <b>Anexo B – Licitações e Contratos</b>                                      | 43 |
| B.1. <u>LICITAÇÕES</u>   | 43 |
| B.2. <u>CONTRATOS</u>  | 53 |
| B.3. <u>CONVÊNIOS E OUTROS ACORDOS</u>                                       | 62 |
| B.4. <u>CREDENCIAMENTO</u>   | 62 |
| <b>Anexo C – Finanças e Pessoal</b>  | 65 |
| C.1. <u>PONTOS BÁSICOS DA GESTÃO FINANCEIRA</u>                              | 65 |
| C.2. <u>FINANÇAS</u>   | 66 |
| C.3. <u>FATURAMENTO HOSPITALAR</u>   | 71 |

|   |     |
|---|-----|
| C.4. <u>SUBSISTÊNCIA</u> .....                        | 72  |
| C.5. <u>SERVIÇOS ESPECIAIS</u> .....                  | 72  |
| C.6. <u>REEMBOLSÁVEL</u> .....                        | 73  |
| C.7. <u>SEÇÃO COMERCIAL</u> .....                     | 73  |
| C.8. <u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u> .....                  | 74  |
| C.9. <u>PONTOS BÁSICOS DA GESTÃO DE PESSOAL</u> ..... | 75  |
| C.10. <u>PESSOAL MILITAR</u> .....                    | 80  |
| C.11. <u>PESSOAL CIVIL</u> .....                      | 82  |
| C.12. <u>INATIVOS E PENSIONISTAS</u> .....            | 84  |
| C.13. <u>AUXILIARES LOCAIS</u> .....                  | 85  |
| <b>Anexo D – Bens Patrimoniais</b> .....              | 87  |
| D.1. <u>PONTOS BÁSICOS</u> .....                      | 87  |
| D.2. <u>MATERIAL DE INTENDÊNCIA</u> .....             | 91  |
| D.3. <u>MATERIAL AERONÁUTICO</u> .....                | 93  |
| D.4. <u>MATERIAL DE SUBSISTÊNCIA</u> .....            | 94  |
| D.5. <u>MATERIAL DE SAÚDE</u> .....                   | 95  |
| D.6. <u>MATERIAL BÉLICO</u> .....                     | 95  |
| D.7. <u>MATERIAL DE INFRAESTRUTURA</u> .....          | 95  |
| D.8. <u>PREFEITURA</u> .....                          | 96  |
| D.9. <u>PRVF</u> .....                                | 97  |
| D.10. <u>REGISTRO</u> .....                           | 97  |
| D.11. <u>IMÓVEIS</u> .....                            | 99  |
| <b>Anexo E – Pontos Comuns</b> .....                  | 101 |
| E.1. <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u> .....            | 101 |
| E.2. <u>NORMAS DE ESCRITURAÇÃO</u> .....              | 101 |
| E.3. <u>GESTÃO ADMINISTRATIVA</u> .....               | 102 |
| E.4. <u>INSTALAÇÕES E QUALIFICAÇÃO</u> .....          | 103 |
| <b>Anexo F – Obras e Serviços de Engenharia</b> ..... | 105 |
| F.1. <u>PLANEJAMENTO</u> .....                        | 105 |
| F.2. <u>PROJETO</u> .....                             | 106 |
| <b>Anexo G – Auditoria de Contas</b> .....            | 109 |
| G.1. <u>AValiação</u> .....                           | 109 |



## **PREFÁCIO**

Nos últimos anos, o uso cada vez mais intensivo de tecnologias gerou mudanças na gestão pública e privada. A sociedade e as demais partes interessadas passaram a exigir melhor qualidade nos serviços prestados, mais transparência, mais responsabilidade dos gestores e prestação de contas mais adequada por parte das organizações. Essas demandas obrigaram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a se modernizar, com a adoção de uma metodologia alinhada às Normas Internacionais de Auditoria Interna, atuando na avaliação da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

O Tribunal de Contas da União, com base no Referencial Básico de Governança, editado em 2013 e revisado em 2014, publicou inúmeros acórdãos sobre o tema: o Acórdão nº 2622/2015 – TCU – Plenário demandou a publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Nesse cenário, a Secretaria Federal de Controle Interno, Órgão Central do Sistema de Controle Interno, editou a Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017, aprovando o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Assim, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), como Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, foi designada, no âmbito do Comando da Aeronáutica, como Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG).

Essa transformação obrigou o CENCIAR a atuar no atendimento das demandas das diferentes partes interessadas, exigindo dos auditores internos governamentais a adequação de suas habilidades e a reformulação de estratégias.

Neste contexto, a presente Tabela dos Pontos de Controle da Auditoria Interna Governamental se insere como uma ferramenta de auxílio aos trabalhos dos auditores, servindo, também, como um referencial para os gestores.

Alinhado com as mais recentes normas sobre suas atividades, o CENCIAR espera contribuir cada vez mais para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, agregando valor às atividades das diferentes organizações do Comando da Aeronáutica.



## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A finalidade desta Tabela é a de divulgar, para os auditores e as demais partes interessadas, os pontos de controle das atividades de auditoria interna governamental.

### **1.2 CONCEITUAÇÕES**

#### **1.2.1 AUDITORIA**

Auditoria é uma técnica de trabalho que visa a avaliar a gestão pública sob o enfoque dos seus processos e resultados gerenciais.

#### **1.2.2 AUDITORIA INTERNA**

Auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

#### **1.2.3 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL.**

Auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, com o propósito de aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

#### **1.2.4 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO**

Controles internos da gestão são o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração e pelo corpo de servidores públicos, militares e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais sejam alcançados.

#### **1.2.5 DEFICIÊNCIA**

A palavra deficiência, em sua etimologia, significa falta, fraqueza. Por extensão de sentido, na gestão pública significa que um setor ou um processo funciona inadequadamente, causando distorção no resultado esperado.

#### **1.2.6 FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização é uma técnica de trabalho que visa a comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde ao estabelecido, precipuamente mediante inspeção física.

#### **1.2.7 IMPROPRIEDADE**

A impropriedade consiste em falha de natureza formal da qual não resulta dano ao Erário, porém evidencia-se a inobservância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.

### **1.2.8 IRREGULARIDADE**

A irregularidade caracteriza-se pela inobservância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, constatando-se a existência de desfalque, alcance ou desvio de bens que resulta em dano ao Erário.

### **1.2.9 PONTO DE AUDITORIA**

O ponto de auditoria, também denominado achado de auditoria, é qualquer fato significativo digno de relato pelo auditor, que decorre da comparação entre a situação encontrada e o critério e que deve ser devidamente comprovado por evidências juntadas ao relatório.

### **1.2.10 PONTO DE CONTROLE**

Ponto de controle é a situação considerada como de interesse para exame e avaliação.

### **1.2.11 RISCO**

Risco é a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade.

## **1.3 ÂMBITO**

A presente Tabela se aplica às Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

## **2 EMPREGO DOS PONTOS DE CONTROLE**

### **2.1 EMPREGO**

O auditor empregará o ponto de controle durante as atividades de auditoria interna governamental, em pelo menos dois momentos: na fase de planejamento e na fase de execução.

#### **2.1.1 FASE DE PLANEJAMENTO**

Na fase de planejamento, o auditor deverá selecionar os pontos de controle que serão examinados durante os trabalhos de campo.

#### **2.1.2 FASE DE EXECUÇÃO**

Na fase de execução, o auditor poderá consultar o procedimento a ser seguido para o exame ou verificação do ponto de controle selecionado, realizando os seguintes passos:

- a) na auditoria em execução, o auditor deverá clicar no botão <Propriedades>, localizado no menu inferior direito da tela;
- b) ao abrir a janela Propriedades da Auditoria, o auditor deverá rolar a tela até o campo Pontos de Controle;
- c) o auditor seleciona o ponto de controle e clica sobre ele, com o lado esquerdo do mouse, para abrir a janela Detalhar Ponto de Controle, em que consta a descrição, o procedimento e a base normativa.

### **2.2 PROPRIEDADES DOS PONTOS DE CONTROLE**

No Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC), a descrição de um Ponto de Controle é estruturada com os seguintes campos (Propriedades):

- a) Função – área de exame (e. g., Licitações e Contratos, Bens Patrimoniais);
- b) Atividade – subáreas (e. g., Licitações, Contratos, Pontos Básicos, Material de Saúde);
- c) Tarefa – que recebe a denominação comum de PONTOS DE CONTROLE;
- d) Item – é a descrição do ponto de controle em forma de pergunta e redigida de forma positiva, seguida da remissão normativa entre parênteses;
- e) Tipo – pode ser Protocolo ou Questão; e
- f) Situação – pode ser Aprovado ou Desativado.

### **2.3 PROPRIEDADES DO PROCEDIMENTO**

No AUDIFISC, a descrição do Procedimento é estruturada com os seguintes campos (Propriedades):

- a) Referentes ao Ponto de Controle:
  - Função – área de exame (e. g., Licitações e Contratos, Bens Patrimoniais);
  - Atividade – subáreas (e. g., Licitações, Contratos, Pontos Básicos, Material de Saúde);
  - Tarefa – que recebe a denominação comum de PONTOS DE CONTROLE;

– Item – é a descrição do ponto de controle em forma de pergunta e redigida de forma positiva, seguida da remissão normativa entre parênteses;

b) Procedimento – é a descrição de como o auditor deve atuar para realizar o exame referente ao ponto de controle; e

c) Base Normativa – é a descrição do dispositivo normativo estabelecido como critério (ou padrão).

## **2.4 ESTRUTURA DA BASE NORMATIVA**

No AUDIFISC, o banco de dados da BASE NORMATIVA é estruturado com os seguintes campos:

a) Natureza – tipo do normativo (Constituição, Lei Complementar, Lei, Decreto, Instrução Normativa etc);

b) Número/Origem – número do normativo e sigla do órgão;

c) Data – data da assinatura do normativo;

d) Publicação – data da publicação do normativo;

e) Link – para a inserção do link da página oficial em que o normativo pode ser consultado;

f) Ementa – texto da ementa do normativo, se ordinatório, ou de sua finalidade, se de outro formato.

## **2.5 INCONSISTÊNCIA**

O auditor ao encontrar qualquer inconsistência quando do emprego de ponto de controle deverá comunicar formalmente à Assessoria de Metodologia e Normas (AMNO), apresentando, se possível, uma proposta de correção adequadamente fundamentada.

### **3 DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **3.1 GESTÃO DOS PONTOS DE CONTROLE**

A gestão dos pontos de controle, compreendendo a inclusão, alteração, desativação ou exclusão do banco de dados do AUDIFISC é da competência da Assessoria de Metodologia e Normas (AMNO).

#### **3.2 ATUALIZAÇÃO DA TABELA**

A atualização desta publicação é da competência da Assessoria de Metodologia e Normas (AMNO), que deverá observar o cumprimento das disposições vigentes.

## **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **4.1 VIGÊNCIA**

A presente Tabela entra em vigência a partir de sua publicação.

### **4.2 SITUAÇÕES OMISSAS**

As situações omissas serão submetidas à apreciação do Chefe do CENCIAR.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 5419-1: Proteção contra descargas atmosféricas*. Parte 1: Princípios gerais. Rio de Janeiro, 2015, 67 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6484: Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio*. Rio de Janeiro, 2001, 17 p.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 maio 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Complementar nº 116, 31 de julho de 2003*. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [147], Poder Executivo, Brasília, DF, 01 ago. 2003. Seção 1, p. 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/LCP/Lcp116.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; [...]. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2006 [31 jan. 2009] [31 jan. 2012] [06 mar. 2012]. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993*. Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1993. Seção 1, p. 1797. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/lcp73.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp73.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996*. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - Lei Kandir. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 1996. Seção 1, p. 18261. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/Lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp87.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001*. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 2001. Seção 1, p. 2. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001*. Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10192.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta o Art. 182 e o Art. 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002*. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2002 [30.07.2002]. Seção 1, p. 1 [Seção 1, p. 1]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.421, de 21 de dezembro de 2006*. Altera o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a Tabela V do Anexo IV da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11421.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11421.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, [...] e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010*. Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112232.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos, Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Poder Executivo federal; [...]; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 2012. Seção 1, p. 30. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12778.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 13.105, de 16 março de 2015*. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017*. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964 [09 abr. 1964] [03 jun. 1964]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/14320.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977*. Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 dez. 1977. Seção 1, p. 16871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L6496.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6496.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977*. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras

providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1977. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989*. Concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião, de seu licenciamento. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1989. Seção 1, p. 24076. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L7963.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7963.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8112cons.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993 [06 jul. 1994]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 1998 [17 fev. 1998]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 maio 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9636.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998*. Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jun. 1998. Seção 1, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/19657.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/19657.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999*. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 fev 1999 [11 mar. 1999]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9784.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016*, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Diário Oficial [da] União [89], Brasília, DF, 11 maio 2016. Seção 1, p. 14. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in\\_cgu\\_mpog\\_01\\_2016.pdf](http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_mpog_01_2016.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. *Normas do Sistema de Subsistência: NSMA 145-1*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 114/EM, de 28 de janeiro de 1983. Rio de Janeiro, 1983. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 09 fev. 1983. Seção 1, p. 25. Rio de Janeiro, 1983.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Implantação de Grupamentos de Apoio: MCA 21-1*. Aprovado pela Portaria EMAER nº 49/ISC, de 14 de dezembro de 2015. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [233], Rio de Janeiro, RJ, 18 dez. 2015. Quarta Parte, Seção I, Fl. 11694. 141 p. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Seção Comercial em Organizações do Ministério da Aeronáutica: IMA 19-79*. Aprovada pela Portaria nº 166/GM3, de 12 de março de 1997. Diário Oficial [da] União [49], Brasília, DF, 13 mar. 1997. Seção 1, p. 5006. Boletim Externo Ostensivo [do] EMAER [9], Brasília, 14 mar. 1997.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. *Portaria nº 609/GM1, de 17 de agosto de 1990*. Regula a concessão de compensação pecuniária de que trata a Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 99.425, de 30 de julho de 1990. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 ago. 1990. Seção 1, p. 15768. Boletim [do] Ministério [da] Aeronáutica [113-8], Rio de Janeiro, RJ, 31 ago. 1990, Fl. 47. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. *Procedimentos para Ressarcimento ao Erário: ICA 174-3*. Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 123/CENCIAR-4, de 26 de novembro de 2015. Boletim do Comando da Aeronáutica [221], Rio de Janeiro, RJ, 02 dez. 2015, fl. nº 11066. Brasília, 77 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Instrução para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos da Aeronáutica (ISAS): ICA 205-47*. Aprovada pela Portaria nº 1869/GC3, de 15 de dezembro de 2015. Boletim do Comando da Aeronáutica [237], Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 2015, fl. 11992. Brasília, 57 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Execução, em Tempo de Paz, do Transporte, em Território Nacional, dos Militares da Aeronáutica: ICA 177-31*. Aprovada pela Portaria nº 938/GC6, de 8 de setembro de 2004. Primeira modificação: Portaria nº 372/GC6, de 31 de março de 2005. Segunda modificação: Portaria nº 779/GC6, de 9 de agosto de 2006. Boletim do Comando da Aeronáutica [152], Rio de Janeiro, RJ, 15 ago. 2006, fl. 4927. Rio de Janeiro, 77 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Manual de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica: MCA 177-2 (Digital)*. Aprovado pela Portaria SDPP nº 16/PPCI, de 9 de setembro de 2014. Boletim do Comando da Aeronáutica [172], Rio de Janeiro, RJ, 11 set. 2014, fl. 7767. Rio de Janeiro, paginação irregular. Disponível em: <<http://www.dirad.intraer/index.php/legislação-pais/manual-eletronico-pais.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP para os Militares e Servidores do Comando da Aeronáutica: ICA 177-42*. Aprovada pela Portaria nº 474/GC4, de 25 de abril de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [72], Rio de Janeiro, RJ, 28 abr. 2016, fl. 2861. Rio de Janeiro, 30 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Engenharia. *Combustíveis e Lubrificantes: ICA 75-1*. Aprovada pela Portaria DIRENG nº 03/SDP, de

17 de março de 2000. Boletim Externo Ostensivo da DIRENG [1], Rio de Janeiro, RJ, 28 abr. 2000. Rio de Janeiro, 24 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Engenharia. *Instrução para Elaboração, Revisão e Aprovação de Planos Diretores de Organizações Militares: ICA 85-1*. Aprovada pela Portaria COMGAP nº 238/3EM, de 8 de dezembro de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [214], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2016, fl. 10914. Rio de Janeiro, 28 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica. *Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia: ICA 85-16*. Aprovada pela Portaria DIRINFRA nº 92/DGE, de 28 de julho de 2017. Boletim do Comando da Aeronáutica [148], Rio de Janeiro, RJ, 28 ago. 2017, fl. 8877. Rio de Janeiro, 61 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Noções de Microbiologia na Preservação de Alimentos: FCA 145-10*. Aprovado pela Portaria DIRINT nº 13, de 24 de março de 2008. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [60], Rio de Janeiro, RJ, 31 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Centro de Documentação da Aeronáutica. *Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER): ICA 10-1*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 99/DLE, de 12 de fevereiro de 2015. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [42], Rio de Janeiro, RJ, 05 mar. 2015. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Prestação de Contas do Serviço de Subsistência: ICA 145-4*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 54, de 5 de maio de 2008. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [86], Rio de Janeiro, RJ, 08 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Repasse e Comprovação de Etapas: ICA 145-6*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 199/PP6, de 17 de novembro de 2016. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [5], Rio de Janeiro, RJ, 10 jan. 2017. Quinta Parte, Seção III, Fl. 311.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Homologação da Folha de Pagamento do Pessoal Civil: ICA 177-38*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 10/DIR, de 21 de fevereiro de 2008. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [39], Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 2008. Quinta Parte, Seção III, Fl. 989.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. *Segurança de Explosivos: MCA 135-2*. Aprovado pela Portaria COMGAP nº 22, de 29 de maio de 2012. Alterado pela Portaria COMGAP nº 12/4EM, de 12 de maio de 2014. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [106], Rio de Janeiro, RJ, 01 jun. 2012. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [105], Rio de Janeiro, RJ, 05 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social: ICA 161-1*. Aprovada pela Portaria SDEE nº 10/EE4-SEC, de 10 de março de 2014. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [49], Rio de Janeiro, RJ, 13 mar. 2014. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [70], Rio de Janeiro, RJ, 11 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. *Instruções Reguladoras da Assistência Médico-Hospitalar: ICA 160-24*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 131/5EM, de 13 de julho de 2010. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [131], Rio de Janeiro, RJ, 19 jul. 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. *Ordem Técnica nº 002/DIRSA/2017, de 30 de janeiro de 2017*. Permuta de Medicamentos e Materiais de Consumo em Saúde nas Organizações de Saúde da Aeronáutica. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [18], Rio de Janeiro, RJ, 01 fev. 2017. Quinta Parte, Seção V, Fl. 1096. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. *Ordem Técnica nº 004/DIRSA/2014, de 18 de setembro de 2014*. Atividades com Raios X e Substâncias Radioativas nas Organizações de Saúde da Aeronáutica. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [191], Rio de Janeiro, RJ, 08 out. 2014. Quinta Parte, Seção V, Fl. 8493. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Assistência Pré-Escolar: ICA 161-11*. Aprovada pela Portaria SDEE nº 21/1EE1-1/SDEE, de 24 de junho de 2013. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [127], Rio de Janeiro, RJ, 05 jul. 2013. Quinta Parte, Seção III, Fl. 5848.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Programa de Ressarcimento de Assistência à Saúde aos Servidores Civis: ICA 161-3*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 18/GABINT, de 27 de abril de 2011. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [92], Rio de Janeiro, RJ, 16 maio 2011. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3598.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. *Instruções para a Prestação da Assistência de Saúde aos Beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica: ICA 160-23*. Aprovada pela Portaria DIRSA nº 6/SECGAB, de 30 de março de 2011. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [75], Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 2011. Quinta Parte, Seção V, Fl. 2938.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Auxílio-Transporte: ICA 161-14*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 44 /GABINT, de 15 de outubro de 2014. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [201], Rio de Janeiro, RJ, 22 out. 2014. Quinta Parte, Seção III, Fl. 9006. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [20], Rio de Janeiro, RJ, 30 jan. 2015. Quinta Parte, Seção III, Fl. 680.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Portaria nº 20/GABINT, de 22 de abril de 2014*. Dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários destinados à alimentação de pessoal, no exercício de 2014. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [76], Rio de Janeiro, RJ, 24 abr. 2014. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3195. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [88], Rio de Janeiro, RJ, 13 maio 2014. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3785.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Credenciamento de Entidades Consignatárias e Consignações em Folha de Pagamento: ICA 177-2*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 68, de 5 de julho de 2007. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [130], Rio de Janeiro, RJ, 09 jul. 2007. Quinta Parte, Seção III, Fl. 4156. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [141], Rio de Janeiro, RJ, 25 jul. 2007. Quinta Parte, Seção III, Fl. 4518.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Pensão Alimentícia Judicial: ICA 177-29*. Aprovada pela Portaria nº 15/DIRINT, 21 de agosto de 2002. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [63], Rio de Janeiro, RJ, 21 ago. 2002. Quinta Parte, Seção III, Fl. 2836.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Habilitação à Pensão Civil: ICA 47-3*. Aprovada pela Portaria nº 11/DIRINT, de 18 de junho de 2003. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [114], Rio de Janeiro, RJ, 18 jun. 2003. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3440.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Declaração de Beneficiários: ICA 47-4*. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 32/SDIP, de 13 de maio de 2010. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [92], Rio de Janeiro, RJ, 18 maio 2010. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3525.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. *Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície: ICA 75-6*. Aprovada pela Portaria COMGAP nº 42/2EM, de 1º de

dezembro de 2011. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [232], Rio de Janeiro, RJ, 08 dez. 2011. Quarta Parte, Seção II, Fl. 9823.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. *Manual de Suprimento: MCA 67-1*. Aprovado pela Portaria DIRMAB nº 32, de 9 de março de 2007. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [95], Rio de Janeiro, RJ, 18 maio 2007. Quinta Parte, Seção IV, Fl. 3022. 480 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. *Normas para Prestação da Assistência Médico-Hospitalar no Sistema de Saúde da Aeronáutica: NSCA 160-5*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 1.513/2GAB, de 10 de julho de 2017. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [132], Rio de Janeiro, RJ, 02 ago. 2017. Quarta Parte, Seção IV, Fl. 7630. Brasília, 2017. 45 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Norma do Sistema de Provisões da Aeronáutica: NSCA 168-1*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 436/5EM, de 18 de maio de 2012. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [98], Rio de Janeiro, RJ, 22 maio 2012. Quarta Parte, Seção IV, Fl. 3391. Brasília, 2012. 57 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Sistema de Fardamento Reembolsável: NSCA 168-2*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 40/5EM, de 24 de abril de 2008. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [85], Rio de Janeiro, RJ, 07 maio 2008. Quarta Parte, Seção IV, Fl. 2598. Brasília, 2008. 41 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. *Distribuição Gratuita de Fardamento: NSCA 168-3*. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 976/5EM, de 11 de dezembro de 2012. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [241], Rio de Janeiro, RJ, 19 dez. 2012. Quarta Parte, Seção IV, Fl. 9294. Brasília, 2012. 33 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. *Organização e Funcionamento do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Edificações do Comando da Aeronáutica: NSCA 92-2*. Aprovada pela Portaria COMGAP nº 67/2EM, de 30 de novembro de 2005. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [238], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2005. Quarta Parte, Seção II, Fl. 7707. Rio de Janeiro, 2005. 51 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. *Portaria DIRMAB nº R-22, de 3 de setembro de 2004*. Cria o Módulo de Material Bélico do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS-MB). Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica Reservado [21], Rio de Janeiro, RJ, 15 set. 2004, Fl. 737. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Política e Estratégia de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica: DCA 360-1*. Aprovada pela Portaria nº 1.395/GC4, de 13 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União [240], Brasília, DF, 15 dez. 2005, Seção 1, p. 11. Boletim do Comando da Aeronáutica [8], Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 2006, fl. 165. Brasília, 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica: ICA 360-1*. Aprovada pela Portaria nº 1.397/GC4, de 13 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União [240], Brasília, DF, 15 dez. 2005, Seção 1, p. 11. Boletim do Comando da Aeronáutica [8], Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 2006, fl. 165. Brasília, 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Regulamentação das Organizações: ICA 19-1*. Aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União [14], Brasília, DF, 20 jan. 2005, Seção 1, p. 16. Boletim do Comando da Aeronáutica [18], Rio de Janeiro, RJ, 26 jan. 2005, fl. 545. Brasília, 41 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Instruções para a Elaboração e Execução do Plano Plurianual de Obras do Comando da Aeronáutica: ICA 86-1*.

Aprovada pela Portaria EMAER nº 13/SSC1, de 19 de julho de 2005. Boletim do Comando da Aeronáutica [137], Rio de Janeiro, RJ, 26 jul. 2005, fl. 4335. Brasília, 23 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica: ICA 12-20*. Aprovada pela Portaria nº 1124/GC4, de 31 de julho de 2015. Diário Oficial [da] União [148], Brasília, DF, 05 ago. 2015, Seção 1. p. 170. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [148], Rio de Janeiro, RJ, 11 ago. 2015. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 1.163/GC3, de 19 de outubro de 2005*. Estabelece procedimentos para a implantação e execução, no âmbito do Comando da Aeronáutica, da modalidade de licitação denominada pregão, na forma eletrônica, define responsabilidades e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [202], Poder Executivo, Brasília, DF, 20 outubro 2005. Seção 1, p.11. Boletim do Comando da Aeronáutica [199], Rio de Janeiro, RJ, 24 out. 2005, fl. 6530.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 1.309/GC4, de 14 de dezembro de 2004*. Disciplina a utilização, por terceiros, de bens imóveis da União sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, mediante cessão de uso. Diário Oficial [da] União [242], Poder Executivo, Brasília, DF, de 17 dez. 2004. Seção 1, p.38. Boletim do Comando da Aeronáutica [239], Rio de Janeiro, RJ, 23 dez. 2004, fl. 6467.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 582/GC4, de 6 de maio de 2015*. Regulamenta os procedimentos para a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, termos de parceria, protocolos de intenções e instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos no âmbito do Comando da Aeronáutica, nos termos que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [85], Poder Executivo, Brasília, DF, 07 maio 2015. Seção 1, p.10. Boletim do Comando da Aeronáutica [86], Rio de Janeiro, RJ, 11 maio 2015, fl. 3816.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 1.014/GC3, de 16 de julho de 2018*. Dispõe sobre datas comemorativas e a aplicação de recursos públicos em eventos institucionais, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências. Boletim do Comando da Aeronáutica [123], Rio de Janeiro, RJ, 18 jul. 2018. Fl. 7226.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 358/GC4, de 6 de abril de 2016*. Dispõe sobre a Classificação das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica quanto ao serviço de rancho. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [62], Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2340. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [63], Rio de Janeiro, RJ, 13 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2398. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 359/GC4, de 6 de abril de 2016*. Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação no âmbito das Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [62], Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2336. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [63], Rio de Janeiro, RJ, 13 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2396. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [72], Rio de Janeiro, RJ, 28 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2858. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 378/GC3, de 15 de março de 2017*. Dispõe sobre o Plano de Provas Aéreas e o Plano de Provas de Salto em Paraquedas. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 mar. 2017. Seção 1, p. 14. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [49], Rio de Janeiro, RJ, 27 mar. 2017. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2832. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Bens e Valores para o exercício de cargos e funções no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [92], Rio de Janeiro, RJ, 19 maio 2014. Terceira Parte, Seção I, Fl. 3914. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 785/GC6, de 18 de agosto de 2009*. Define condições para o pagamento do direito pecuniário de Ajuda de Custo ou Diária, nos casos de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização



Militar de origem. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [155], Rio de Janeiro, RJ, 20 ago. 2009. Terceira Parte, Seção I, Fl. 5468. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 976/GC6, de 23 de dezembro de 2002*. Estabelece as condições para a concessão, o pagamento e o controle do auxílio-invalidez, no âmbito do Comando da Aeronáutica. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [2], Rio de Janeiro, RJ, 03 jan. 2003. Terceira Parte, Seção I, Fl. 74. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. *Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica: MCA 172-3 (Digital)*. Brasília, paginação irregular. Disponível em: <<http://www.sefa.intraer/index.php/serviços/manuais/mca-172-3>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. *Fiscalização e Recebimento de Bens e de Serviços e de Aplicação de Sanções Administrativas: ICA 12-23*. Aprovada pela Portaria nº 1015/GC4, de 12 de julho de 2017. Boletim do Comando da Aeronáutica [121], Rio de Janeiro, RJ, 17 jul. 2017, fl. 6953. Brasília, 32 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. *Regulamento de Administração da Aeronáutica – RADA: RCA 12-1*. Aprovado pela Portaria nº 1.787/GC3, de 4 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União [235], Brasília, DF, 08 dez. 2017, Seção 1, p. 40. Boletim do Comando da Aeronáutica [213], Rio de Janeiro, RJ, 12 dez. 2017, fl. 14398. Brasília, 137 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. Diretoria de Administração da Aeronáutica. Centro de Apoio Administrativo. *Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas: MCA 172-4*. Aprovado pela Portaria SEFA nº 41/AJUR, de 12 de abril de 2017. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, 24 abr. 2017. Quarta Parte, Seção VIII, Fl. 3811. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina Militar de Defesa: MD51-M-04*. Aprovada pela Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007. 2ª ed. Boletim nº 006/MD, 09 fev. 2007. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01*. Aprovado pela Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. 5ª ed. Diário Oficial [da] União [14], Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 2016, Seção 1, p. 8. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas*. Aprovado pela Portaria Normativa nº 513/EMD/MD, de 26 de março de 2008. 3ª ed. Diário Oficial [da] União [59], Poder Executivo, Brasília, DF, 27 mar. 2008, Seção 1, p. 8. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 1.068/MD, de 8 de setembro de 2005*. Dispõe sobre a utilização do número único de processos relativos às atividades de comunicação administrativa no âmbito do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Diário Oficial [da] União [175], Poder Executivo, Brasília, DF, 12 set. 2005, Seção 1, p. 22.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 1.233/MD, de 11 de maio de 2012*. Dispõe sobre as hipóteses de cessão de uso de bens imóveis da União sujeitos à administração do Ministério da Defesa para atividades de apoio de que trata o inciso VI, do art. 12, do Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001, delega as competências que especifica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [92], Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 2012. Seção 1, p. 140.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 3.771/MD, de 30 de novembro de 2011*. Dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros do gênero por órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa, Comandos das Forças Singulares e entidades vinculadas. Diário Oficial [da] União [230], Poder Executivo, Brasília, DF, 01 dez. 2011, Seção 1, p. 38.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009*. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial [da] União [95], Poder Executivo, Brasília, DF, 21 maio 2009, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 1.243/MD, de 21 de setembro de 2006*. Dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à gestão de processos, no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas. Diário Oficial [da] União [184], Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2006, Seção 1, p. 5.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas: MD42-R-01*. Aprovado pela Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015. Diário Oficial [da] União [61], Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2015, Seção 1, p. 12. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária. *Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970*. Cria o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SINIEF, incorporando às suas respectivas legislações tributárias as normas consubstanciadas neste convênio. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 fev. 1971. Disponível em: <[https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/sinief/cvsn\\_70](https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/sinief/cvsn_70)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. *Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012*. Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 jan. 2012. Seção 1, p. 22. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. *Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009*. Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 nov. 2009. Seção 1, p. 35. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997*. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [22], Brasília, DF, 31 jan. 1997. Seção 1, p. 1887. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/041700/041701/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Instrução Normativa nº 6, de 31 de outubro de 2007*. Disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão. Diário Oficial [da] União [217], Brasília, DF, 12 nov. 2007. Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/042700/042706/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: Manual Web (Módulo 021130, versão 23)*. Brasília: STN, 28 mar. 2018 [Despesas com TI]. ///. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/021100/021130/>>. Acessos em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Federal de Controle. *Instrução Normativa Conjunta, de 10 de maio de 2000*. Disciplina procedimentos e prazos para o arquivamento de documentos e registro de conformidade. Diário Oficial [da] União [90], Brasília, DF, 11 maio 2000. Seção 1, p. 8. ///. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/042000/042004/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. *Portaria nº 236, de 22 de dezembro de 1994*. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico, estabelecendo as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos. Diário Oficial [da]

União [4], Brasília, DF, 05 jan. 1995. Seção 1, p. 299. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/rtac/pdf/rtac000180.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 169, de 15 de agosto de 2017*. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 ago. 2017. Seção 1, p. 166. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0169\\_15\\_08\\_2017.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0169_15_08_2017.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. *Portaria nº 453, de 1º de junho de 1998*. Aprova o Regulamento que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [103-E], Brasília, DF, 02 jun. 1998. Seção 1, p. 7. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/anvisa/legis/portarias/453\\_98.htm](http://www.anvisa.gov.br/anvisa/legis/portarias/453_98.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. *Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998*. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 19 maio 1998. Seção 1, p. 37 [31 dez. 1998. Seção 1, p. 50]. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. *Portaria nº 148, de 24 de março de 2011*. Revoga a Portaria Inmetro nº 83, de 1º de junho de 1990 e assegura a convalidação dos atos praticados. Diário Oficial [da] União [59], Brasília, DF, 28 mar. 2011. Seção 1, p. 106. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001689.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. *Portaria nº 23, de 25 de fevereiro de 1985*. Instruções relativas às condições a que devem satisfazer as bombas medidoras utilizadas em medições de volume de combustíveis líquidos. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000058.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. *Portaria nº 99/INMETRO, 9 de agosto de 1999*. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico, estabelecendo as condições mínimas que devem satisfazer os instrumentos medidores de comprimento quando das verificações inicial, periódica e eventual, e de conformidade aos respectivos modelos aprovados. Diário Oficial [da] União [NNN], Brasília, DF, 12 ago. 1999. Seção 1, p. 19. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000598.pdf>>. Acesso em: dia, mês e ano.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011*. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Diário Oficial [da] União [92], Brasília, DF, 16 maio 2011. Seção 1, p. 89. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000*. Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 08 jan. 2001. Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=271>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986*. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 fev. 1986.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial [da] União [247], Brasília, DF, 22 dez. 1997. Seção 1, p. 30841. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Portaria nº 363, de 28 de novembro de 2016*. Estabelece normas e diretrizes para a atualização cadastral dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional, constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), e dos anistiados políticos civis, e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 29 nov. 2016. Seção 1, p. 43. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=12939>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. *Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017*. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] União [100], Brasília, DF, 26 maio 2017. Seção 1, p. 90. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. *Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017*. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] União [100], Brasília, DF, 26 maio 2017. Seção 1, p. 90. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público. *Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017*. Estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 fev. 2017. Seção 1, p. 68. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=13212>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Portaria nº 11, de 13 de janeiro de 2016*. [Trata do valor mensal do auxílio-alimentação de que trata o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a ser pago aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional]. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jan. 2016. Seção 1, p. 57. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=11624>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010*. Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Diário Oficial [da] União [196], Brasília, DF, 13 out. 2010. Seção 1, p. 41. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/406-instrucao-normativa-n-02-de-11-de-outubro-de-2010>>. Acesso em: 29 jul 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014*. Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Alterações: Instrução Normativa nº 7, de 29 de agosto de 2014; Instrução

Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017. Diário Oficial [da] União [122], Brasília, DF, 30 jun. 2014. Seção 1, p. 135. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/301-instrucao-normativa-n-5-de-27-de-junho-de-2014-compilada>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. *Portaria Normativa nº 4, de 15 de setembro de 2009*. Estabelece orientações para aplicação do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 set. 2009. Seção 1, p. 97. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=6976>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Portaria nº 247, de 12 de junho de 2011*. Altera a Norma Regulamentadora nº 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): NR 5. Diário Oficial [da] União [134], Brasília, DF, 14 jul. 2011. Seção 1, p. 82.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Norma Regulamentadora nº 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): NR 5*. Aprovada pela Portaria nº 3.214, 8 de junho de 1978. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. Alterada pela Portaria nº 247, de 12 de junho de 2011. Diário Oficial [da] União [134], Brasília, DF, 14 jul. 2011. Seção 1, p. 82.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria nº 3.214, 8 de junho de 1978*. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 06 jul. 1978.

BRASIL. Presidência [da] República. Advocacia-Geral da União. *Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009*. Razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação. Diário Oficial [da] União [66], Brasília, DF, 07 abr. 2009. Seção 1, p. 14. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/189178>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994*. Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d1054.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1054.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995*. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 1995. Seção 1, p. 12114. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1590.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997*. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 jul. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997*. Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o Capítulo V da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que dispõe sobre o regime de contratação dos Auxiliares Locais. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 ago. 1997. Seção 1, p. 17528. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/decreto/D2299.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/D2299.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999*. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mar. 1999. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3000.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999*. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília,

DF, 07 maio 1999. Seção 1, p. 50. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3048.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000*. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 ago. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3555.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001*. Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3725.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3725.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001*. Regulamenta o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe sobre o auxílio-alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 ago. 2001. Seção 1, p. 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2001/D3887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D3887.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 32.604, de 22 de abril de 1953*. Regulamenta a Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, no que se refere aos militares [manipuladores e manipulados de radiologia]. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 1953. Seção 1, p. 74000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32604-22-abril-1953-329724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002*. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4307.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Seção 1, p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005*. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 out. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008*. Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 set. 2008 [15 set. 2008]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6555.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6555.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009*. Regulamenta o Art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2009. Seção 1, p. 6. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 7.922, de 18 de fevereiro de 2013*. Regulamenta as Gratificações de Qualificação - GQ, instituídas pelas Leis nº 9.657, de 3 de junho de 1998, nº 10.871, de 20 de maio de 2004, nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, e nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 fev. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7922.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7922.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013*. Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/D7983.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7983.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015*. Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 2015 [21 out. 2015]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 81.384, de 22 de fevereiro de 1978*. Dispõe sobre a Concessão de gratificação por atividades com raios-x ou substância radioativas e outras vantagens, previstas na Lei nº 1.234 de 14 de novembro de 1950, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 1978. Seção 1, p. 2672. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D81384.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D81384.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 84.905, de 14 de julho de 1980*. Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder, sob o regime de arrendamento, imóveis sob a sua jurisdição, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D84905.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D84905.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982*. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 1982. Seção 1, p. 15412. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D87497.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D87497.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018*. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986*. Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 abr. 1986. Seção 1, p. 4758. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1980-1989/D92512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1980-1989/D92512.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986*. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d93872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 99.425, de 30 de julho de 1990*. Regulamenta a Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, que concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jul. 1990. Seção 1, p. 14551. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1990-1994/D99425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D99425.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto nº 99.509, de 5 de setembro de 1990*. Veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 set. 1990. Seção 1, p. 17015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99509.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946*. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 set. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-Lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/Del9760.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. *Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001*. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 set. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2215-10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Presidência [da] República. Secretaria de Administração Pública. *Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988*. Racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 abr. 1988. Disponível em: <[http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205\\_88.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Nacional de Energia Nuclear. *Resolução CNEN nº 4, de 19 de abril de 1989*. Suspende a concessão de autorização para utilização de material radioativo em para-raios e determina o recolhimento imediato, à CNEN, do material radioativo remanescente dos para-raios desativados. Disponível em: <[http://memoria.cnen.gov.br/Doc/pdf/Legislacao/RS\\_CNENCD\\_04\\_1989.pdf](http://memoria.cnen.gov.br/Doc/pdf/Legislacao/RS_CNENCD_04_1989.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1019/2013 – TCU – Plenário*. Representação. Prestação de serviços de publicidade e propaganda. Mudança ilícita de composição societária de licitante. Fraude à licitação. Contratação direta. Orçamentação deficiente. Fuga ao regular certame licitatório. Servidor da entidade figurava como sócio da contratada. Violação do princípio da



moralidade. Multa. Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 24 abr. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1212/2014 – TCU – Plenário*. Monitoramento das determinações do Acórdão 2859/2013 - Plenário. Revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária). Necessidade de adoção de medidas para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes e para o ressarcimento dos valores pagos a maior, em relação às avenças já encerradas. Determinações parcialmente cumpridas. Apensamento ao processo de origem. Adoção de medidas suplementares para tornar efetivo o comando dos itens 9.2.3 e 9.3 da decisão monitorada. Relator: José Múcio Monteiro. Brasília, 14 maio 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1215/2013 – TCU – Plenário*. Representação. Seleção de entidade privada para a prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, no estado de São Paulo. Caracterização de que a entidade selecionada – Associação Hospitalar de Bauru – não atendia a alguns dos requisitos previstos no Edital de Convocação Pública 5/2007. Representação parcialmente procedente. [...]. Relator: Aroldo Cedraz. Brasília, 22 maio 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 163/2012 – TCU – Plenário*. Copa do Mundo de 2014. Adequação do Terminal de Passageiros 1 do aeroporto do Galeão/RJ. Sobre-preço em preços unitários e quantitativos. Licitação do tipo RDC. Correção do edital pela Infraero. Ciência aos interessados. Necessidade de regulamentar o trâmite processual dos autos relacionados ao Regime Diferenciado de Contratação (Lei nº 12.461, de 2011). Determinação à Segecex. Arquivamento. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 01 fev. 2012. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1732/2009 – TCU – Plenário*. Relatório de levantamento de auditoria. Fiscobras 2007. Implantação do terminal de Pecém/CE. Diversas irregularidades. Ausência de três propostas válidas em licitação na modalidade convite. Inobservância ao princípio da isonomia no processamento de licitação. Descumprimento de determinação do TCU. Rejeição de razões de justificativa. Multa. Determinações. Ausência de óbices à execução orçamentária e financeira do empreendimento. Ciência ao Congresso Nacional. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 05 ago. 2009. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário*. Administrativo. Conclusão dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interdisciplinar constituído por determinação do Acórdão nº 2.369/2011 – TCU – Plenário. Adoção de valores referenciais de taxas de Benefício e Despesas Indiretas – BDI para diferentes tipos de obras e serviços de engenharia e para itens específicos para a aquisição de produtos. Revisão dos parâmetros que vêm sendo utilizados pelo Tribunal de Contas da União por meio dos Acórdãos nºs. 325/2007 e 2369/2011, ambos do Plenário. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Brasília, 25 set. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário*. Representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU (Selog). Possível irregularidade em diversos contratos da Administração Pública Federal. Não revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária). Conhecimento. Necessidade de adoção de medidas para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes e para o ressarcimento dos valores pagos a maior, em relação às avenças já encerradas. Determinações. Monitoramento. Relator: José Múcio Monteiro. Brasília, 23 out. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 3006/2010 – TCU – Plenário*. Representação. Pregão Eletrônico NERJ/MS 72/2006. Possíveis irregularidades. Realização de inspeção. Conhecimento. Procedência parcial. Fixação de prazo para repactuação contratual. Expedição de alerta.

Ciência aos interessados. Arquivamento. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 10 nov. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 351/2010 – TCU – Plenário*. Consulta. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos produtores rurais e organizações de produtores, cadastrados pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. Não-atendimento dos requisitos de admissibilidade. Caso concreto. Não conhecimento. Envio de informações, em caráter excepcional. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Brasília, 03 mar. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 352/2016 – TCU – Plenário*. Relatório de auditoria. Fiscalização de orientação centralizada. Avaliação de ajustes firmados por órgãos estaduais e municipais com entidades privadas para a disponibilização de profissionais de saúde para atuarem em unidades públicas de saúde. Inexistência de estudos que demonstrem as vantagens de terceirização de serviços de saúde. Baixa ou nenhuma participação do Conselho Municipal de Saúde nas decisões. Ausência de planilha de composição de custos unitários. Fiscalização deficiente. Celebração de contrato de gestão com entidade privada não qualificada como organização social e com entidade privada com fins lucrativos. Termos de parcerias celebrados para mera intermediação de mão de obra, sem que a entidade tenha capacidade instalada própria. Oitivas. Determinações. Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 24 fev. 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 408/2012 – TCU – Plenário*. Representação. Irregularidades em edital de credenciamento. Adoção de critérios classificatórios que não se coadunam com o instituto do credenciamento. Conhecimento. Procedência parcial. Fixação de prazo para anulação do certame. Monitoramento. Ciência. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 29 fev. 2012. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 49/2000 – TCU – Primeira Câmara*. Tomada de Contas Especial. CINDACTA II. Recebimento indevido de valores, a título de férias e abono pecuniário, por ocasião do desligamento de servidor da FAB. Responsável revel. Contas irregulares. Débito. Determinação. Remessa de cópia ao MPU. Relator: Marcos Vilaça. Brasília, 15 fev. 2000. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 5178/2013 – TCU – Primeira Câmara*. Representação. Convênio. Recursos do FAT. Contratação de prestação de serviços educacionais de qualificação profissional. Utilização de sistema de credenciamento. Irregularidades no modelo implantado. Audiência da gestora responsável. Não acolhimento das justificativas. Atenuantes. Conhecimento. Procedência. Ciência aos interessados. Relator: Augusto Sherman Cavalcanti. Brasília, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 585/2005 – TCU – Segunda Câmara*. Auditoria. Fundo Nacional de Saúde. Apuração de denúncias de possíveis irregularidades quanto à liberação de recursos federais e aprovação das prestações de contas. Período de abrangência de 1998 a 2001. Audiência da representante do Fundo em Minas Gerais. Realização de inspeções em diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Conversão de alguns processos em tomadas de contas especiais e audiência dos responsáveis em outros autos. Acolhimento das justificativas da representante em Minas Gerais. Determinações. Recomendações. Juntada às contas. Relator: Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília, 19 abr. 2005. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 694/2014 – TCU – Plenário*. Representação. Possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviço de produção de materiais gráficos. Conhecimento. Adoção de medida cautelar, ante a presença dos pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. Confirmação de impropriedades que não possuem potencial lesivo capaz de macular o certame. Procedência parcial. Revogação da medida cautelar. Ciência. Relator: VALMIR CAMPELO. Brasília, 26 mar. 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 784/2018 – TCU – Plenário*. Representação. Recursos do Sistema Único de Saúde. Contratação complementar de prestadores de serviços de saúde. Notícia sobre a execução de despesas sem a realização de prévia licitação e sem cobertura contratual, bem como de emprego de convênio em vez de contrato administrativo. Comprovada a realização de chamamento público para credenciamento de entidades prestadoras de serviços ambulatorial, hospitalar e de apoio diagnóstico e terapêutico para atender, de forma complementar, a Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração baseada na tabela do SUS. Emprego indevido da denominação de convênio, porquanto os ajustes se caracterizam como contratos administrativos. Execução de despesas sem cobertura contratual. Determinação ao ente municipal para providenciar, se ainda não o fez, a assinatura dos contratos, nos termos da legislação aplicável. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Brasília, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Decisão nº 1230/2002 – TCU – Plenário*. Representação a respeito de contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC. Conhecimento. Provimento. Entendimento do Tribunal. Recomendação à Anatel. Ciência aos interessados, aos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU. Interessados: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro e Global Village Telecom Ltda. – GVT. Relator: Iram Saraiva. Brasília, 18 set. 2002. Diário Oficial [da] União [188], Brasília, DF, 27 set. 2002. Seção 1, p. 140. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Decisão nº 196/2001 – TCU – Plenário*. Representação formulada por licitante. Questionamentos quanto à legalidade da contratação de serviços de telefonia móvel celular, realizada por órgãos públicos, mediante inexigibilidade de licitação. Procedência parcial. Determinação. Interessada: Americel S. A. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 11 abr. 2001. 2008. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Decisão nº 444/1993 – TCU – Plenário*. MJ. Secretaria de Polícia Federal. Consulta sobre a possibilidade de realizar pagamento antecipado na compra de veículos especiais. Situação a envolver segurança pública e repercussão social. Excepcionalidade admitida. Conhecimento. Interessado: Ministro de Estado da Justiça. Relatora: Élvia L. Castello Branco. Brasília, 06 out. 1993. Diário Oficial [da] União [204], Brasília, DF, 26 out. 1993. Seção 1, p. 16041. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário*. Consulta formulada pelo Ministério da Educação. Possibilidade de contratação de serviços médico-assistenciais a servidores e dependentes, por meio de credenciamento de entidades e profissionais na área de saúde. Conhecimento. Interessado: Dr. Luciano Oliva Patrício, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Interino. Relator: Homero Santos. Brasília, 06 dez. 1995. Diário Oficial [da] União [248], Brasília, DF, 28 dez. 1995. Seção 1, p. 22557. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012*. Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial (Anexo III da Ata nº 49, de 28 de novembro de 2012 – TCU – Plenário – Sessão Ordinária). Alteração: Instrução Normativa TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016. Diário Oficial [da] União [235], Brasília, DF, 06 dez. 2012. Seção 1, p. 133. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CIN%5C20121204%5CINT2012-071.rtf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Súmula nº 253/2010 – TCU*. Aprovada pelo Acórdão nº 624/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Itens de materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas com incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de Súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. [...]. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 31 mar. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Súmula nº 258/2010 – TCU*. Aprovada pelo Acórdão nº 1350/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Proposição de Súmula com o intuito de consolidar o entendimento de que as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI devem integrar o orçamento que compõe o projeto básico de obra ou serviço de engenharia e devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes. Fixação de prazo para apresentação de emendas ou sugestões. Decurso do prazo concedido sem o oferecimento de emendas ou sugestões. Pertinência da proposta. Aprovação. Converte-se em Súmula o entendimento pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, no sentido de que "As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão verba ou de unidades genéricas". Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 09 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Súmula nº 259/2010 – TCU*. Aprovada pelo Acórdão nº 1380/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Definição do critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Obrigação do gestor. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. Converte-se em Súmula o entendimento, pacificado no âmbito do TCU, no sentido de que a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 16 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Súmula nº 260/2010 – TCU*. Aprovada pelo Acórdão nº 1524/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Exigência de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Obrigação do gestor. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. Converte-se em Súmula o entendimento, pacificado no âmbito do TCU, no sentido de que a exigência de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART é obrigação e não faculdade do gestor. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 30 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão [Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público]*. Aprovada pela Resolução nº 1.136, de 21 de novembro de 2008 [vigente até 31 dez. 2018]. Diário Oficial [da] União [229], Brasília, DF, 25 nov. 2008. Seção 1, p. 85. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001136](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001136)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017* [vigente a partir de 01 jan. 2019]. Diário Oficial [da] União [187], Brasília, DF, 28 set. 2017. Seção 1, p. 146. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. *Resolução nº 425, de 18 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [5], Brasília, DF, 08 jan. 1999. Seção 1, p. 34. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0425-98.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. *Resolução nº 361, de 10 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 dez. 1991. Seção 1, p. 28777. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0361-91.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

## **Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

### **A.1. AGENTE DIRETOR**

#### **A.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**A.1.1.1.** São realizadas ações para a separação dos resíduos descartados na sua fonte geradora, com destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis? (Decreto nº 5.940, de 2006, e incisos XI e XIX do Art. 57, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.2.** Os bens imóveis disponíveis e os bens móveis inservíveis ou excluídos, bem como a matéria prima aproveitável oriunda de exclusão sem aplicação na OM, estão sendo oferecidos a outras UG ou alienados? (Art. 168 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.3.** Foram estabelecidas instruções formais que exijam a verificação periódica dos militares e civis quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) na execução das atividades que coloquem em risco a integridade física do trabalhador? (Art. 166 da Lei nº 6.514, de 1977, e inciso II do § 1º, do Art. 44, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.4.** Há instruções formais para a substituição de todos os para-raios que utilizem material radioativo? (Resolução CNEN nº 4, de 19 de abril de 1989; NBR 5419-1, de 2015, da ABNT; e inciso II do § 1º, do Art. 44, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.5.** Foram estabelecidas formalmente medidas preventivas que visem à redução do consumo de energia elétrica? (inciso XXIX do § 1º, do Art. 47, e inciso XVII do Art. 52, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.6.** No âmbito da UG que dispõe de equipamentos radioativos, são realizadas auditorias periódicas (a cada dois anos, pelo menos), internas e externas, para rever a execução e a eficácia do Programa de Proteção Radiológica? (item 3.57 da Portaria nº 453, de 1º de junho de 1998, da SVS/MS)

**A.1.1.7.** Existe Norma Padrão de Ação (NPA) que oriente os fiscais de contrato quanto ao acompanhamento e fiscalização de todos os contratos administrativos de receita e despesa? (inciso IX do § 1º, do Art. 47, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.8.** O Agente Diretor designou, por indicação do ACI, por ocasião do encerramento do exercício financeiro, Comissões de, no mínimo, três membros, compostas por elementos estranhos à atividade de cada setor, para realizar os Inventários Analíticos dos Bens Patrimoniais (imóveis, móveis permanentes, incorpóreos ou intangíveis, incluindo-se os de informática, móveis de consumo de uso duradouro e de consumo em estoque)? (Art. 249 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.9.** Foi elaborado o Programa de Trabalho Anual, do qual constem as metas a serem atingidas e as tarefas a serem executadas pela UG, no período de um exercício financeiro, abrangendo os projetos e atividades necessários ao cumprimento da missão da OM? (Arts. 22 e 24, inciso V do § 1º, do Art. 44, e Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.10.** Os programas de computador de propriedade intelectual de terceiros, comercializados no país ou no exterior, utilizados na UG, encontram-se devidamente licenciados? (inciso IV do § 3º, do Art. 98, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

**A.1.1.11.** Existe NPA que discipline as atividades atinentes ao tratamento de efluentes industriais ou hospitalares gerados pela Organização? (§ 3º do Art. 225, da Constituição Federal, de 1988; Art. 14 da Lei nº 6.938, de 1981; inciso I do Art. 1º, da Lei nº 7.347, de 1985; Arts. 2º, 33 e 54 da Lei nº 9.605, de 1998; Art. 16 da Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011, do CONAMA/MMA)

**A.1.1.12.** A UG planeja, desenvolve e executa projetos que visam à preservação do meio ambiente? (Art. 57 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.13.** O Agente Diretor insere despacho fundamentado, no próprio Termo de Exame de Causas ou de Material, decidindo sobre: I - imputar o prejuízo à União ou responsabilizar o culpado; II - mandar excluir do patrimônio e dar baixa na escrituração ou recuperar o bem; e III - indicar o destino a ser dado ao bem, determinando a abertura de processo de alienação ou outra forma de desfazimento, mediante inutilização ou abandono, conforme o caso, observada a possibilidade de recuperação e, em caso negativo, se existe parte e/ou matéria-prima aproveitável ou passível de alienação? (incisos I, II e III do Art. 165, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.14.** O Exame de Material ou de Causas é realizado por Comissão especificamente designada pelo Agente Diretor, composta de, no mínimo, três membros, dos quais um, pelo menos, tenha conhecimento especializado ou técnico do material a examinar, conforme disposições contidas no RADA? São discriminadas contemporaneamente aos fatos relatados, impropriedades nos referidos exames? (Arts. 154 e 155 e inciso VI do § 1º do Art. 44 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.15.** O Plano Diretor da Unidade encontra-se atualizado e aprovado e foi revisado, modificado ou revalidado em função de ter decorrido dez anos desde a data de sua aprovação ou última atualização? (inciso XVI do § 1º do Art. 44 do RCA 12-1, de 2017 – RADA; itens 2.1.8, 5.1 e 5.2 da ICA 85-1, de 2016)

**A.1.1.16.** O Regulamento e o Regimento Interno da UG obedecem à legislação vigente? (ICA 19-1, de 2005)?

**A.1.1.17.** O Agente Diretor dirigiu o mapeamento dos macroprocessos de gestão, sob a responsabilidade de sua OM, bem como os trabalhos de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos aos quais esses encontram-se sujeitos? (incisos XVIII e XXI do § 1º do Art. 44 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.1.1.18.** Os Comandantes estão acompanhando a execução orçamentária de sua Unidade, de forma a assegurar, ao máximo possível, a execução dos Restos a Pagar (RP) e do atual orçamento, assim como de forma a reduzir, ao mínimo possível, o volume de recursos a inscrever em RP, contribuindo para minimizar o impacto financeiro desses na execução do orçamento do exercício seguinte? (Módulo 17 do MCA 172-3 – Digital)

**A.1.1.19.** O Plano Plurianual de Obras da Unidade encontra-se atualizado e aprovado pelo respectivo ODS? (ICA 86-1, de 2005)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos****A.2. ORDENADOR DE DESPESAS****A.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**A.2.1.1.** As justificativas de concessão de diárias por deslocamento, que incluíram ou tiveram seu início e término nos dias não úteis, foram realizadas de forma completa, clara e objetiva? (§ 2º do Art. 5º do Decreto nº 5.992, de 2006)

**A.2.1.2.** A Administração da UG utiliza o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), para cadastramento dos processos de compras e de contratações de serviços, que compreendem as etapas de divulgação eletrônica de Aviso de Licitação, publicação de Extrato de Dispensa e Inexigibilidade, geração de empenhos, registro de contratos e lançamento de medições, por fiscais de contrato? (Módulo 4 do MCA 172-3 – Digital)

**A.2.1.3.** A Administração adota, para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, a modalidade de licitação Pregão, preferencialmente na forma eletrônica? (Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto nº 5.450, de 2005)

**A.2.1.4.** A Administração diligencia para que não sejam concedidos adiantamentos de pagamento a pessoal, militar ou civil, em processo de desligamento do Comando da Aeronáutica, por motivo de assunção de cargo público, exclusão do serviço público ativo ou não reengajamento? (alínea “d” do Acórdão nº 49/2000 – TCU – Primeira Câmara; e Módulo 9 do MCA 172-3 – Digital)

**A.2.1.5.** A aplicação de recursos públicos pela UG em eventos institucionais do COMAER obedece à legislação vigente, condicionada à dotação orçamentária específica, diferente daquela voltada à atividade-fim, observada a Natureza de Despesa (ND) adequada a cada tipo de gasto? (Portaria Normativa nº 3.771/MD, de 30 de novembro de 2011; e Portaria nº 1.014/GC3, de 16 de julho de 2018)

**A.2.1.6.** São adotadas medidas para impedir a ocorrência de fracionamento de despesa nos suprimentos de fundos de despesas de pequeno vulto? (Módulo 4 do MCA 172-3 – Digital)

**A.2.1.7.** São adotadas medidas para impedir pagamentos antecipados a fornecedores, exceto nos casos em que este procedimento estiver previsto no ato convocatório da licitação, quando existir garantia integral sobre o valor antecipado ou quando houver fundamentado estudo no processo licitatório que comprove a significativa economia de recursos e evidente vantagem para a Administração? (Arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 1964; inciso VI do Art. 5º; Arts. 55 e 56 da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986; Decisão nº 444/1993 – TCU – Plenário; e Acórdão nº 585/2005 – TCU – Segunda Câmara)

**A.2.1.8.** Os procedimentos licitatórios são verificados e aferidos em conformidade com a legislação pertinente? (inciso II do § 1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3. AGENTE DE CONTROLE INTERNO****A.3.1. PONTOS DE CONTROLE**

**A.3.1.1.** A Ata da Reunião da Administração foi transcrita em Boletim Interno, até o quinto dia útil após a sua realização? (inciso XVII do §1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

**A.3.1.2.** A cobrança do ICMS, nas faturas de energia elétrica, é realizada sobre o consumo efetivo? (Art. 155 da Constituição Federal, de 1988; inciso I do Art. 2º da Lei Complementar nº 87, de 1996)

**A.3.1.3.** Existe acompanhamento formal das médias de consumo de combustível, em km/l, por viatura, bem como a análise das alterações verificadas e a adoção de medidas saneadoras? (item 6.1.1 da ICA 75-1, de 2000)

**A.3.1.4.** Existem Controles sobre os Instrumentos de Medição e Conversão Volumétrica da UG? a) os instrumentos de medição, passíveis de calibração (balanças de pesagem, bombas de abastecimento e outros), são aferidos anualmente e submetidos à vistoria, por parte de órgão oficial ou por entidade por esse credenciada?; b) os tanques de combustível dispõem de régua de conversão volumétrica ou outro instrumento de medição, devidamente certificado por órgão oficial ou por entidade por esse credenciada, de modo a proporcionar condições de confronto entre os volumes escriturados e os existentes?; e c) os instrumentos de medição, utilizados nos setores comerciais, estão certificados por órgão oficial ou por entidade por esse credenciada? (Portarias nº 23/INMETRO, de 1985; nº 148/INMETRO, de 2011; nº 236/INMETRO, de 1994; nº 99/INMETRO, de 1999)

**A.3.1.5.** Há controle sobre as obras executadas, as prestações de serviços e os contratos administrativos (de receita e de despesa), de modo a certificar se todas as cláusulas são cumpridas? (Art. 67 e alínea "b" do inciso I do Art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso IV do § 2º do Art. 47 do RCA 12-1 – RADA 2017; e item 1.2.20 da ICA 12-23, de 2017)

**A.3.1.6.** Há controle sobre os prazos de passagem e assunção de cargo? (Art. 41, caput e § 1º; inciso XXIV do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.7.** O Agente de Controle Interno é o chefe do setor de controle? (inciso I do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.8.** O Agente de Controle Interno elaborou o Calendário Administrativo para o acompanhamento e o controle das obrigações dos diversos setores da UG? (inciso XXVII do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.9.** O Agente de Controle Interno realiza visitas de inspeção periódicas aos diversos setores da UG e verifica o estado de conservação e o adequado emprego dos bens em depósito, distribuídos para o serviço ou em uso pelo pessoal? (incisos IV e XXVIII do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.10.** O Agente de Controle Interno ou servidor, formalmente designado pela Administração da Unidade Gestora, registra, até três dias úteis, no SIAFI, a conformidade de registro de gestão? (Art. 10 da Instrução Normativa STN nº 6, de 2007; inciso XII do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.11.** O Agente de Controle Interno tem coordenado os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna nos diversos setores da Organização? (incisos II, XXVII e XXXV do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.12.** O Agente de Controle Interno supervisiona a conformidade do Extrato de Alterações Financeiras de Pessoal (EAFP), publicadas em Boletim Interno Financeiro, com aqueles



**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

processados pelo setor responsável, certificando-se que estão em ordem e em dia? (inciso XXVI do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.13.** O Agente de Controle Interno verifica, diariamente, os registros efetuados no SIAFI no dia útil anterior, confrontando o Relatório para Conformidade, extraído do próprio sistema, com os documentos originais, objetivando atestar a legalidade e a legitimidade dos lançamentos contábeis? (Art. 2º da IN Conjunta nº 04/STN/SFC, de 2000; inciso XII do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.14.** Encontra-se atualizado, no SIAFI, o Cadastro dos Agentes da Administração responsáveis por bens, valores e dinheiros, a cargo da UG? (inciso XXIX do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**A.3.1.15.** A Assessoria de Controle Interno verifica a exatidão das receitas geradas pelos setores internos da UG e seus respectivos saldos, assim como todos os recebimentos efetuados pelo Gestor de Finanças, além do cumprimento dos prazos estabelecidos para o recolhimento, na forma da legislação vigente? (inciso XII do § 1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.16.** Todos os gestores responsáveis por bens, valores e dinheiros comparecem à Reunião da Administração, a fim de prestarem contas, inclusive os detentores de suprimentos de fundos, os representantes das UGs Apoiadas e os representantes da UG designados para acompanhar e fiscalizarem a execução de contratos administrativos ou instrumentos congêneres pactuados? (inciso XVI do § 1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.17.** Os controles internos implantados sobre os dispêndios da UG permitem a constatação de desvios e tendências de consumo, bem como propiciam dados essenciais à formulação da proposta orçamentária? (inciso III do § 1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.18.** Os documentos comprobatórios de cada exercício, incluídos os de natureza sigilosa, são arquivados pelo prazo mínimo de cinco anos, contados a partir da data do julgamento das contas dos responsáveis pelo TCU, para as Unidades Jurisdicionadas (UJ) relacionadas para constituição de processo de contas no exercício? (inciso II do Art. 257 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.19.** Os documentos comprobatórios de cada exercício, incluídos os de natureza sigilosa, são arquivados por dez anos, contados a partir da apresentação do Relatório de Gestão ao TCU, para as Unidades Jurisdicionadas (UJ) não relacionadas para constituição de processo de contas no exercício? (inciso I do Art. 257 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.20.** Os documentos relativos aos processos administrativos estão autuados, reunidos em ordem cronológica, indexados e com as folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo identificados pelo Número Único de Protocolo (NUP)? (Art. 231 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.21.** Os Processos Administrativos de Gestão (PAG), em que está reunida a documentação referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial, estão indexados, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, são controlados e arquivados no Setor de Controle, sendo identificados pelo Número Único de Protocolo (NUP) e conferidos pelo Agente de Controle Interno? (Módulo 13, do MCA 172-3 - Digital)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

**A.3.1.22.** O Agente de Controle Interno submete todos os registros e controles de sua gestão à assinatura, rubrica ou chancela do Agente Diretor? (inciso XVI do § 3º, do Art. 47, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.23.** O Agente de Controle Interno da Unidade Pagadora de Pessoal (UPAG) gerencia o cotejamento mensal do pagamento do pessoal, cumprindo os prazos durante todas as etapas do processo? (item 12.2.2 do Módulo 12, do MCA 177-2 – Digital)

**A.3.1.24.** O Agente Diretor observa o Princípio da Segregação de Funções, evitando o acúmulo de cargos, encargos ou funções, em que um mesmo Agente ou Gestor seja executante e controlador de seus próprios atos, ou assuma atribuições que encerrem, simultaneamente, aquisições, recebimentos e pagamentos? (Art. 42 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.25.** As Atas das Reuniões mensais da Administração foram assinadas por todos os agentes presentes? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**A.3.1.26.** Há controles atualizados sobre as Comissões em atividade? (inciso III do § 1º; incisos III e XIV do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.27.** O Agente de Controle Interno elabora o controle de acompanhamento mensal dos procedimentos administrativos instaurados, com vistas ao ressarcimento ao Erário? (item 4.2 e Anexo G da ICA 174-3, de 2015)

**A.3.1.28.** As atividades e os atos administrativos da UG obedecem aos princípios constitucionais e legais, bem como a outros princípios particulares, necessários ao atendimento de suas peculiaridades? (Art. 6º, inciso II do Art. 15 e Art. 264 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.29.** Os atos administrativos e as decisões adotadas por autoridades delegadas estão amparados por delegação de competência devidamente emitida por autoridade delegante? (Arts. 63 a 66 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.30.** A UG vem apresentando, mensalmente, o Controle de Licitações por Modalidade? (inciso III do § 1º e inciso XIV do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.31.** É verificado e supervisionado, mensalmente, o recolhimento decorrente de fatos geradores de tributos ou de contribuições previdenciárias, bem como a prestação de informações de interesse do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), visando manter a situação de regularidade junto aos órgãos arrecadadores, de acordo com a legislação vigente? (inciso XXXIV do § 3º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.32.** A UG controla o recebimento e a guarda das Declarações de Bens e Rendas dos Agentes da Administração obrigados a apresentá-las, observando o seu grau de sigilo, publicando em boletim interno reservado, consoante instruções emanadas do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Aeronáutica ou Órgão competente? (inciso VI do Art. 55 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**A.3.1.33.** A UG, se Executora, designou um Ordenador de Despesas substituto e um Gestor de Finanças substituto, para atuarem exclusivamente nos impedimentos dos titulares, nos casos de movimentação bancária, de trato de assuntos em instituições financeiras e de assuntos correlatos de ordem financeira? (§ 2º do Art. 84 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

**A.3.1.34.** O procedimento da licitação se iniciou com a abertura de Processo Administrativo de Gestão (PAG), devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual foram juntados os documentos decorrentes do procedimento licitatório? (Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993)

**A.3.1.35.** O Agente Diretor da Unidade Pagadora de Pessoal (UPAG) publicou em boletim interno a solução do cotejamento, com base no Relatório Conclusivo encaminhado pelo Agente de Controle Interno, com a indicação das medidas para apuração de eventual pagamento indevido e decorrente ressarcimento ao Erário, quando for o caso? (Módulo 12, do MCA 177-2 – Digital)

**A.4. GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS****A.4.1. PONTOS DE CONTROLE**

**A.4.1.1.** A UG implementou, mantém, monitora e revisa o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos? (Art. 13 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.4.1.2.** A gestão de riscos é sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.4.1.3.** Foram estabelecidos os níveis adequados de exposição a riscos? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.4.1.4.** Os procedimentos de controle interno são proporcionais ao risco, observam a relação custo-benefício e se destinam a agregar valor à organização? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.4.1.5.** Utiliza-se do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.4.1.6.** Utiliza-se da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**Continuação do Anexo A – Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos**

**A.4.1.7.** Para cada risco mapeado e avaliado está associado a um gestor responsável formalmente identificado e com alçada suficiente para orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação do risco? (§ 1º e caput do Art. 20 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.5. CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO****A.5.1. PONTOS DE CONTROLE**

**A.5.1.1.** A UG implementou, mantém, monitora e revisa os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público? (caput do Art. 3º, da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.5.1.2.** Os controles internos da gestão são operados por todos os agentes públicos responsáveis pela condução de atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio? (caput do Art. 3º, da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União)

**A.5.1.3.** Os controles internos da gestão são adequados? Consideram todos os componentes e são integrados ao processo de gestão? São dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, complexidade, estrutura e missão da UG? (§ 5º do Art. 3º, da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral Da União)

**A.5.1.4.** A UG estabeleceu instâncias de segunda linha de defesa para a supervisão e o monitoramento dos controles internos gestão? (Art. 6º da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União)

## **Anexo B – Licitações e Contratos**

### **B.1. LICITAÇÕES**

#### **B.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**B.1.1.1.** As cláusulas ou disposições do Edital atendem as normas legais e os princípios básicos da licitação, em especial: da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos? (Art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.2.** Foram indicadas no instrumento convocatório as seguintes informações: especificação clara, completa e detalhada do objeto a licitar; quantidade dos materiais ou serviços; disponibilidade do projeto básico e executivo, se houver; exigências de habilitação; forma de apresentação das propostas; local e data de recebimento das propostas; tipo de licitação que embasará o julgamento das propostas; condições de desempate entre duas ou mais propostas; critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global; condições de recebimento do objeto da licitação; condições e prazo de pagamento; e vinculação das normas do convite às disposições da Lei nº 8.666, de 1993? (Art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.3.** Nas licitações para compras, obras e serviços, especialmente por lote ou empreitada por preço global, ao selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, a UG efetuou a análise individual dos preços unitários, a fim de verificar a ocorrência de itens manifestamente superiores aos praticados no mercado? (inciso X do Art. 40 e inciso II do Art. 48, da Lei 8.666, de 1993; e Súmula nº 259/2010 – TCU).

**B.1.1.4.** A abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes foi realizada em ato público previamente designado, tendo sido lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela comissão de licitação, bem como a sua apreciação antecedeu à abertura dos envelopes das propostas de preços? (incisos I e III e § 1º, todos do Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.5.** A abertura dos envelopes contendo as propostas de preços ocorreu após transcorrido o prazo de interposição de recurso? Houve desistência expressa de interposição de recurso, lavrada em ata assinada por todos os licitantes; ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos? (inciso III e § 1º do Art. 43, inciso I e § 6º do Art. 109, Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.6.** A Administração evitou celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório? (Art. 50 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.7.** A Administração convocou o licitante adjudicatário para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório? (Art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.1.1.8.** A Administração emitiu nova ficha de ratificação de despesas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, caso o valor da despesa tenha superado o valor constante da ratificação inicialmente aprovada pela autoridade superior? (Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.9.** A Administração justificou, formalmente, as razões pela inobservância de Parecer e recomendações da assessoria jurídica? (Parágrafo único do Art. 38, da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.1.1.10.** A Administração adotou medidas para assegurar que quaisquer alterações necessárias no prazo, projeto ou condições previamente definidas sejam devidamente justificadas e autuadas em processo? (§ 1º e § 2º do Art. 57, Art. 58 e Art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.11.** A Administração adotou, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade de licitação Pregão, indexando e autuando ao processo, quando for o caso, as razões pelas quais não foi utilizada a modalidade na sua forma eletrônica? (caput e § 1º, ambos do Art. 4º do Decreto nº 5.450, de 2005; e Parágrafo único do Art. 1º da Portaria nº 1.163/GC3, de 2005).

**B.1.1.12.** A Administração definiu os seguintes critérios de qualidade quando da descrição do objeto a ser adquirido/contratado: segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, economia, durabilidade, impacto ambiental, adequada caracterização do objeto, compatibilidade de especificação técnica e desempenho, e condições de guarda e armazenamento? (inciso I do Art. 12 e § 7º do Art. 15, da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.1.1.13.** A Administração parcelou, nos certames licitatórios, as obras, serviços e compras em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala? (§ 1º e § 2º do Art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.1.1.14.** A Administração planejou, adequadamente, as aquisições ou contratações de serviços, sendo adotadas no decorrer do exercício as modalidades licitatórias devidas, à contratação do mesmo objeto, em situações que demandam a realização de licitação na modalidade “Convite”, “Tomada de Preços”, “Concorrência” ou “Pregão”? ( 1º, § 2º e § 5º do Art. 23, da Lei nº 8.666, de 1993; *caput* e § 1º do Art. 4º, do Decreto nº 5.450, de 2005; e Arts. 20 e 21 da IN nº 5, de 2017, do MPDG)

**B.1.1.15.** A Administração publicou, obrigatoriamente, na imprensa oficial os avisos com resumo de editais das modalidades, exceto Convite; a convocação para a audiência pública obrigatória para licitações únicas, simultâneas e sucessivas de valor estimado total superior a 150 milhões de reais; a revogação ou anulação da licitação; a rescisão de contrato; o resultado da fase de habilitação e de julgamento, salvo se todos os licitantes tiverem presentes no momento da ao ato em que foi proferida a decisão; as dispensas ou inexigibilidades; os resumos dos instrumentos de contrato ou aditamentos? (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital; Art. 39 e Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666, de 1993)

**B.1.1.16.** A administração realizou os necessários procedimentos licitatórios para a contratação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) e serviços de telefonia móvel celular (SMC), caso na localidade exista mais de uma empresa prestadora de serviço em condições de atender ao objeto em questão? (Art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993; item 8.3 da Decisão nº 196/2001 – TCU – Plenário; e item 8.2 da Decisão nº 1230/2002 – TCU – Plenário)

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.1.1.17.** A Administração, como órgão cadastrador do SICAF, efetuou o chamamento público, no mínimo anualmente, por meio de publicação na imprensa oficial e em jornal diário, visando à atualização dos registros existentes e ingresso de novos interessados? (§ 1º do Art. 34 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.18.** A autoridade competente revogou a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou a anulou por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante Parecer escrito e devidamente fundamentado? (Art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.19.** O cadastramento de fornecedores ou a atualização de seus dados cadastrais junto ao SICAF é realizado por comissão, formalmente designada, composta por profissionais legalmente habilitados? (caput e § 2º do Art. 51 da Lei nº 8.666, de 1993; e Art. 7º da IN MPOG/SLTI nº 02, de 2010).

**B.1.1.20.** A comissão designada para efetuar o cadastramento no SICAF exigiu toda a documentação prevista, em atendimento aos requisitos relativos aos níveis credenciamento, habilitação jurídica e regularidade fiscal, para fins de emissão do certificado de registro cadastral - CRC? (Art. 8º e 10 da IN MPOG/SLTI nº 02, de 2010).

**B.1.1.21.** A comissão permanente de licitações identificou os signatários das atas referentes às fases do processo licitatório com o nome completo, o cargo, a função e a firma à qual pertencem, conforme o caso? (§ 1º, Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993; e § 1º do Art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999).

**B.1.1.22.** A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, limitou-se a um período de um ano, admitindo-se reconduções ou designação para licitação específica? (§ 3º do Art. 10 do Decreto nº 5.450, de 2005).

**B.1.1.23.** A emissão dos Pareceres jurídicos, aprovando as minutas de edital e contrato, referente às licitações a serem realizadas no exercício, foi realizada no prazo previsto na legislação, a fim de não comprometer o andamento dos procedimentos licitatórios? (Parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993; e Art. 42 da Lei nº 9.784, de 1999).

**B.1.1.24.** A inexecutabilidade dos preços é avaliada com fundamento nos parâmetros estabelecidos, em conformidade com a legislação? (§ 1º e § 2º do Art. 48, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.25.** A investidura dos membros das comissões permanentes não excedeu o período máximo de um ano, e nem houve a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente? (§ 4º do Art. 51, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.26.** A modificação no edital que afete a formulação das propostas teve divulgação pelos mesmos veículos, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido? (§ 4º do Art. 21 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.27.** A revogação da licitação foi efetuada pela autoridade competente e fundamentada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta? (Art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.1.1.28.** A seleção de fornecedores para habilitação e inclusão no sistema de cadastro unificado de fornecedores (SICAF) obedece às normas de utilização do respectivo sistema? (Art. 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993; e Art. 8º e 10 da IN MPOG/SLTI nº 02, de 2010).

**B.1.1.29.** A UGe tem solicitado, junto à SEFA, a desvinculação do pregoeiro pertencente ao seu efetivo que, por qualquer motivo, seja movimentado? (alínea “c” do inciso I e alínea “a” do inciso II, ambas do Art. 4º da Portaria nº 1.163/GC3, de 2005).

**B.1.1.30.** As dispensas, inexigibilidades, convites, tomadas de preços, concorrências, concursos, leilões, suprimento de fundos, pregão e “não se aplica”, foram numeradas, sequencial e individualmente, dentro do exercício financeiro? Exemplo: concurso nº 001/sigla da unidade/200y (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital).

**B.1.1.31.** As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, foram precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 1993? (Art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.32.** As despesas com a contratação de energia elétrica e gás natural foram enquadradas como dispensa de licitação? (inciso XXII do Art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.33.** As despesas com a contratação de serviços de água e esgoto enquadradas como inexigibilidade de licitação possuem, no processo de contratação, os atos de justificativa de inexigibilidade de licitação, de ratificação da autoridade superior e de publicação na imprensa oficial? (*caput* do Art. 25 e Art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.34.** As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, nas unidades que não forem apoiadas pela Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União (CGU) nos estados, foram previamente examinadas e aprovadas pela Consultoria Jurídica-Adjunta do COMAER? (Parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.35.** Os documentos de habilitação e as propostas de preços das empresas licitantes foram assinados pelo presidente e membros da CPL e licitantes presentes à sessão pública? (§ 2º do Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.36.** O aviso de Pregão presencial contendo o resumo do edital foi publicado, por meio eletrônico, na página oficial do COMAER? (alíneas a , b e c do inciso I, do Art. 11, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000).

**B.1.1.37.** Constam do processo de contratação de serviços de energia elétrica e gás natural, os atos de justificativa de dispensa de licitação, de ratificação da autoridade superior e de publicação na imprensa oficial? (inciso XXII do Art. 24, c/c o Art. 26 e inciso VI do Art. 38, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.38.** Constam do processo os protocolos de entrega do Convite às empresas licitantes, comprovando a verificação do cumprimento do prazo de cinco dias úteis entre a efetiva disponibilidade do ato convocatório e o recebimento das propostas? (inciso IV do § 2º e § 3º do Art. 21, da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.1.1.39.** Os Convites contêm, no mínimo, três propostas válidas, ou estão devidamente justificadas nos processos as circunstâncias, tais como limitações de mercado ou manifesto



**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

desinteresse dos convidados, pelas quais não foi possível a obtenção do número mínimo exigido? (§ 3º e § 7º do Art. 22, da Lei nº 8.666).

**B.1.1.40.** Foi exigida dos licitantes não cadastrados no SICAF, em especial nas dispensas e inexistências de licitação, se pessoa física: a comprovação de regularidade com a fazenda federal; e se pessoa jurídica: comprovação de regularidade com o INSS, FGTS e a Fazenda Federal? (Art. 4º da IN nº 2, de 2010, da SLTI/MPOG).

**B.1.1.41.** Foram obedecidos os limites de valores estabelecidos para as modalidades de licitação, considerando-se as diversas aquisições e contratações de objetos idênticos ou semelhantes, de forma a não incorrer em fracionamento de despesa? (inciso II do § 7º, do Art. 15, combinado com o Art. 23, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.42.** Existe norma padrão de ação disciplinando a sistemática de processamento das solicitações de passagens para deslocamento por motivo de assistência à saúde no âmbito da UG? (inciso II do § 1º, do Art. 44, do RCA 12-1, de 2017 – RADA; incisos IV e V do Art. 28, do Decreto nº 4.307, de 2002; item 1.6.3 da ICA 177-42, de 2016; e item 5.6 da ICA 177-31, de 2004).

**B.1.1.43.** Existe norma padrão de ação para orientar o pregoeiro quanto aos procedimentos a serem adotados, por ocasião dos pregões presenciais e eletrônicos? (Art. 11 do Decreto nº 5.450, de 2005; e incisos I e XV do Art. 62, todos do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.44.** Existe norma padrão de ação para orientar o presidente da comissão permanente/especial de licitações quanto aos procedimentos a serem adotados, por ocasião do certame licitatório? (Art. 62 da RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.45.** Existe norma padrão de ação versando sobre os procedimentos para solicitação de transporte no território nacional no âmbito da UGe? (Art. 28 do Decreto nº 4.307, de 2002; e item 9.4 da ICA 177-31, de 2004).

**B.1.1.46.** Existindo, no comércio local, mais de três possíveis interessados, a cada novo Convite realizado para objeto idêntico ou semelhante, foi convidado mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações? (§ 6º do Art. 22, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.47.** Foi adotado, pela Administração, os tipos de licitação previstos na legislação vigente? (§ 5º do Art. 45 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.48.** Foi designada comissão permanente ou especial, bem como pregoeiro e equipe de apoio, para proceder à habilitação, avaliação e classificação das propostas referentes aos processos licitatórios? (caput do Art. 51 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso VI do Art. 45 e inciso III do Art. 50, todos do RCA 12-1, de 2017 – RADA; inciso II do Art. 7º, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000; inciso I do Art. 8º do Decreto nº 5.450, de 2005; e inciso IV do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002).

**B.1.1.49.** Somente foram desclassificadas as propostas: que não atenderam às exigências do ato convocatório; com valor global superior ao limite estabelecido; ou com preços manifestamente inexequíveis? (incisos I e II do Art. 48 da Lei nº 8.666, de 1993).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.1.1.50.** Houve a devolução dos envelopes fechados aos licitantes inabilitados, contendo as respectivas propostas de preços? (inciso II do Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.51.** Houve cumprimento das normas e condições previstas no instrumento convocatório por parte da comissão de licitação? (Art. 3º e 41 da Lei nº 8.666, de 1993; e inciso I do Art. 62 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.52.** Houve deliberação de autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação? (inciso VI, Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993; incisos XX, XXI e XXII, todos do Art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002; inciso IV do Art. 7º e inciso V do Art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000; e incisos V e VI do Art. 8º e inciso IX do Art. 11, todos do Decreto nº 5.450, de 2005).

**B.1.1.53.** A Administração observou a não inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta original? (§ 3º do Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.54.** Na análise da documentação de habilitação, o pregoeiro ou a comissão de licitação verificou o documento que comprove se a linha de fornecimento de serviços é compatível com o objeto licitado? (§ 3º do Art. 22 e inciso II do Art. 29, da Lei nº 8.666, de 1993; e Art. 12 da IN nº 2, de 2010, da SLTI/MPOG).

**B.1.1.55.** Na escolha da modalidade de licitação leva-se em consideração a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, incluindo a previsão de prorrogação dos prazos contratuais e observadas as disposições para a modalidade Pregão? (Art. 8º, Art. 23 e incisos I a V do Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002; e Art. 4º e 6º do Decreto nº 5.450, de 2005).

**B.1.1.56.** Na fase preparatória do Pregão, a autoridade competente justifica a necessidade da contratação, definindo o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos de fornecimento? (inciso I do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002).

**B.1.1.57.** Na fase preparatória do Pregão, a Administração observa a autuação, no processo, da justificativa referida no inciso I do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002, além dos elementos técnicos indispensáveis sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens a serem licitados? (inciso III do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002).

**B.1.1.58.** Na fase preparatória do Pregão, a Administração observou a especificação clara, completa e detalhada do objeto a licitar, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição? (inciso II do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002).

**B.1.1.59.** Nas aquisições por dispensa de licitação, fundamentadas no inciso II, Art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, a UG adotou, preferencialmente, o sistema de cotação eletrônica? (§ 2º do Art. 4º, do Decreto nº 5.450, de 2005)

**B.1.1.60.** Nas compras, são observadas a especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca, salvo nos casos tecnicamente justificáveis; a definição das unidades e quantidades; e as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material? (§ 5º do Art. 7º e § 7º do Art. 15, da Lei nº 8.666, de 1993).

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.1.1.61.** No caso de licitação do tipo “menor preço”, a classificação ocorreu pela ordem crescente dos preços propostos? (inciso V do Art. 43 e inciso I do § 1º, do Art. 45, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.62.** No caso de o convocado não ter assinado o termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de licitações e contratos, a Administração revogou a licitação ou convocou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, espontaneamente, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços? (§ 2º do Art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.63.** No caso de persistência de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se deu por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes foram convocados? (§ 2º do Art. 45 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.64.** No caso do desfazimento do processo licitatório, foi assegurado o contraditório e a ampla defesa às partes envolvidas no processo? (§ 3º do Art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.65.** A Administração evitou o uso do termo “verba (vb)” como unidade de fornecimento na elaboração das planilhas de orçamento passíveis de quantificação e de levantamento dos custos unitários? (inciso II do § 2º e § 4º do Art. 7º, da Lei nº 8.666, de 1993; item 9.11.5 do Acórdão nº 1732/2009 – TCU – Plenário; e Súmula 258/2010 – TCU).

**B.1.1.66.** Nos editais de licitação consta a exigência de que os licitantes apresentem a composição analítica do BDI (bonificações ou lucro e despesas indiretas), de forma a permitir, quando da análise do orçamento, uma aferição a contento dos percentuais utilizados como base da estipulação da taxa total? (Súmula 258/2010 – TCU e Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário).

**B.1.1.67.** Nos processos de aquisição e contratação por inexigibilidade de licitação, a justificativa documental comprovou claramente a inviabilidade de competição? (*caput* do Art. 25 e Art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.68.** Nos processos licitatórios para obras e serviços constam: projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; e previsão nas metas estabelecidas no plano plurianual? (§ 2º do Art. 7º, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.69.** O aviso contendo o resumo do edital foi publicado no diário oficial da união e em jornal diário de grande circulação do estado ou município? (incisos I e III do Art. 21, da Lei nº 8.666, de 1993; e inciso I do Art. 4º, da Lei nº 10.520, de 2002).

**B.1.1.70.** O gestor de licitações ou outro servidor foi formalmente designado, excepcionalmente, para realizar os procedimentos das licitações na modalidade de Convite, nas pequenas unidades administrativas e em face da exiguidade de pessoal disponível? (§ 1º do Art. 51 da Lei nº 8.666, de 1993).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.1.1.71.** O julgamento das propostas foi realizado pela comissão, ou responsável pelo Convite, de modo objetivo, em conformidade com os tipos de licitação, os critérios e fatores previamente estabelecidos no ato convocatório? (*caput* do Art. 41, inciso V do Art. 43, *caput* do Art. 44 e *caput* do Art. 45, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.72.** O procedimento da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade e outros, foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado, numerado, indexado e com as folhas numeradas e rubricadas, sendo anexados os documentos previstos na legislação vigente? (Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993; § 4º do Art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999; Art. 231 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.73.** O recurso ou representação foi recebido e julgado pela Administração nos prazos previstos? Havendo a reconsideração, por parte da autoridade que praticou o ato recorrido, foi realizado em tempo legal? (Art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso XVIII do Art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002; Art. 26 do Decreto nº 5.450, de 2005; e inciso XVII do Art. 11, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000).

**B.1.1.74.** O valor total da despesa empenhada para o serviço não superou o valor constante da ficha de ratificação de despesas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, a fim de evitar a realização de despesa sem respaldo legal? (Art. 23 do Decreto nº 93.872, de 1986)

**B.1.1.75.** Os diversos gestores responsáveis pelo recebimento de materiais e serviços comunicam, periodicamente, ao gestor de licitações a atuação dos fornecedores para registro no SICAF? (§ 2º do Art. 36 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso XIV do Art. 48 e inciso II do Art. 50, ambos do RCA 12-1, de 2017 – RADA; Art. 38 da IN MPOG/SLTI nº 02, de 2010).

**B.1.1.76.** Os editais de licitação obedecem às disposições preconizadas pela legislação? (Art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.77.** Os limites dos valores de dispensa de licitação foram cumpridos? (incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.78.** Os processos de inexigibilidade para as compras e contratações, quando houver inviabilidade de competição, foram formalizados contendo, obrigatoriamente, os seguintes documentos: justificativa fundamentada da inexigibilidade; razão da escolha do fornecedor ou executante; justificativa de preço; comprovação de exclusividade fornecida pelo órgão de registro do comércio local, pelo sindicato, federação ou confederação patrimonial; ratificação da autoridade superior, obedecendo-se o prazo de três dias; Parecer da assessoria jurídica sobre a justificativa; e publicação resumida na imprensa oficial, como condição para a eficácia dos atos? (Art. 25, Art. 26 e inciso VI do Art. 38, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.79.** Os processos licitatórios apresentam, em sua composição, planilhas de orçamento estimado, que visam orientar o critério de preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pelo objeto a ser licitado? (inciso II do § 2º, do Art. 7º, e inciso II do § 2º, do Art. 40, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 3º da IN nº 5, de 2014, da SLTI/MPOG).

**B.1.1.80.** Os processos para as compras e contratações, onde é dispensável a licitação, foram formalizados contendo, obrigatoriamente, os seguintes documentos: justificativa fundamentada da dispensa; caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa; razão da escolha do fornecedor ou executante; justificativa do preço; documento de aprovação

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

dos projetos de pesquisas aos quais os bens serão alocados; ratificação da autoridade superior, obedecendo-se o prazo de três dias; Parecer da assessoria jurídica sobre a justificativa; e publicação resumida na imprensa oficial, como condição para a eficácia dos atos? (incisos III a XXVII do Art. 24; Art. 26, combinado com o inciso VI do Art. 38, tudo da Lei nº 8.666, de 1993):

**B.1.1.81.** Para a habilitação à licitação foi exigida dos interessados, exclusivamente, a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal? (Art. 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.82.** Toda a documentação prevista para cadastramento no SICAF está arquivada sob a forma de processo? (§ 4º do Art. 22, da Lei nº 9.784, de 1999; § 3º do Art. 22, da IN nº 2, de 2010, da SLTI/MPOG; Art. 231 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.83.** Foi cumprido o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde, conforme especificado a seguir: quarenta e cinco dias para o concurso e a Concorrência, quando o contrato celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; trinta dias para as demais modalidades de Concorrência não especificadas anteriormente e Tomada de Preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; quinze dias para as demais modalidades de Tomada de Preços não especificadas anteriormente ou leilão; oito dias úteis para o Pregão; e cinco dias úteis para Convite? (Art. 21 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso III do Art. 11, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000; e § 4º do Art. 17 do Decreto nº 5.450, de 2005)

**B.1.1.84.** É dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, a relação de todas as compras realizadas, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, com preços unitários, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação? (Art. 16 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.85.** A cessão de uso de áreas da UG é realizada mediante observação dos procedimentos licitatórios aplicáveis? (Art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993; § 5º do Art. 18 da Lei nº 9.636, de 1998)

**B.1.1.86.** Consta a quantidade mínima a ser cotada, por item, quando a modalidade licitatória for o Pregão para registro de preços para bens? (inciso IV do Art. 9º, do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.1.1.87.** Consta do PAG a aferição de razoabilidade do valor de contratação decorrente de inexigibilidade? (inciso III do Parágrafo único do Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993 e Orientação Normativa AGU nº 17, de 01 de abril de 2009).

**B.1.1.88.** Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade? (inciso I do Art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993; e Súmula nº 255/2010 – TCU).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.1.1.89.** As minutas dos editais, acordos, contratos e convênios, bem como os processos de dispensa e inexigibilidade nas unidades foram previamente examinadas e aprovadas pelas consultorias jurídicas da Advocacia-Geral da União? (Parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993; Parágrafo único do Art. 1º, e alíneas "a" e "b" do inciso VI do Art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 213 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.1.1.90.** A autoridade competente justificou a necessidade da contratação e ou aquisição? (caput do Art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999; inciso II do § 7º do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso I do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002)

**B.1.1.91.** O pregoeiro realiza negociação nos pregões, por meio de contra proposta, a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração? (inciso XVI do Art. 11, do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000; § 8º do Art. 24, do Decreto nº 5.450, de 2005; e item 9.3.1 do Acórdão nº 694/2014 – TCU – Plenário).

**B.1.1.92.** A Administração adotou índice de BDI reduzido para a aquisição de equipamentos em suas licitações, quando representem um percentual significativo do preço global da obra? (item 9.1.2 do Acórdão nº 163/2012 – TCU – Plenário; Súmula nº 253/2010 – TCU; e item 2.5 do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

**B.1.1.93.** A UG, quando autorizada a associação em forma de consórcio nas licitações, instituiu os critérios de participação nos editais? (Art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.94.** A Organização utiliza, nas licitações de obras e serviços de engenharia, os sistemas oficiais de referência de preços, de forma a evitar a realização de consulta prévia de preços de mercado junto à empresas que poderão participar do certame, o que causaria prejuízos ao princípio da isonomia, assegurando, dessa forma, a igualdade de condições a todos os concorrentes? (inciso XXI do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988; Art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993; e Art. 3º do Decreto nº 7.983, de 2013).

**B.1.1.95.** A Administração, quando da adesão à ata de registro de preços, cumpre integralmente as disposições contidas no Módulo 16 do MCA 172-3 (Digital)?

**B.1.1.96.** A Administração da UG EXEC, no caso de participação de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) em licitações, tem verificado se a empresa auferiu, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior ao limite legal? (incisos I e II do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006)

**B.1.1.97.** A UG realizou procedimento licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor foi de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (inciso I do Art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006; e Art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015)

**B.1.1.98.** A comissão permanente/especial de licitação ou o pregoeiro e equipe de apoio verifica as condições de habilitação das licitantes, de acordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório? (Art. 5º e inciso VI do Art. 11 do Decreto nº 5.450, de 2005; inciso XIII do Art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002; Art. 3º e inciso I do Art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.1.1.99.** Foram observadas as disposições legais quanto às licitações para contratação de serviços de propaganda e ação publicitária? (Art. 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010).

### **Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.1.1.100.** Houve criteriosa avaliação da área objeto de concessão onerosa de uso, por órgão competente, obedecendo os valores de mercado? (Art. 12 da Portaria nº 1.309/GC4, de 2004; e inciso II do § 2º, do Art. 40, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.1.1.101.** A licitação para registro de preços foi realizada na modalidade de Concorrência ou de Pregão, do tipo menor preço, e precedida de ampla pesquisa de mercado? (§ 1º e inciso I do § 3º, do Art. 15, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002; e inciso IV do Art. 5º e Art. 7º, do Decreto nº 7.892, de 2013; Art. 3º da IN nº 5, de 2014, da SLTI/ MPOG).

**B.1.1.102.** A composição do BDI a ser aplicada à obra ou ao serviço de engenharia seguiu as recomendações do Tribunal de Contas da União? (Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário)

**B.1.1.103.** O gestor de licitações tem efetuado o correto enquadramento da natureza da despesa para aquisição de licenças de solução de informática? (item 2.1.2 do Módulo 021130, do Manual SIAFI Web).

**B.1.1.104.** O processo de despesa atendeu ao princípio constitucional da eficiência? (caput do Art. 37 e inciso II do Art. 74 da Constituição Federal, de 1988; Art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999).

**B.1.1.105.** Os órgãos e entidades não participantes do pregão para registro de preço observaram o seguinte: desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador? (caput do Art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.1.1.106.** O edital e a minuta do contrato dispõem, adequadamente, sobre a possibilidade de subcontratação definindo, claramente, seus parâmetros quando desejáveis, ou vedando sua ocorrência quando indesejável? (Art. 72 e inciso VI do Art. 78, da Lei nº 8.666, de 1993).

## **B.2. CONTRATOS**

### **B.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**B.2.1.1.** Existe norma padrão de ação para orientar os fiscais de contrato quanto ao acompanhamento e fiscalização de obras e demais contratos administrativos de receita e despesa? (ICA 12-23, de 2017; e ICA 85-16, de 2017).

**B.2.1.2.** As multas foram cobradas, oportunamente, conforme previsão no instrumento contratual, respeitados o contraditório e a ampla defesa? (inciso II do Art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.3.** Eventuais alterações dos contratos foram devidamente justificadas no processo, conforme preconiza a Lei nº 8.666, de 1993? (caput do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.4.** A Administração da UG absteve-se de prorrogar o prazo contratual sem a devida justificativa e nem tampouco a autorização da autoridade superior? (§ 2º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.5.** A Administração adota procedimentos que possibilitem que as despesas com a contribuição para custeio de iluminação pública sejam classificadas corretamente na respectiva natureza de despesa? (Módulo 6 do MCA 172-3 – Digital).

### **Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.2.1.6.** A Administração utilizou-se dos direitos e das prerrogativas que lhes são asseguradas no contrato, nas leis e nos regulamentos, quando das rescisões contratuais preconizadas na Lei de licitações e contratos? (inciso II do Art. 58, Art. 78, e inciso I do Art. 79, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.7.** A comissão de fiscalização ou o fiscal designado, por ocasião da reunião da administração da UG, tem comunicado formalmente ao ordenador de despesas as ocorrências referentes aos contratos, sendo este documento anexado ao PAG do respectivo contrato? (inciso III do Art. 243, inciso I do Art. 244, do RCA 12-1, de 2017 – RADA; Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital; item 4.1.1 da ICA 12-23, de 2017).

**B.2.1.8.** A duração dos contratos ficou adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no plano plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório; à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, com duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 meses; e ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 meses? (caput e incisos I, II e IV do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.2.1.9.** A prestação de garantia exigida no contrato, limitou-se a 5% do seu valor, exceção feita para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros, cujo limite poderá ser elevado para 10%, sendo atualizada nas mesmas condições dos valores contratados? (§ 2º e § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.10.** A publicação resumida do contrato e de seus aditamentos contém, no mínimo, os seguintes: dados espécie; resumo do objeto do contrato, convênio, acordo ou ajuste; modalidade da licitação ou, se for o caso, o fundamento legal da dispensa desta ou de sua inexigibilidade; crédito pelo qual correrá a despesa; número e data do empenho da despesa; valor do contrato, convênio, acordo ou ajuste; valor a ser pago no exercício corrente e em cada um dos subsequentes, se for o caso; prazo de vigência; e data de assinatura do contrato? (Parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993; e § 2º do Art. 33 do Decreto nº 93.872, de 1986)

**B.2.1.11.** A Administração emitiu termo contratual pelo fornecimento de energia elétrica, por se tratar de serviço de caráter continuado com entrega parcelada do objeto, cujo valor corresponde às modalidades Tomada de Preços ou Concorrência? (Art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993; e Orientação normativa nº 36, da Advocacia-Geral da União).

**B.2.1.12.** As contratações a serem executadas em mais de um exercício financeiro, com recursos provenientes de outros órgãos (destaques), deverão ter uma confirmação formal da previsão dos recursos para os exercícios futuros, emanada do órgão de origem e, posteriormente, enviada ao EMAER, a fim de servir de embasamento para sua aprovação? (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital).

**B.2.1.13.** As contratações que envolvem despesa executada em mais de um exercício e as vinculadas a projeto ou atividade a cargo do EMAER foram submetidas à prévia autorização desse órgão? (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital).



**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.2.1.14.** As especificações de materiais e serviços constam das notas de empenho de maneira clara, completa e detalhada? (Art. 29 do Decreto nº 93.872, de 1986; e alínea “c” do Art. 3º, inciso IX do Art. 50, inciso VII do § 1º do Art. 51, inciso I do Art. 208, inciso I do Art. 217, todos do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.2.1.15.** A celebração de contrato, convênio, acordo, ajuste, termo de cooperação ou protocolo de intenção cujo conteúdo seja classificado ou esteja sob restrição de acesso, foi condicionada à assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo (TCMS) e ao estabelecimento de cláusulas contratuais que prevejam os requisitos instituídos em legislação do Comando da Aeronáutica? (item 7.2 da ICA 205-47, de 2015)

**B.2.1.16.** As supressões que excederam os limites percentuais estabelecidos em Lei, ocorreram mediante acordo celebrado entre os contratantes? (inciso II do § 2º do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.17.** Constam dos PAG referentes às concessões onerosas de uso de área: cópia do seguro contra incêndio, caso previsto no edital ou no contrato; e os documentos comprobatórios dos ressarcimentos de serviços públicos de água, luz, telefone, limpeza e outros correlatos; e os registros efetuados pela fiscalização das ocorrências referentes ao contrato? (incisos I e III do Art. 16 da Portaria nº 1.309/GC4, de 2004 e § 1º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.2.1.18.** Foi nomeada comissão de, no mínimo, três membros para realizar o recebimento de material, na sua totalidade ou de forma fracionada, em que o valor final do processo de compra for de um montante igual ou superior ao limite estabelecido para a modalidade de licitação, do tipo Convite, para compras ou serviços? (§ 8º do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993 e Art. 123 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.2.1.19.** Foi observada a vedação legal de cláusula contratual prevendo reajustamento de contrato com periodicidade inferior a um ano? (§ 1º do Art. 3º da Lei nº 10.192, de 2001; Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994; Art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997).

**B.2.1.20.** Existe prévio empenho para todas as despesas? (Art. 60 da Lei nº 4.320, de 1964; Art. 24 do Decreto nº 93.872, de 1986; e Art. 206 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.2.1.21.** Existe registro das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, efetuado pelo representante da Administração (fiscal do contrato), em que constem as determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados? (§ 1º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso III do Art. 243, do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.2.1.22.** Foi devidamente justificada a prorrogação da vigência da ata, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa e respeitado o limite total do período de um ano? (inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993; e inciso XI do Art. 9º e Art. 12, ambos do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.23.** Foi observada a obrigatoriedade do termo de contrato para quaisquer modalidades, inclusive dispensas e inexigibilidades, cujos valores estejam compreendidos nos limites de Tomada de Preços e de Concorrência; para qualquer valor de contratação em que haja a constituição de obrigações futuras na despesa a ser executada e para a utilização, por terceiros, de bens imóveis da união, sob jurisdição da aeronáutica? (Art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993; e item 16.3.1.8 do Módulo 16, do MCA 172-3 – Digital).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.2.1.24.** Foram registrados os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, com o objetivo de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata? (inciso II e § 1º do Art. 11 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.25.** Houve designação de um representante da Administração, em boletim interno da unidade, para acompanhar e fiscalizar o objeto de cada contrato? (Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; inciso VII do § 1º, do Art. 44, do RCA 12-1, de 2017 – RADA; alínea a do item 2.2.1, da ICA 12-23, de 2017).

**B.2.1.26.** Houve despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão, orientando o critério adotado pelo órgão gerenciador, no caso excepcional da licitação para registro de preços ter sido realizada na modalidade de Concorrência do tipo técnica e preço? (§ 1º do Art. 7º do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.27.** Houve publicação resumida do instrumento contratual e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo previsto de 20 dias corridos, contados do 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura? (Parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.28.** A Administração se absteve da indevida celebração de contrato com prazo de vigência indeterminado, com exceção dos casos previstos na Orientação Normativa nº 36 da AGU, de 2011? (§ 3º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.29.** A Administração evitou realizar indevidamente, alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, sem prévia concordância do contratado? (§ 1º do Art. 58 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.30.** Na aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento foi efetuado mediante termo circunstanciado e, nos demais casos, mediante recibo? (inciso V do Art. 6º e § 1º do Art. 73, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.31.** Na contagem de prazos, foi excluído o dia do início e incluído o do vencimento, considerando os dias consecutivos? (Art. 110 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.32.** Na hipótese de prorrogação de prazo do contrato, houve autorização por parte da autoridade competente, mediante justificativa por escrito, devidamente autuado em processo? (§ 2º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.33.** Na ocorrência de atraso injustificado na execução do contrato, foi aplicada multa na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato? (caput do Art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.34.** Na ocorrência de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, foram aplicadas as penalidades legalmente estabelecidas? (caput do Art. 81 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.35.** Na rescisão por ato unilateral e sem prejuízo das sanções cabíveis, houve intimação do ato mediante publicação na imprensa oficial (§ 1º do Art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993); a rescisão foi formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Parágrafo único do Art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993); houve execução da garantia contratual, para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos (inciso III do Art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993); e houve a retenção dos créditos

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração (inciso IV do Art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993)?

**B.2.1.36.** Nas contratações de serviços de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, foram cumpridas as disposições da legislação vigente? (Decreto nº 2.271, de 1997; e IN MPOG nº 05, de 2017).

**B.2.1.37.** Quando não houve êxito nas negociações, no caso de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador procedeu à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa? (Parágrafo único do Art. 19 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.38.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação? (caput e incisos I e II do Art. 19 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.39.** Houve renegociações de preços conforme previsto na legislação que regulamenta o registro de preços (inciso VIII do Art. 5º do Decreto nº 7.892, de 2013), quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornou-se superior ao preço praticado no mercado? (caput do Art. 18 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.40.** Nas prorrogações de início de etapas de execução, conclusão e entrega, foram mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que tenha ocorrido algum destes motivos, e autuados em PAG: alteração do projeto ou especificações, pela administração; superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições de execução do contrato; interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da administração; aumento das quantidades previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei; impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela adm. Em documento contemporâneo à sua ocorrência; e omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos responsáveis (§ 1º Art. 57 Lei 8.666, de 1993)

**B.2.1.41.** No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantida a prévia defesa, aplicou ao contratado, conforme o caso, uma ou mais sanções previstas na Lei de licitações e contratos? (caput do Art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.42.** No caso de licitação na modalidade de Pregão, houve publicação resumida do instrumento contratual e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo previsto de 20 dias corridos, contados da data de sua assinatura? (Art. 20 do Anexo I, do Decreto nº 3.555, de 2000; e alínea c do inciso XII, do Art. 30, do Decreto nº 5.450, de 2005).

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

**B.2.1.43.** No contrato onde não foram contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses foram fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estipulados na Lei de licitações e contratos? (§ 1º e § 3º do Art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.44.** No instrumento convocatório, caso tenha sido prevista prestação de garantia, esta foi apresentada segundo uma das seguintes modalidades (caput e § 1º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993): caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo ministério da fazenda; seguro-garantia; ou fiança bancária?

**B.2.1.45.** No preâmbulo do termo de contrato, constam os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e às cláusulas contratuais? (caput do Art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.46.** Nos casos de compras ou serviços sem a obrigatoriedade de termo contratual a Administração o substituiu por outro instrumento hábil (carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, etc.), contendo, no que couber, as cláusulas necessárias? (Art. 55 e *caput* do Art. 62, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.47.** Nos casos de compras sem termo contratual, das quais não resultem obrigações futuras, a entrega imediata e integral dos bens adquiridos ocorreu no período de até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta? (§ 4º do Art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993; e Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital).

**B.2.1.48.** O cancelamento de registro de preços foi formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa? (Parágrafo único do Art. 20 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.49.** O edital de licitação para registro de preços atende ao previsto nas legislações que o regulamentam? (caput do Art. 9º do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.50.** O órgão gerenciador do registro de preços, efetivamente, praticou todos os atos de controle e administração do sistema de registro de preços (SRP), adotando os procedimentos a seguir relacionados: registrar sua intenção de registro de preços no Comprasnet; consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo; promover atos necessários à instrução processual; realizar pesquisa de mercado; confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado; realizar o procedimento licitatório; gerenciar a ata de registro de preços; conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades ; e autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto para aquisição? (Art. 5º do Decreto nº 7.892, de 2013)

**B.2.1.51.** O prazo de validade da ata de registro de preços, bem como eventuais prorrogações, não ultrapassa o período de um ano? (inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8666/1993; e Art. 12 do Decreto nº 7.892, de 2013).

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.2.1.52.** O recebimento do objeto do contrato de obras e serviços ocorreu da seguinte forma: a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até quinze dias da comunicação escrita do contratado; ou b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a noventa dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital? (inciso I e § 3º do Art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.2.1.53.** O termo de contrato contém as cláusulas necessárias e previstas na legislação de licitações e contratos? (Art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.54.** Os acréscimos ou supressões, nas obras, serviços ou compras, observadas as mesmas condições contratuais, não ultrapassaram 25% do valor inicial atualizado do contrato? (§ 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.55.** Os acréscimos, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamentos, se limitaram a 50% do valor contratual? (§ 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.56.** Os contratos de utilização de bens imóveis, sob a forma de concessão onerosa de uso, obedecem às prescrições da legislação vigente? (Lei nº 8.666, de 1993; § 5º do Art. 18 da Lei nº 9.636/1998; Decreto-Lei nº 9.760, de 1946; Decreto nº 84.905, de 1980; Decreto nº 3.725, de 2001; Portaria nº 1.309/GC4, de 2004; e Portaria nº 1.233/MD, de 2012).

**B.2.1.57.** Os contratos ou instrumentos equivalentes mantêm conformidade com: a) os termos da licitação e da proposta a que se vinculam; ou b) os termos dos atos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação que os autorizou, assim como das suas respectivas propostas? (§ 1º e § 2º do Art. 54, da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.2.1.58.** Os contratos e convênios foram remetidos aos órgãos e autoridades competentes para aprovação e homologação, registrados junto à SEFA, nos prazos máximos fixados na instrução que versa sobre aprovação, celebração e registro de contratos, bem como contabilizados no SIAFI? (Módulos 11 e 16 do MCA 172-3 – Digital).

**B.2.1.59.** Os órgãos e entidades que fizeram uso da ata de registro de preços, não participantes do certame licitatório que originou esse registro, observaram o seguinte: as aquisições ou contratações adicionais não excederam, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes? (§ 3º do Art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013)

**B.2.1.60.** O órgão participante manifestou interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico? (caput do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 2013)

**B.2.1.61.** O órgão participante: I - garantiu que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente; II - manifestou, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e III - tomou

### Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos

conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições? (incisos I a III do Art. 6º, do Decreto nº 7.892, de 2013)

**B.2.1.62.** Os prejuízos causados por dolo ou culpa de agente público ou do próprio contratado nas rescisões contratuais unilaterais, amigáveis ou judiciais foram ressarcidos ao Erário? (Art. 2º da IN TCU nº 71, de 2012).

**B.2.1.63.** Os processos de alienações obedecem às disposições previstas na Lei de licitações e contratos? (Art. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.64.** Os recursos financeiros de natureza orçamentária foram indicados em cláusula específica do contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, devendo, ainda, constar da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido esta empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número e data da nota de empenho? (Art. 60 da Lei nº 4.320, de 1964; caput do Art. 30 do Decreto nº 93.872, de 1986; e inciso V do Art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.65.** Os termos aditivos foram celebrados dentro da vigência do instrumento contratual ou convênio? (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital)

**B.2.1.66.** Têm sido observados os requisitos de publicidade da ata de registro de preços? (§ 2º do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993; e inciso III do Art. 11 e Art. 14, ambos do Decreto nº 7.892, de 2013).

**B.2.1.67.** A Administração evitou a contratação de mão-de-obra indireta, contrariando o previsto na legislação? (inciso II do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988; caput e § 2º do Art. 1º do Decreto nº 2.271, de 1997; e IN MPOG nº 05, de 2017).

**B.2.1.68.** Foi devidamente comprovado e acompanhado pelo fiscal do contrato designado pela Administração, no mínimo, mensalmente, através da apresentação da documentação pertinente pela contratada, o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas resultantes da execução do contrato? (Art. 67 e Art. 71 da Lei nº 8.666, de 1993; e IN MP nº 05, de 2017).

**B.2.1.69.** Foi feita a extensão da garantia contratual, quando da emissão de termo aditivo ao contrato original? (§ 2º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.70.** Foi emitida a anotação de responsabilidade técnica (ART), relativa ao projeto básico? (Art. 1º e 2º da Resolução nº 425, de 1998, do CONFEA; e Súmula nº 260/2010 – TCU).

**B.2.1.71.** Os empenhos foram emitidos pelo SIASG? (Módulo 4 do MCA 172-3 – Digital)

**B.2.1.72.** A aquisição de bens ou a prestação de serviços realizou-se dentro da vigência contratual? (inciso IV do Art. 55 e Art. 66, da Lei nº 8.666, de 1993)

**B.2.1.73.** Os contratos sob a responsabilidade da UG são acompanhados adequadamente pelos gestores designados ou pela Administração? (inciso III do Art. 58 e Art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993; inciso III do Art. 243, do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

**B.2.1.74.** Os contratos em execução estão de acordo com o cronograma contratado? (inciso IV do Art. 55 e Art. 66, da Lei nº 8.666, de 1993).

**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.2.1.75.** No caso de existência de contratos em atraso, as respectivas justificativas constam do PAG? (§ 1º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.76.** No caso do descumprimento de obrigações contratuais, foram instaurados processos para tratar de aplicações de sanções administrativas? (§ 2º do Art. 86 e § 2º do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993).

**B.2.1.77.** A Administração verificou se o contratado mantém, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação? (inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993; § 1º do Art. 3º da IN MPOG/SLTI nº 02, de 2010).

**B.2.1.78.** A UG se absteve de utilizar carta de correção para regularização de erro relativo a: variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação; correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário; ou data de emissão ou de saída? (incisos I, II e III do § 1º, do Art. 7º, do Convênio s/nº, de 1970, do CONFAZ)

**B.2.1.79.** A UG observa o prazo de até noventa dias, após a autorização de adesão à ata de registro de preços pelo órgão gerenciador, para efetivar a aquisição ou contratação solicitada, observado o prazo de vigência da ata? (§ 6º do Art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013)

**B.2.1.80.** Constam dos PAG referentes aos contratos, os documentos e registros que identifiquem o cumprimento das obrigações do contratado, bem como a correta atuação da fiscalização? (§ 1º do Art. 67 da Lei 8.666, de 1993)

**B.2.1.81.** Antes de assinar o contrato, o ordenador de despesas confirmou a liquidez da garantia apresentada? (Módulo 16 do MCA 172-3 – Digital)

**B.2.1.82.** A minuta do contrato contém o cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras? (Art. 12 do Decreto nº 7.983, de 2013)

**B.2.1.83.** A UG contratante encaminhou à SEFA o Parecer sobre a minuta do acordo de compensação, após recebê-lo do comitê de compensação? (alínea 'd' do item 5.4, da DCA 360-1, de 2005).

**B.2.1.84.** A UG contratante providenciou a designação de um representante para a fiscalização da execução do acordo de compensação? (alínea 'a' do item 2.4.1, da ICA 360-1, de 2005).

**B.2.1.85.** A UG contratante enviou ao EMAER o relatório sobre o andamento do acordo de compensação, em especial sobre as não-conformidades e sobre as etapas mais importantes da execução contratual? (alínea 'b' do item 2.4.1, da ICA 360-1, de 2005).

**B.2.1.86.** Os custos não renováveis, já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, são eliminados como condição para a renovação dos contratos? (IN nº 5, de 2017, da Secretaria de Gestão do MPDG, e Acórdão nº 3006/2010 – TCU – Plenário)

**B.2.1.87.** A administração da UG absteve-se de prorrogar excepcionalmente o prazo contratual por mais doze meses após o prazo de sessenta meses estabelecido, sem a necessária

### **Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

comprovação da caracterização da excepcionalidade, e ou sem a autorização expressa da autoridade superior? (§ 4º do Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993).

#### **B.3. CONVÊNIOS E OUTROS ACORDOS**

##### **B.3.1. PONTOS DE CONTROLE**

**B.3.1.1.** O órgão ou entidade concedente decidiu sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos, e, se extinto, ao seu sucessor? (Art. 29 da IN STN 01, de 1997)

**B.3.1.2.** A prestação de contas dos convênios está em dia? (Art. 10 da Portaria nº 582/GC4, de 2015)

#### **B.4. CREDENCIAMENTO**

##### **B.4.1. PONTOS DE CONTROLE**

**B.4.1.1.** Para cada interessado no credenciamento foi aberto novo processo administrativo nos termos do art. 3º e seguintes da Portaria Normativa-MD 1243/06, apensados aos autos principais de credenciamento, onde juntados: documentos do interessado no credenciado requisitados no edital de credenciamento; relatório circunstanciado e objetivo da Comissão de Credenciamento quanto documentação apresentada, inclusive versando sobre a visita técnica, se for o caso, concluindo pela habilitação ou não do interessado; aprovação pelo Gestor sobre o credenciamento; dotação orçamentária; contrato firmado pelas partes; e publicação do extrato do contrato no DOU? (Art. 15, combinado com Art. 66 Portaria Normativa-MD nº 1.243, de 2006; e Portaria Normativa-MD nº 1.068, de 2005)

**B.4.1.2.** Nas prorrogações de vigência dos contratos com as Organizações Civis de Saúde e Profissionais de Saúde Autônomos, devem ser encaminhados para a assessoria jurídica os autos principais de credenciamento e os autos apensos com os contratos que se pretende a prorrogação, estes instruídos com: manifestação do fiscal do contrato sobre a prestação dos serviços e o interesse na prorrogação; a manifestação do contratado de prorrogar o ajuste nas mesmas condições por novo período; autorização motivada do gestor para prorrogação; comprovação da regularidade fiscal federal, INSS e FGTS do contratado; dotação orçamentária; e minuta do termo aditivo? (Art. 57, § 2º, Lei 8.666, de 1993)

**B.4.1.3.** Há demonstração inequívoca de que as necessidades da Administração somente poderão ser atendidas por meio do sistema de credenciamento, cabendo a devida observância das exigências do Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, principalmente no que concerne à justificativa de preços? (Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993; Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)

**B.4.1.4.** Há documentos que comprovem que os usuários do sistema de saúde estão tendo a oportunidade de selecionar a pessoa física ou jurídica credenciada? (Art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão nº 408/2012 – TCU – Plenário; Acórdão nº 5178/2013 – TCU – Primeira Câmara; Acórdão nº 351/2010 – TCU – Plenário)

**B.4.1.5.** Há documentos que demonstrem a existência de controles internos administrativos, para evitar ou identificar possíveis credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas com sócios que possuem vínculo com o Comando da Aeronáutica? (inciso III do Art. 9º, da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão nº 1019/2013 – TCU – Plenário. Acórdão nº 352/2016 – TCU – Plenário)



**Continuação do Anexo B – Licitações e Contratos**

**B.4.1.6.** Há a ampla divulgação do credenciamento, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação local ou, ainda, de forma suplementar, e a qualquer tempo, por meio de outros instrumentos hábeis ao credenciamento de interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e Acórdão nº 352/2016 – TCU – Plenário)

**B.4.1.7.** Há fixação dos critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais, clínicas e laboratórios que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e Acórdão nº 352/2016 – TCU – Plenário)

**B.4.1.8.** Há a fixação, de forma criteriosa, de tabela de preços para remuneração dos diversos itens de serviços médicos e laboratoriais, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; Acórdão nº 1215/2013 – TCU – Plenário; e Acórdão nº 784/2018 – TCU – Plenário)

**B.4.1.9.** Há a vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada ou do cometimento a terceiros da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)

**B.4.1.10.** Há estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)

**B.4.1.11.** Há a previsão da possibilidade de credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988; e Acórdão nº 352/2016 – TCU – Plenário)

**B.4.1.12.** Há a previsão de possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração com a antecedência fixada no termo? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)

**B.4.1.13.** Há possibilidade de os usuários denunciarem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)

**B.4.1.14.** Há a fixação de regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento, como, por exemplo, a proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco? (Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário; e caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988)



**Anexo C – Finanças e Pessoal****C.1. PONTOS BÁSICOS DA GESTÃO FINANCEIRA****C.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.1.1.1.** O setor está utilizando o aplicativo informatizado de gerenciamento de consignações (AGC) como meio alternativo, para a quitação dos valores a serem apropriados como receitas orçamentárias do fundo aeronáutico? (Módulo 7, do MCA 177-2)

**C.1.1.2.** Existem tabelas atualizadas de preços referentes aos serviços prestados pelo setor? (incisos I, III e X, do Art. 40 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.1.1.3.** Nas guias de recolhimento de numerário, constam os números dos recibos de outros serviços prestados pelo setor? (Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.4.** Os recolhimentos ao setor de finanças das receitas originadas no setor estão sendo realizados por meio de guia de recolhimento de numerário no prazo máximo de dois dias úteis a contar da data de sua geração? (inciso VIII, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.1.1.5.** Os setores que arrecadam receitas estão elaborando a prestação de contas mensal com todos os documentos comprobatórios de receitas e despesas e o demonstrativo econômico financeiro – DEF? (Módulo 13, do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.6.** Existe norma específica para recebimento de numerário fora do horário normal de expediente? (incisos I, III e X, do Art. 40, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.1.1.7.** As guias de recolhimento de numerário estão sendo confeccionadas, bem como constam as fontes sobre as quais serão classificadas as despesas e a origem dos recursos? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.8.** Encontram-se autuadas e indexadas ao PAG de receita, da fonte 0250120520, as segundas vias das guias de recolhimento de numerário - (GRN), juntamente com todos os documentos comprobatórios (recibos, nota de registro de arrecadação, guia de recolhimento de receitas da União e outros julgados pertinentes) dos serviços prestados pelos serviços especiais? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.9.** As guias de recolhimento de receitas da União (GRU) estão sendo geradas utilizando as orientações e códigos de recolhimento previstos em legislação? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.10.** As guias de recolhimento de numerário (GRN) estão sendo elaboradas pelos setores responsáveis pelo recolhimento e encaminhadas ao gestor de finanças? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.11.** As guias de recolhimento de numerário (GRN) estão sendo elaboradas em duas vias e seguindo os destinos previstos em legislação? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.1.1.12.** Os códigos de recolhimento utilizados para apropriação dos recursos arrecadados na UG, por meio de GRU, estão sendo corretamente classificados em conformidade com a tabela elaborada pela DIREF? (Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.13.** Está sendo considerado o correto preenchimento das guias de recolhimento da União (GRU), de modo a não serem preenchidos os campos mora/multa, juros/encargos, outros acréscimos, desconto/abatimento e outras deduções, preenchendo-se o valor total a ser recolhido no campo "valor do principal"? Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital e Módulo 9 do MCA 172-4 – Digital)

**C.1.1.14.** As UGs apoiadoras e apoiadas possuem PAG próprio contendo o registro de todos os recolhimentos efetuados no mês? (Módulos 9 e 15 do MCA 172-4 – Digital)

**C.1.1.15.** As OMs apoiadas encaminharam seus demonstrativos de controle das receitas oriundas de cessão de uso a título oneroso de bens imóveis da União e de controle sobre as receitas do mês ao grupamento de apoio até o terceiro dia útil do mês subsequente? (Módulos 9 e 15 do MCA 172-4 – Digital)

**C.1.1.16.** Estão sendo demonstrados e ratificados os atos de gestão praticados pelos agentes da administração das OMs apoiadas no desempenho de suas atividades, mensalmente, por intermédio da prestação de contas? (MCA 172-4 – Digital)

**C.1.1.17.** As Unidades Gestoras Executoras, Unidades Gestoras Credoras e Unidades Gestoras de Controle estão elaborando os demonstrativos do crédito passível de solicitação e da execução orçamentária, bem como o controle de arrecadação de receitas próprias? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**C.1.1.18.** O gestor de finanças da Unidade Gestora Executora elaborou o demonstrativo sintético das receitas por código de recolhimento? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

## **C.2. FINANÇAS**

### **C.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.2.1.1.** A relação de ordens bancárias externas (RE) está devidamente assinada pelo ordenador de despesas, gestor de finanças e certificada pelo Agente de Controle Interno? (inciso XVI, do Art. 45 e inciso XXI, do § 3º, do Art. 47, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.2.1.2.** A cópia da relação de ordens bancárias externas (RE) está autuada ao processo administrativo de gestão de diárias de pessoal? (alínea e do item 13.1.3.7.1, do Módulo 13, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.3.** Está sendo pago ao militar, nas movimentações/afastamentos para cumprimento de atividade/tarefa de qualquer natureza, fora de sede, sem desligamento da Organização Militar (OM) de origem, pelo período superior a 15 dias até três meses (90 dias), o direito pecuniário de menor valor, calculado entre a totalidade de valores correspondentes à ajuda de custo e às diárias? (Art. 1º da Portaria 785/GC6, de 18 de agosto de 2009)

**C.2.1.4.** A planilha comparativa de cálculo, prevista no caso de afastamento do militar para cumprimento de missão superior a 15 dias até 90 dias, está sendo elaborada corretamente e está autuada ao processo administrativo de gestão juntamente com a ordem de serviço ou Portaria

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

de designação, conforme o caso? (Modelo III, do anexo C e Art. 6º da Portaria 785/GC6, de 18 de agosto de 2009)

**C.2.1.5.** O valor referente à ajuda de custo, nos casos de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização Militar de origem, está sendo pago adiantadamente na ida e somente após o cumprimento da tarefa ou atividade na volta? (Art. 9º da Portaria 785/GC6, de 18 de agosto de 2009)

**C.2.1.6.** O valor referente à ajuda de custo, nos casos de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização Militar de origem, está sendo pago em conformidade com tabela prevista em legislação pertinente? (Tabela I, do anexo IV, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001)

**C.2.1.7.** As ordens de serviço referentes ao pagamento de diárias estão sendo arquivadas com toda a documentação prevista para compor o processo administrativo de gestão de diárias de pessoal? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.8.** Os valores relativos ao auxílio-alimentação estão sendo descontados dos servidores civis e militares quando do pagamento de diárias? (Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.9.** A documentação referente à execução da folha de pagamento ao pessoal pelo Banco "00" está compondo PAG mensal? (Módulo 9, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.10.** Os documentos, referentes as missões realizadas por comissionamento, estão sendo organizados sob a forma de processo administrativo de gestão? (Parágrafo único, do Art. 4º da Portaria nº 785/GC6, de 18 de agosto de 2009)

**C.2.1.11.** A Portaria designando o militar para comissionamento foi emitida pelo comandante da OM a qual o militar pertence? (Art. 4º da Portaria 785/GC6, de 18 de agosto de 2009)

**C.2.1.12.** A prestação de garantia na modalidade caução recebida no país, está sendo registrada corretamente no SIAFI, na conta apropriada 8.1.1.1.1.01.13 - caução a executar? (inciso II, do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.13.** A prestação de garantia na modalidade fiança bancária no exterior, está sendo registrada corretamente e no SIAFI na conta apropriada 8.1.1.1.1.02.04 - fianças a executar? (inciso II, do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 12, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.14.** A prestação de garantia na modalidade fiança bancária no país, está sendo registrada corretamente no SIAFI na conta apropriada 8.1.1.1.1.01.04 - fianças a executar? (inciso II, do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 6 do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.15.** A prestação de garantia na modalidade seguro garantia no exterior, está sendo registrada contabilmente no SIAFI na conta apropriada 8.1.1.1.1.02.10 - seguro-garantia a executar? (inciso II, do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 12, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.16.** A prestação de garantia na modalidade seguro garantia no país, está sendo registrada corretamente no SIAFI na conta apropriada 8.1.1.1.1.01.10 - seguros-garantia a executar? (inciso II, do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.2.1.17.** No caso específico das cauções recebidas no país, além do registro na conta 8.1.1.1.1.01.13 (caução a executar), houve registro dos depósitos em espécie na conta 1.1.1.1.1.19.XX (demais contas - caixa econômica federal)? (Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.18.** As garantias contratuais sob a guarda da administração são originais e estão guardadas em local seguro? (Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.19.** Por ocasião da reestruturação organizacional do COMAER, quando do recebimento de contrato de outra OM, está sendo realizada verificação junto à seguradora, se existe a necessidade de alterar informações relacionadas à garantia contratual, caso exista? (Módulo 16, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.20.** As garantias contratuais (seguro-garantia, caução, fiança) sob a guarda da seção de finanças estão com os prazos de validade vigentes? (Módulo 16, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.21.** As determinações judiciais que implicam em alteração pecuniária estão sendo devidamente remetidas à Diretoria de Administração, para análise e cadastramento, antes do cumprimento das mesmas pela SDPP? (Módulo 9, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.22.** Está sendo retido o valor correspondente à 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços, e recolhido este valor em nome da empresa cedente da mão de obra, quando da contratação de empresa para cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário? (Art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, Arts. 112 ao 119 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009)

**C.2.1.23.** Estão sendo indexados e autuados aos PAGs, os documentos que possibilitam a correta certificação da despesa, incluindo as respectivas deduções tributárias? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.24.** Estão sendo recolhidas pela administração da UG, as contribuições sociais referentes aos serviços prestados por pessoas físicas (contribuintes individuais) sem vínculo empregatício (inciso I, do Parágrafo único, do Art. 195 do Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999 e Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.25.** Nos pagamentos a trabalhadores avulsos ou pessoas físicas estão sendo efetuados os descontos para o imposto de renda de pessoa física (IRPF)? (inciso I, do Parágrafo único, do Art. 154 do Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999 e Módulo 6, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.26.** A manutenção das condições de habilitação estão sendo comprovadas a cada pagamento a fornecedor, por meio de consulta ao SICAF? (§ 4º do Art. 3º, da Instrução Normativa nº 2, de 2010, da SLTI/MPOG)

**C.2.1.27.** Existe controle sobre os valores, por fonte e por vinculação de pagamento, referentes às contas correntes da conta contábil 1.1.1.1.2.20.01 - limite de saque com vinculação de pagamento (Módulo 5 do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.28.** Os pagamentos a fornecedores estão sendo realizados em prazo não superior a trinta dias? (alínea a do inciso XIV, do Art. 40, da Lei 8.666, de 1993)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.2.1.29.** As despesas de exercícios anteriores pagas no orçamento vigente estão sendo reconhecidas pela autoridade competente com sua devida motivação e classificação de natureza de despesa? (Módulo 4, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.30.** Estão sendo observadas as situações previstas na legislação para a concessão de folha extraordinária? (Módulo 9, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.31.** O pagamento de folha extraordinária está sendo realizado por meio de OBC, constando o número do PAG e a folha a que se refere o pagamento? (item 9.5.4, do módulo 9, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.32.** Todas as cautelas concedidas, nos anos anteriores a 2013, foram efetivamente resgatadas, apresentado saldo zerado na conta contábil 8.9.7.2.1.02.00 (CD21666AA) - recebidos em custódia, em razão da substituição dessa modalidade pela folha extraordinária? (Módulo 5, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.33.** A elaboração de prestação de contas de folha extraordinária está seguindo as orientações da legislação pertinente? (Módulo 5 do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.34.** Os pagamentos efetuados por meio de folha extraordinária, e não registrados em até 30 dias da data de emissão da ordem bancária, possuem justificativa e registro das providências da UG no sentido de efetivar o registro em contracheque? (Módulo 5, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.35.** A concessão de folha extraordinária de Banco "00" já devolvido, em função do prazo de permanência previsto, está sendo realizada somente com autorização da SDPP? (Módulo 4, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.36.** O valor pago, referente ao auxílio funeral, corresponde, no mínimo, ao soldo de suboficial? (Tabela VI, do anexo IV, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e Módulo 6, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.37.** O adicional natalino pago ao militar da reserva e ao reformado executando tarefa por tempo certo está considerando o adicional igual a três décimos dos proventos que estiver percebendo? (Art. 88 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 e Art. 23 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001)

**C.2.1.38.** O pagamento do adicional natalino está considerando somente a remuneração ou os proventos, para os militares da ativa e na inatividade respectivamente? (Art. 1º e Art. 10 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e Art. 82 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002)

**C.2.1.39.** O valor pago, referente ao auxílio-natalidade, corresponde a uma vez o posto ou graduação para o nascimento do filho de militar ou a uma vez o soldo do posto ou graduação acrescido de cinquenta por cento por recém nascido em parto múltiplo? (Tabela IV, do anexo IV, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001)

**C.2.1.40.** Os direitos financeiros ou descontos, implantados na folha de pagamento, foram realizados com base nas respectivas publicações em boletim interno? (inciso XIII, do § 1º, do Art. 44 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.2.1.41.** Vêm sendo acompanhados os procedimentos de processamento da folha de pagamento do pessoal civil pelo sistema SIAPE? (item 2 da ICA 177-38, de 2008)

**C.2.1.42.** Existem termos de compromisso para todos os usuários cadastrados no aplicativo da SDPP? (Módulo 3, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.43.** O gestor de finanças vem confrontando o boletim financeiro com os relatórios diários de alterações digitadas pelos sacadores e observando as razões das inconsistências detectadas e executando as ações corretivas pertinentes? (Módulo 3, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.44.** O gestor de finanças vem confrontando o boletim financeiro com os relatórios diários de alterações aceitas ou rejeitadas da SDPP, observando as razões das inconsistências detectadas e executando as ações corretivas pertinentes? (Módulo 3, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.45.** Está havendo rodízio funcional entre os executores dos diversos segmentos constitutivos do processamento da folha de pagamento de pessoal (§ 2º, do Art. 41 do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 3, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.46.** A UG possui PAG mensal de descontos internos e a classificação dos valores foi realizada corretamente? (Módulo 9, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.47.** As planilhas de cálculo de pensão alimentícia estão assinadas pelo sacador responsável, pelo gestor de finanças, pelo Agente de Controle Interno, e arquivadas nos respectivos processos? (Módulo 8, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.48.** As determinações judiciais referentes às pensões alimentícias estão sendo cumpridas em caráter de urgência? (item 2.1, alínea 'c' do item 2.5 e item 3.2.1.1 da ICA 177-29, de 2002; e Módulo 8, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.49.** Os descontos referentes à pensão alimentícia estão sendo alterados em decorrência dos reajustes de remuneração, mudanças na estrutura remuneratória, promoções, mudanças na alíquota do imposto de renda ou outros eventos que promovam alterações na remuneração do alimentante? (item 3.2.1.14 da ICA 177-29, de 2002, e Módulo 8, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.50.** Os processos referentes à pensão alimentícia, contendo todo o expediente administrativo em relação ao militar alimentante e ao beneficiário estão devidamente ordenados, autuados e indexados (item 4.1 da ICA 177-29, de 2002; e Módulo 8, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.51.** Esta sendo elaborada a revisão semestral prevista, para a correta manutenção do desconto de pensão alimentícia nos vencimentos dos servidores e pensionistas alimentantes? (Módulo 8, do MCA 177-2 – Digital)

**C.2.1.52.** O setor responsável pelos dólares em cofre possui equipamento identificador de cédulas de dólar falso, de forma a evitar o recebimento de dólar falsificado nas eventuais devoluções? (inciso IX do Art. 40, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.2.1.53.** A UG vem cumprindo o prazo máximo de 60 dias para a correta identificação do fato gerador para os valores inscritos na conta contábil 2.1.8.8.1.04.09 – depósitos de terceiros, efetuando consulta prévia à SEFA/SUFIN 1 para o correto registro da receita no SIAFI,



**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

excetuando-se para as devoluções de despesas de exercícios findos? (Módulo 12, do MCA 172-3 – Digital)

**C.2.1.54.** Os valores não aplicados de Banco "00" estão sendo devolvidos à SDPP até o dia 22 do mês subsequente ao da referida folha de pagamento? (Módulo 9, do MCA 172-3 – Digital)

**C.3. FATURAMENTO HOSPITALAR****C.3.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.3.1.1.** Está sendo cobrada, dos militares inativos e dependentes/pensionistas de militares, quando na condição de acompanhantes em OM de saúde do COMAER, a indenização pelo fornecimento de alimentação? (item 3.4.1, da ICA 145-6, de 2016, Portaria que dispõe sobre a descentralização de recursos para a alimentação de pessoal vigente e Módulo 3 do MCA 172-3)

**C.3.1.2.** A indenização cobrada dos militares inativos e dependentes/pensionistas de militares, quando na condição de acompanhantes em OMs de saúde do COMAER, pelo fornecimento de alimentação, está sendo devidamente recolhida e escriturada de acordo com os valores da etapa complementada? (item 3.4.1, da ICA 145-6, de 2016, Portaria que dispõe sobre a descentralização de recursos para a alimentação de pessoal vigente e Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

**C.3.1.3.** O valor da USM, utilizado para processar a cobrança dos procedimentos médicos hospitalares, encontra-se atualizado? (Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 e Decreto nº 92.512, de 1986)

**C.3.1.4.** As despesas que requeiram pagamento pelo beneficiário responsável e que sejam inferiores a 3% (três por cento) da cota-parte do soldo que serviu de base para o cálculo, no caso de pensionistas, estão sendo pagas à vista, pessoalmente ou por terceiro, em seu nome, à Organização de saúde atendente? (item 10.3, da ICA 160-24, de 2010)

**C.3.1.5.** As despesas que requeiram pagamento pelo beneficiário responsável e que sejam superiores a três por cento da cota-parte do soldo que serviu de base para o cálculo, no caso de pensionistas, estão sendo encaminhadas para desconto pela Organização de saúde da aeronáutica à Organização do militar da ativa ou à Organização Militar onde o militar inativo ou o pensionista recebe pagamento ou pensão? (item 10.4, da ICA 160-24, de 2010)

**C.3.1.6.** As tabelas utilizadas para a elaboração dos cálculos das indenizações de medicamentos e materiais utilizados na efetivação dos tratamentos encontram-se atualizadas? (Art. 17 do Decreto 92.512, de 04 de fevereiro de 1986 e item 9.1.1, da ICA 160-24, de 2010)

**C.3.1.7.** Encontram-se autuadas e indexadas ao PAG de receita, da fonte 0250120550, as segundas vias das guias de recolhimento de numerário (GRN), juntamente com todos os documentos comprobatórios (recibos, nota de registro de arrecadação, guia de recolhimento de receitas da União e outros julgados pertinentes) das indenizações realizadas pelos usuários? (Módulo 3, do MCA 172-3)

**C.3.1.8.** O setor emite documento de crédito (fatura, nota fiscal, recibo, ou outro) pelo serviço prestado ao usuário de modo a possibilitar deduções relativas ao imposto de renda das pessoas físicas? (inciso II, do Art. 61, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.3.1.9.** Ressalvadas as isenções de pagamentos previstas em legislação, os beneficiários da AMHC estão sendo sujeitos ao pagamento de 20% (vinte por cento) das indenizações devidas pela assistência médico-hospitalar que lhes for prestada? (Art. 32, do Decreto 92.512, de 04 de fevereiro de 1986 e item 10.1, da ICA 160-24, de 2010)

**C.3.1.10.** Os responsáveis pelos pacientes, ao requererem o ressarcimento das despesas com a assistência à saúde, estão certificando a prestação dos serviços no verso das faturas, recibos, notas fiscais e outros documentos fiscais constantes do processo? (item 17.9, da ICA 160-23, de 2011).

**C.3.1.11.** Estão sendo atendidos nas OSA, excetuando-se os casos de emergência, somente os beneficiários previstos na legislação em vigor? (item 1.3.6 e 1.3.7, da ICA 160-24, de 2010)

**C.3.1.12.** A prestação de contas do setor de faturamento contém os documentos e procedimentos previstos para controle do saldo devedor dos beneficiários da AMHC? (Módulo 7, do MCA 177-2 – Digital)

**C.3.1.13.** A OM está efetuando o ressarcimento de despesas com saúde ao beneficiário, no percentual de 80% e com base nas tabelas próprias da SARAM? (item 11.1.3 da NSCA 160-5, de 2017)

## **C.4. SUBSISTÊNCIA**

### **C.4.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.4.1.1.** A indenização cobrada dos militares do efetivo de outra OM que receberam diárias para o cumprimento de alguma missão, e realizaram refeições na OM, está sendo devidamente recolhida e escriturada de acordo com os valores da etapa complementada? (item 3.4.2, da ICA 145-6, de 2016, e Portaria que dispõe sobre a descentralização de recursos para a alimentação de pessoal vigente)

**C.4.1.2.** Está sendo cobrada, dos militares do efetivo de outra OM que receberam diárias para o cumprimento de alguma missão, a indenização pelo fornecimento de alimentação? (§ 3º, do Art. 2º, da Portaria nº 20/GABINT, de 22 de abril de 2014)

**C.4.1.3.** A indenização cobrada dos usuários que não fazem jus à alimentação, e realizaram refeições nessa OM, está sendo devidamente recolhida e escriturada de acordo com os valores da etapa complementada? (item 3.4.1, da ICA 145-6, de 2016; Módulo 3 do MCA 172-3 – Digital)

## **C.5. SERVIÇOS ESPECIAIS**

### **C.5.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.5.1.1.** A importância cobrada dos usuários pelos serviços de hospedagem está sendo devidamente recolhida e escriturada? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

**C.5.1.2.** A importância cobrada dos usuários pelos serviços de barbearia e/ou lavanderia, se for o caso, está sendo devidamente recolhida e escriturada? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.5.1.3.** Está sendo cobrada, dos usuários dos serviços de hospedagem a correspondente indenização? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.5.1.4.** Está sendo cobrada, dos usuários dos serviços de barbearia e/ou lavanderia a correspondente indenização? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.5.1.5.** Estão sendo anexadas às guias de recolhimento de numerário os recibos, ou outro documento comprobatório, para conferência por parte do setor de controle interno? (incisos I, IV e VIII do Art. 59 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.5.1.6.** O setor possui recibo de pagamento, como comprovante do pagamento efetuado? (inciso II, do Art. 61, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.5.1.7.** O setor possui fichas de registro de hospedagem para controle do número de apartamentos ocupados? (incisos I, III e X, do Art. 40, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.5.1.8.** O setor possui fichas de registro de hospedagem para controle do período em que o apartamento está ocupado? (incisos I, III e X do Art. 40 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

### **C.6. REEMBOLSÁVEL**

#### **C.6.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.6.1.1.** A importância correspondente aos produtos das vendas do reembolsável está sendo devidamente recolhida e escriturada? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

**C.6.1.2.** Está sendo cobrado dos usuários do reembolsável o correspondente valor das aquisições por eles realizadas? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.6.1.3.** Encontram-se autuadas e indexadas ao PAG de receita, da fonte 0250120630, as segundas vias das guias de recolhimento de numerário (GRN), juntamente com todos os documentos comprobatórios (recibos, nota de registro de arrecadação, guia de recolhimento de receitas da União e outros julgados pertinentes) das vendas realizadas no reembolsável? (Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

### **C.7. SEÇÃO COMERCIAL**

#### **C.7.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.7.1.1.** A atividade fim da Organização está sendo prejudicada no planejamento ou na execução das atividades da seção comercial? (item 3.2.1, da IMA 19-79, de 1997)

**C.7.1.2.** Encontram-se autuadas e indexadas ao PAG de receita, da fonte 0250120510, as segundas vias das guias de recolhimento de numerário - (GRN), juntamente com todos os documentos comprobatórios (recibos, nota de registro de arrecadação, guia de recolhimento de receitas da União, ordens de serviço e outros julgados pertinentes) das atividades da seção comercial? (Módulo 3, do MCA 172-3 – Digital)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.7.1.3.** As receitas provenientes das atividades comerciais do setor, estão sendo devidamente recolhidas e escrituradas? (inciso V, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA; itens 3.1 e 3.2, do módulo 3, do MCA 172-3 e item 3.3.2 da IMA 19-79, de 1997)

**C.7.1.4.** Existem planilhas detalhadas que expressem a composição dos preços praticados pelo setor e estão sendo submetidas a exame e autenticação do Agente de Controle Interno? (inciso I, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.7.1.5.** Existem, no setor, tabelas atualizadas de custos referentes aos serviços prestados pelas diversas oficinas e estão sendo submetidas ao exame e autenticação do Agente de Controle Interno? (inciso I, do Art. 59, do RCA 12-1, de 2017 – RADA e item 3.3.6, da IMA 19-79, de 1997)

**C.7.1.6.** Os serviços executados ou os produtos fabricados são indenizados mediante pagamento à vista (item 3.3.7, da IMA 19-79, de 1997)

## **C.8. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **C.8.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.8.1.1.** Nos casos de concessão de benefício social na modalidade excepcional cuja soma dos valores no período de até seis meses ultrapasse cinco salários mínimos nacional, o gestor social tem encaminhado o original do processo social para avaliação da subdiretoria de encargos especiais - SDEE? (item 2.4.3.9, da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.2.** Na concessão de benefício social na modalidade excepcional, o gestor social da unidade vem elaborando o processo social? (item 2.5 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.3.** Os processos sociais previstos de serem elaborados para as concessões de benefícios na modalidade excepcional vêm sendo compostos com o Parecer social, declaração de beneficiário, quando for o caso, comprovante de renda de membros da família, documentos comprobatórios de despesas, a previsão de despesa contendo no mínimo três orçamentos e a comprovação do recolhimento da contribuição ao RAS/DIRINT? (item 2.5.3 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.4.** O encaminhamento à SDEE dos processos sociais previstos a serem elaborados para as concessões de benefícios na modalidade excepcional é realizado por meio de ofício circunstanciado do comandante, chefe ou diretor, solicitando o benefício e informando se é necessária a descentralização do recurso? (item 2.5.1 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.5.** O gestor social, antes da aquisição de medicamento e insumo contemplados pela política nacional de assistência farmacêutica, verifica se o usuário deixou de ter o seu atendimento por essa sistemática ou se houve a suspensão da distribuição dos mesmos? (item 2.5.7 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.6.** Na concessão de benefício social na modalidade ressarcimento parcial, tem sido observado o percentual permitido e o número de parcelas máximas previstas para cada projeto do programa de assistência social? (Anexos A, B, C, D, E e F da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.7.** O setor de assistência social está elaborando o balancete de prestação de contas mensal com todos os documentos previstos? (item 5.2 da ICA 161-1, de 2014)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.8.1.8.** Vêm sendo elaborados controles atualizados dos registros e concessões do programa de assistência social, observando as pastas individuais dos usuários, as estatísticas de atendimento aos usuários, a utilização dos recursos descentralizados assim como o montante devolvido à SDEE, mensalmente? (item 5.1.2 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.9.** Vem sendo realizado e encaminhado ao Agente de Controle Interno, mensalmente, o cotejamento entre os itens de desconto de ressarcimento do benefício concedido aos usuários com as relações analíticas 1-11 para usuário militar, e GRU para os demais? (item 5.1.3 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.10.** Os servidores civis beneficiados com o programa de assistência social são contribuintes do RAS/DIRINT? (item 6.1 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.11.** Vêm sendo elaborada, mensalmente, a relação dos usuários devedores do fundo de assistência social da DIRINT? (alínea "j" do item 5.2.1 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.12.** Os servidores civis beneficiados pela assistência social estão efetuando o ressarcimento de seus benefícios sócio assistenciais por meio de guia de recolhimento da União (GRU) (item 2.6.3 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.13.** O setor mantém um controle mensal dos pagamentos realizados por GRU, no caso de civis, pensionistas e soldados não contribuintes do RAS/DIRINT, que venham a necessitar de atendimento sócio assistencial? (item 5.1.4 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.14.** A modalidade de restituição de despesas previamente efetuada (RDPE) está sendo utilizada somente enquanto o processo licitatório da OM não estiver sido efetivado e quando houver necessidade de aquisição do bem ou serviço, decorrente de uma situação urgente (item 2.4.2.2 da ICA 161-1, de 2014)?

**C.8.1.15.** O pessoal que atua no setor de serviço social assinou o termo de compromisso de manutenção de sigilo? (item 5.1.6 da ICA 161-1, de 2014)

**C.8.1.16.** Quando se tratar de atendimento no projeto saúde, a unidade vem enviando também o relatório médico prescrito por autoridade médica vinculada ao COMAER contendo: indicação da doença, a forma de tratamento, o período de tratamento, a necessidade e a urgência do atendimento? (item 2.5.4 da ICA 161-1, de 2014)

## **C.9. PONTOS BÁSICOS DA GESTÃO DE PESSOAL**

### **C.9.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.9.1.1.** O endereço indicado na declaração para cadastramento/recadastramento do auxílio-transporte é idêntico ao do sistema de informações gerenciais de pessoal (SIGPES)? (item 2.5 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.2.** Os militares ou servidores civis que trabalham por escala estão recebendo o benefício do auxílio-transporte considerando o período estabelecido pela escala de serviço na qual concorre? (item 2.8 da ICA 161-14, de 2014)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.9.1.3.** Os casos de solicitação de utilização de tarifas normais, em detrimento da utilização do bilhete único estão sendo realizadas por intermédio de requerimento interno e a solução sendo publicada em boletim interno da OM? (Itens 2.11 e 2.12 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.4.** O valor do desconto mensal devido pelo beneficiário civil ou militar do auxílio-transporte está sendo descontado corretamente, no valor de 6% do soldo ou vencimento e na proporção fixa de 22 dias? (item 4.3.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.5.** Para efeito de acerto financeiro do auxílio transporte, referente às licenças, dispensas, afastamentos totais do serviço e punições disciplinares, estão sendo considerados os descontos no mês específico da ocorrência, nos casos em que o afastamento começar no mês anterior e terminar no mês subsequente? (item 5.5 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.6.** Para efeito de acerto financeiro do auxílio-transporte, referente às viagens para acompanhar dependentes para tratamentos de saúde e missões a serviço fora de sede, o desconto está sendo realizado até o limite do valor líquido recebido? (item 5.6 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.7.** O acerto financeiro do auxílio-transporte referente às férias regulamentares de 30 (trinta) dias corridos, está sendo efetuado com base no valor total do benefício? (item 5.7 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.8.** O setor está mantendo em arquivo, sob a forma de processo individualizado por militar, servidor civil ou pensionista a documentação referente ao benefício do auxílio transporte (item 6.1.3 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.9.** As pastas individuais dos beneficiários do auxílio-transporte contêm toda a documentação comprobatória prevista (item 6.1.4 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.10.** A prestação de contas do auxílio-transporte está sendo elaborada mensalmente e contém todos os documentos comprobatórios previstos? (Itens 6.3.1 e 6.3.2 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.11.** O controle físico-financeiro do auxílio-transporte está sendo preenchido mensalmente de acordo com as informações contidas nas relações analíticas das caixas d 89, e 89, l 95, p 11, s 89 e t 89(militar) e a rubrica 00951 (civil), devidamente assinados pelo Agente de Controle Interno e pelo ordenador de despesas? (item 7.1.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.12.** A mensagem SIAFI de acompanhamento físico-financeiro da utilização do auxílio-transporte está sendo transmitida mensalmente à SDEE até o décimo dia útil do mês de utilização do benefício? (item 7.1.2 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.13.** A relação de beneficiários cadastrados e atendidos do auxílio-transporte está sendo preenchida mensalmente, de acordo com as concessões publicadas nos boletins internos e as alterações do cadastramento, atualizada e assinada pelo chefe do setor de pessoal e pelo Agente de Controle Interno? (item 7.2.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.14.** O setor está elaborando o cotejamento mensal do auxílio-transporte conforme previsto na legislação? (item 7.3 da ICA 161-14, de 2014)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.9.1.15.** Após a elaboração do cotejamento mensal, o setor está emitindo corretamente um relatório de discrepâncias encontradas e encaminhando ao Agente de Controle Interno? (item 7.3.3 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.16.** O valor do pagamento do auxílio-transporte está sendo realizado em conformidade com o valor homologado no formulário de solicitação do auxílio-transporte? (item 7.3.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.17.** O recadastramento do auxílio-transporte está sendo realizado anualmente, por meio de convocação publicada em boletim interno, contendo no mínimo: prazo de execução, com data de início e término e recomendação quanto à suspensão do benefício e perda da validade do formulário precedente, caso não realizado o recadastramento? (Itens 8.1, 8.2 e 8.3 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.18.** Após o prazo previsto para recadastramento, o setor de pessoal publicou em boletim interno a relação nominal dos beneficiários que realizaram o recadastramento sem alteração, relação nominal dos beneficiários que realizaram o recadastramento com alteração e relação nominal daqueles que não realizaram o recadastramento? (item 8.4 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.19.** O auxílio-transporte dos beneficiários que não realizaram recadastramento foram suspensos? (item 9.2 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.20.** Os valores não comprovados por meio da entrega dos bilhetes utilizados no transporte regular rodoviário seletivo ou especial estão sendo devolvidos aos cofres públicos pelos beneficiados do auxílio-transporte (item 6.1.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.21.** Os beneficiários do auxílio-transporte que utilizam o transporte regular rodoviário, seletivo ou especial estão apresentando os bilhetes utilizados até o quinto dia útil do mês subsequente? (item 6.1.1 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.22.** O setor de pessoal da OM transmite, mensalmente, à SDEE, via mensagem comunica SIAFI, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da competência, o controle mensal de despesas da assistência pré-escolar? (item 8.1.2 e anexo B da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.23.** O setor de pessoal da OM mantém arquivado o original do controle mensal de despesas da assistência pré-escolar e a mensagem comunica SIAFI, observando as instruções de preenchimento e as devidas assinaturas dos responsáveis, para fins de consulta, de controle e de inspeção? (item 8.1.3 e anexo B da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.24.** Estão sendo observadas as condições que vedam a concessão do auxílio-transporte quando da solicitação pelo militar? (item 3.6 da ICA 161-14, de 2014)

**C.9.1.25.** O setor está realizando o cotejamento mensal do auxílio pré-escolar? (item 8.3 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.26.** As pastas individuais dos beneficiários do auxílio pré-escolar contêm toda a documentação prevista? (item 9.1.2 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.27.** A documentação referente ao programa de assistência pré-escolar está sendo organizada sob a forma de processo, sendo numerada, indexada e inserida em pasta individual? (alínea “d” do item 9.1.2 da ICA 161-11, de 2013)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.9.1.28.** Está sendo elaborado o requerimento interno para a concessão do auxílio pré-escolar? (Anexo A da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.29.** A prestação de contas do programa de assistência pré-escolar está sendo elaborada com todos os documentos previstos? (item 9.3.2 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.30.** O setor está emitindo, mensalmente, um relatório de discrepâncias baseado nas informações obtidas no cotejamento mensal do programa de assistência pré-escolar e encaminhando ao Agente de Controle Interno? (item 8.3.3 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.31.** O setor de pessoal da OM preenche, mensalmente, o controle mensal de despesas da assistência pré-escolar, de acordo com as informações contidas nas relações analíticas das caixas (militar) e as rubricas (civil), devidamente assinado pelo chefe do setor de pessoal correspondente e pelo Agente de Controle Interno? (item 8.1.1 e anexo B da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.32.** Os valores referentes à assistência pré-escolar estão sendo implantados de acordo com o valor teto previsto para a região? (item 6.2 da ICA 161-11, de 2014)

**C.9.1.33.** Vem sendo indexado ao processo individualizado referente ao benefício da assistência pré-escolar, do militar, servidor civil ou pensionista, requerimento interno, cópia de comprovação de dependência, devidamente autenticado, cópia do boletim interno de inclusão, alteração ou exclusão, assim como quando for o caso, cópia devidamente autenticada do laudo médico de junta de saúde ou de médico na especialidade de psiquiatra? (alínea "c" do item 9.1.2 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.34.** Os valores referentes à assistência pré-escolar estão sendo implantados a partir da data da solicitação contida no requerimento interno militar/civil? (item 5.2 da ICA 161-11, de 2014)

**C.9.1.35.** Vem sendo acompanhada a execução do programa de assistência pré-escolar na modalidade direta, por meio de uma comissão de fiscalização? (item 3.1.6 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.36.** O auxílio da assistência pré-escolar do militar ou servidor civil está sendo cancelado definitivamente nos casos de falecimento do dependente, licenciamento do serviço ativo, aposentadoria ou morte do servidor civil, extinção do contrato ou da relação estatutária ou no mês subsequente ao que o dependente completar 06 (seis) anos de idade cronológica ou mental? (alínea "a" do item 7.2 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.37.** O valor da cota-parte devida pelo beneficiário civil ou militar do auxílio pré-escolar está sendo descontado corretamente, levando em consideração o valor teto da região e sua faixa de remuneração? (item 6.1 da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.38.** O auxílio pré-escolar possui prazo de encerramento no mês em que o respectivo dependente completa seis anos de idade cronológica ou mental? (item V da alínea a, do item 7.2, da ICA 161-11, de 2013)

**C.9.1.39.** Os documentos necessários para possibilitar à comissão designada para o cotejamento e o confronto de folha de pagamento de pessoal está sendo encaminhada, mensal



**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

e formalmente, ao setor de controle interno da UG? (inciso VI do Art. 49, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.9.1.40.** As considerações e providências decorrentes das discrepâncias apontadas no relatório de cotejamento realizadas pelo setor de finanças e pelo setor de pessoal estão de acordo com as exemplificações contidas na legislação pertinente? (Módulo 12 do MCA 177-2)

**C.9.1.41.** As considerações e providências decorrentes das discrepâncias apontadas no relatório de cotejamento realizadas pelo setor de finanças e pelo setor de pessoal estão de acordo com as exemplificações contidas na legislação pertinente? (Módulo 12 do MCA 177-2)

**C.9.1.42.** As instituições de direito público ou privado com descontos na folha de pagamento dos militares da unidade, possuem credenciamento junto à DIRAD? (Capítulo 2, da ICA 177-2, de 2007)

**C.9.1.43.** A entidade consignatária que, no período de 6 meses, a partir da data de assinatura do termo de credenciamento não implantou e manteve em folha de pagamento de pessoal um mínimo de 150 consignantes está sendo descredenciada? (item 2.1.5 da ICA 177-2, de 2007)

**C.9.1.44.** As declarações de beneficiários se encontram atualizadas e instruídas com a documentação que comprove o grau de parentesco dos beneficiários instituídos e demais documentos pertinentes? (item 4.2.1 da ICA 47-4, de 2010)

**C.9.1.45.** A autenticação de fotocópia de documento comprobatório da qualidade de beneficiário, quando realizado por agente delegado, está sendo registrado, sob o nome e posto deste, o número e ano do boletim interno em que foi publicada a delegação de competência? (item 5.1.1.1 da ICA 47-4, de 2010)

**C.9.1.46.** A documentação comprobatória dos beneficiários do militar está sendo anexada à declaração de beneficiários e na ordem de prioridade (itens 4.4.26 e 4. 4.27 da ICA 47-4, de 2010)

**C.9.1.47.** Estão sendo convocados, anualmente, até o mês de junho, os militares da ativa, para que procedam a validação das informações constantes das declarações de beneficiários? (item 4.3.5 da ICA 47-4, de 2010)

**C.9.1.48.** O setor está utilizando o modelo de declaração de beneficiários que possibilite a validação das informações, quando não ocorrer alteração dos beneficiários? (item 4.3.2 da ICA 47-4, de 2010)

**C.9.1.49.** Está sendo apostado o carimbo com o sinete da Organização sobre parte da assinatura da autoridade competente ou do agente delegado, quando da autenticação de fotocópia de documento comprobatório da qualidade de beneficiário, constante do processo de declaração de beneficiários? (item 5.2.6 da ICA 47-4, de 2010 e item 5.12.5 da ICA 10-1, de 2010)

**C.9.1.50.** As declarações de família dos servidores encontram-se atualizadas? (Capítulo 6 da ICA 47-3, de 2003)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal****C.10. PESSOAL MILITAR****C.10.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.10.1.1.** A entrega das declarações de bens e valores vem sendo objeto de publicação anual, em boletim interno, nele constando os nomes dos agentes públicos da unidade que cumpriram com a obrigação de apresentar? (Art. 3º da Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014)

**C.10.1.2.** Vem ocorrendo o encaminhamento ao CENCIAR, em até 60 (sessenta) dias após o prazo estipulado pela secretaria da receita federal para a apresentação da declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física, da cópia da publicação em boletim interno, contendo a relação de todos os agentes públicos da unidade que cumpriram com a obrigação de apresentar suas respectivas declarações de bens e valores? (Parágrafo único, do Art. 3º da Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014)

**C.10.1.3.** Vêm sendo tomadas as medidas necessárias à manutenção do sigilo das declarações de bens e valores? (Art. 8º da Portaria 738/GC6, de 15 de maio de 2014)

**C.10.1.4.** As autorizações de acesso, por meio eletrônico, às declarações de ajuste anual do imposto de renda de pessoa física (IRPF) estão sendo publicadas em boletim interno de modo a constarem das alterações pessoais dos agentes públicos? (§ 4º, do Art. 2º da Portaria 738/GC6, de 15 de maio de 2014)

**C.10.1.5.** A entrega da cópia da declaração de ajuste anual do imposto de renda de pessoa física (IRPF) ou da autorização de acesso vêm sendo realizada no momento da posse e do exercício e na data em que o agente público deixar o cargo, emprego ou função? (§ 1º, do Art. 2º, da Portaria 738/GC6, de 15 de maio de 2014)

**C.10.1.6.** O auxílio-alimentação para desarranchamento está sendo pago apenas para os militares das OM previstas em legislação? (Anexo da Portaria nº 358/GC4, de 06 de abril de 2016)

**C.10.1.7.** A concessão do pagamento do auxílio-alimentação aos militares desarranchados está sendo processado mediante requerimento interno do interessado? (Art. 5º da Portaria nº 359/GC4, de 06 de abril de 2016)

**C.10.1.8.** A concessão do pagamento da etapa eventual está sendo processada mediante elaboração da ficha-cadastro de habilitação para percepção de etapa eventual? (§ 2º do Art. 4º da Portaria nº 359/GC4, de 06 de abril de 2016)

**C.10.1.9.** Fizeram jus ao auxílio-alimentação no valor de dez ou cinco vezes o valor da etapa comum fixada para a localidade somente os militares que não puderam receber alimentação por sua Organização ou outra nas proximidades do local do serviço ou expediente, ou quando, por imposição do horário de trabalho e distância de sua residência, foram obrigados a fazer refeições fora dela, tendo para tanto despesas extraordinárias, por dia em que cumpriram integralmente o expediente? (inciso II, do Art. 4º da Portaria nº 359/GC4, de 06 de abril de 2016)

**C.10.1.10.** Os militares da ativa da OM têm realizado anualmente o cadastramento de seus dependentes para fins do fundo de saúde da aeronáutica? (item 7.7 da ICA 160-24, de 2010)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.10.1.11.** O setor está promovendo o cadastramento de dependentes para fins de abatimento mensal do imposto de renda retido na fonte? (Art. 643 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999)

**C.10.1.12.** A parcela variável de concessão do pagamento do adicional de raio X, está ocorrendo somente para os casos em que o militar no exercício de suas tarefas, fique exposto a emanções diretas de fontes de irradiação, com raios-X ou substâncias radioativas? (Art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950 e Art. 1º Decreto nº 32.604, de 22 de abril de 1953)

**C.10.1.13.** Existe seguro de acidentes pessoais em favor de estagiários, estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo cujo estágio foi concedido pela OM? (Art. 8º do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982)

**C.10.1.14.** O setor responsável vem controlando e mantendo atualizada a realização da inspeção de saúde dos militares e servidores civis, de acordo com as normas específicas vigentes? (inciso V, art. 55 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**C.10.1.15.** O pagamento da gratificação de localidade especial está sendo efetuado somente nos casos de militares transferidos com desligamento da OM de origem para a OM de destino considerada inóspita? (Art. 11 do Decreto 4.307, de 2002)

**C.10.1.16.** A homologação e a revalidação de provas aéreas está sendo efetivada por intermédio de publicação em boletim interno até o dia dez de janeiro do ano subsequente à realização das provas aéreas? (inciso I do Art. 9º, da Portaria nº 378/GC3, de 15 de março de 2017)

**C.10.1.17.** As provas aéreas revalidadas não estão sendo incorporadas pelos respectivos militares? (§ 4º, do Art. 9º, da Portaria nº 378/GC3 de 15 de março de 2017)

**C.10.1.18.** A comissão de radiologia, para desempenhar atribuições afetas à radioproteção e à concessão do adicional de compensação orgânica por trabalhos com raios-X, foi constituída com, no mínimo, os membros obrigatórios e publicada em boletim interno da OM? (Itens 2.7 e 2.8 da Ordem Técnica nº 4/DIRSA, de 18 de setembro de 2014)

**C.10.1.19.** A comissão de radiologia adotou mecanismos de controle para comprovação da carga horária mínima em que os militares que recebem o adicional de compensação orgânica operam diretamente com raio-X? (item 2.8.1.3 da Ordem Técnica nº 4/DIRSA, de 18 de setembro de 2014)

**C.10.1.20.** A comissão de radiologia reuniu-se a fim de manter relação atualizada de todos os militares que recebam adicional de compensação orgânica, fazendo constar o número do boletim do Comando da Aeronáutica com a aprovação do cadastro; a data de início das atividades radiológicas; a função exercida, fazendo distinção entre o enquadramento dos itens 2.11.1 e 2.11.2; e o tempo mínimo semanal despendido nela? (item 2.8.1.5 da Ordem Técnica nº 4/DIRSA, de 18 de setembro de 2014)

**C.10.1.21.** A comissão de radiologia efetuou gestões para que fosse publicado em boletim interno da OM as designações de funções dos militares envolvidos em funções radiológicas, os cadastramentos na DIRSA e as concessões de compensação orgânica? (item 2.8.1.10 da Ordem Técnica nº 4/DIRSA, de 18 de setembro de 2014)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.10.1.22.** O valor pago de compensação pecuniária corresponde a 1 remuneração mensal por ano de efetivo serviço militar prestado, tomando-se por base de cálculo o valor da remuneração correspondente ao posto ou à graduação a que tiver direito o militar, na data do seu desligamento? (Art. 2º da Portaria nº 609/GM1, de 17 de agosto de 1990 e Art. 1º da Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989)

### **C.11. PESSOAL CIVIL**

#### **C.11.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.11.1.1.** A concessão do adicional de insalubridade está baseada em laudo técnico elaborado por servidor da esfera federal, estadual, distrital ou municipal ocupante de cargo público de médico com especialização em medicina do trabalho ou engenheiro e arquiteto com especialização em segurança do trabalho? (Orientação Normativa MPOG nº 4/SEGEP, de 14 de fevereiro de 2017)

**C.11.1.2.** A execução dos pagamentos dos adicionais de insalubridade somente está sendo processada mediante Portaria de localização, Portaria de concessão e laudo técnico pertinente? (Orientação Normativa MPOG nº 4/SEGEP, de 14 de fevereiro de 2017)

**C.11.1.3.** O laudo técnico utilizado como base para o pagamento dos adicionais segue as instruções previstas nos normativos mais recentes? (Orientação Normativa MPOG nº 4/SEGEP, de 14 de fevereiro de 2017)

**C.11.1.4.** A execução dos pagamentos dos adicionais de periculosidade somente está sendo processada mediante Portaria de localização, Portaria de concessão e laudo técnico pertinente? (Orientação Normativa MPOG nº 4/SEGEP, de 14 de fevereiro de 2017)

**C.11.1.5.** A concessão do adicional de periculosidade está baseada em laudo técnico elaborado por servidor da esfera federal, estadual, distrital ou municipal ocupante de cargo público de médico com especialização em medicina do trabalho ou engenheiro e arquiteto com especialização em segurança do trabalho? (Orientação Normativa MPOG nº 4/SEGEP, de 14 de fevereiro de 2017)

**C.11.1.6.** A prestação de contas do programa de ressarcimento de assistência à saúde aos servidores civis está sendo elaborada com todos os documentos previstos? (item 9.2, da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.7.** As cópias dos boletos de pagamento mensais quitados, se encontram arquivadas nas pastas individuais do programa de ressarcimento de assistência à saúde dos servidores? (item 9.1 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.8.** As cópias dos documentos anexados às pastas individuais do programa de ressarcimento de assistência à saúde dos servidores estão sendo autenticadas por servidor público? (item 9.1 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.9.** O setor de pessoal civil está elaborando a relação informativa de ressarcimento de assistência à saúde (RIRAS) atualizando-a sempre que necessário e com as devidas assinaturas do chefe de pessoal e do Agente de Controle Interno? (alínea "a", do item 5.1, da ICA 161-3, de 2011)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.11.1.10.** O setor de pessoal civil vem efetuando o cotejamento mensal referente aos ressarcimentos de assistência à saúde? (item 8 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.11.** Os cadastros dos servidores civis favorecidos com o ressarcimento de assistência à saúde encontram-se organizados em pastas individuais, atualizados, conferidos pelo Agente de Controle Interno e com todos os documentos previstos anexados? (item 4.1.3 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.12.** Vem sendo observada, para fins de ressarcimento de assistência à saúde, a qualidade de dependente do servidor? (item 3.1 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.13.** O ressarcimento de assistência à saúde dos dependentes dos servidores está sendo pago somente para aqueles que estão vinculados ao plano do servidor, ou seja, para aqueles em que o servidor é o titular do plano? (item 3.3 da ICA 161-3, de 2011)

**C.11.1.14.** As folhas de frequências dos servidores estão sendo entregues até o quinto dia útil do mês subsequente? (Art. 8º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995)

**C.11.1.15.** A folha de ponto, caso utilizada, vem sendo distribuída e recolhida diariamente pelo chefe imediato, depois de confirmados os registros de presença, horários de entrada e saída dos servidores públicos? (§ 1º, do Art. 6º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995)

**C.11.1.16.** O controle de assiduidade dos servidores públicos vem sendo realizado por meio de controle mecânico, eletrônico ou folha de ponto? (Art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995)

**C.11.1.17.** Os eventuais atrasos ou as saídas antecipadas dos servidores públicos estão sendo devidamente abonados pela chefia imediata? (Art. 7º do Decreto 1.590, de 10 de agosto de 1995)

**C.11.1.18.** Tem sido verificado se os titulares dos cargos de provimento efetivo do plano de carreiras de magistério do ensino básico federal, que fizeram opção de dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos, não exercem outra atividade remunerada, pública ou privada? (inciso III, do Art. 130, da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

**C.11.1.19.** Os servidores civis estão sendo submetidos, anualmente, aos exames médicos periódicos? (Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009 e Portaria normativa MPOG nº 4, de 15 de setembro de 2009)

**C.11.1.20.** A gratificação por trabalhos de raios-X ou substâncias radioativas e os adicionais de irradiação ionizante, estão sendo calculados sobre o vencimento do cargo efetivo dos servidores civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, com base nos percentuais corretos? (inciso III, do Art. 1º, do Decreto nº 81.384, de 22 de fevereiro de 1978)

**C.11.1.21.** Servidor, ocupante de cargo efetivo investido em função de chefia, está sendo retribuído pelo seu exercício? (Art. 62 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990)

**C.11.1.22.** O auxílio-alimentação dos servidores civis vem sendo concedido no valor correto, na proporção dos dias trabalhados e em pecúnia na folha de pagamento de pessoal? (Portaria MPOG nº 11, de 2016 e § 2º, do Art. 1º, do Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001)

### **Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.11.1.23.** O valor da GDPGPE (gratificação de desempenho do plano geral de cargos do poder executivo) recebida pelo servidor corresponde a multiplicação do somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto previsto em legislação? (§ 3º, do Art. 7º, da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

**C.11.1.24.** O valor da GDATEM (gratificação de desempenho de atividade técnico operacional em tecnologia militar) recebida pelo servidor corresponde a multiplicação do somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto previsto em legislação? (§ 13, do Art. 7º, da Lei nº 9.657, de 03 de junho de 1998)

**C.11.1.25.** A UG no exterior possui em seu quadro de pessoal, servidor público cuja apresentação na UG ocorrera há mais de 4 anos, contrariando o contido na legislação pertinente? (§ 1º, do Art. 95, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990)

**C.11.1.26.** A UG no exterior possui em seu quadro de pessoal, servidor público gozando licença para tratamento de saúde superior a quinze (15) dias sem a devida apresentação de perícia oficial, contrariando o contido na legislação pertinente? (Art. 202 e 203, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990)

**C.11.1.27.** Somente os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao PGPE estão recebendo a GEAAPGPE (gratificação específica de atividades auxiliares do plano geral de cargos do poder executivo)? (Art. 7º da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

**C.11.1.28.** Os valores da GEAAPGPE (gratificação específica de atividades auxiliares do plano geral de cargos do poder executivo) recebidos pelos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao PGPE correspondem ao previsto em legislação? (Parágrafo único, do Art. 7º, da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

**C.11.1.29.** O valor da GQ (gratificação de qualificação) recebido pelos servidores corresponde ao nível previsto na documentação comprobatória dos cursos ou requisitos mínimos previstos? (Art. 54 do Decreto nº 7.922, de 18 de fevereiro de 2013)

## **C.12. INATIVOS E PENSIONISTAS**

### **C.12.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.12.1.1.** Está sendo solicitada ao militar reformado com direito ao recebimento do auxílio-invalidez, por ocasião do comparecimento anual para a validação cadastral e da declaração de beneficiários, a apresentação de declaração que não exerce nenhuma atividade remunerada, pública ou privada? (Art. 1º da Lei 11.421, de 21 de dezembro de 2006; Art. 78 e 79 do Decreto 4.307, de 18 de julho de 2002 e Art. 3º da Portaria nº 976/GC6, de 23 de dezembro de 2002)

**C.12.1.2.** A concessão do auxílio-invalidez para militares reformados está sendo realizada mediante constatação de documento formal de junta militar de saúde? (Art. 1º Lei 11.421, de 21 de dezembro de 2006)

**C.12.1.3.** A UG tem promovido, pelo menos uma vez ao ano, a verificação da existência do beneficiário e a consequente legalidade do pagamento efetuado, nos casos dos militares da reserva remunerada, os reformados, os pensionistas de militares e os militares anistiados? (alíneas "a" e "b" do inciso XIII, do Art. 55, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo C – Finanças e Pessoal**

**C.12.1.4.** Os servidores aposentados e pensionistas que não realizaram a atualização dos dados cadastrais até a data limite, tiveram suspensão do benefício, após expedida correspondência convocando-os para se apresentar no prazo de trinta dias? (Art. 6º da Portaria MPOG nº 363, de 28 de novembro de 2016)

**C.12.1.5.** Vem sendo atualizado anualmente, no mês de aniversário do beneficiário, a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas da União, vinculados à Unidade Gestora e que recebam proventos de aposentadoria ou pensão à conta do tesouro nacional? (Art. 2º da nº 363, de 28 de novembro de 2016)

**C.13. AUXILIARES LOCAIS****C.13.1. PONTOS DE CONTROLE**

**C.13.1.1.** Os auxiliares locais apresentaram declaração de conhecimento e concordância das normas previstas? (Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997)

**C.13.1.2.** A contratação dos auxiliares locais está sendo realizada com base em processo seletivo? (inciso VIII, do Art. 9º, do Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997)





## **Anexo D – Bens Patrimoniais**

### **D.1. PONTOS BÁSICOS**

#### **D.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.1.1.1.** As entradas de material são contabilizadas no almoxarifado de intendência ou nos demais depósitos da Unidade Gestora? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.2.** Os lançamentos efetuados nas Contas Contábeis 7.9.9.9.2.01.01 - BENS DE ESTOQUE A RECEBER e 7.9.9.9.2.01.02 - BENS DE ESTOQUE ENVIADOS - são acompanhados e os saldos nelas escriturados são regularizados no prazo máximo de 45 dias, para as transferências do País, e de noventa dias para as transferências do Exterior, neste caso incluindo a Conta Contábil 1.1.5.8.1.05.00 - IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.3.** Os lançamentos efetuados nas Contas Contábeis 7.9.9.9.2.02.02 - BENS MÓVEIS ENVIADOS - e 7.9.9.9.2.02.01 - BENS MÓVEIS A RECEBER - são acompanhados e os saldos nelas escriturados são regularizados no prazo máximo de 45 dias, para as transferências do País, e de noventa dias para as transferências do Exterior, neste caso incluindo a Conta Contábil 1.2.3.1.1.07.02 - IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.4.** As baixas de estoque de bens de consumo de uso duradouro em razão de distribuição aos setores da UG são efetuadas com a emissão de documento hábil “PA” (lançamentos patrimoniais) utilizando-se o código de situação previsto, provocando assim um decréscimo patrimonial de bens de estoque (Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00 - MATERIAIS DE CONSUMO) e acréscimo patrimonial no grupo de bens móveis permanentes (Conta Contábil 1.2.3.1.1.99.10 - MATERIAL DE USO DURADOURO) do SIAFI e são informadas tempestivamente ao Setor de Registro? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.5.** No campo "observação" dos documentos hábeis "PA" de transferência de bens móveis de consumo emitidos pela UG de origem, constam o número do processo, o número e data do documento de transferência? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.6.** No campo "observação" dos documentos hábeis "PA" de transferência de bens móveis de consumo emitidos pela UG de destino, constam o número do processo, o número e data do documento de transferência e o número da “NS” de transferência emitida no SIAFI pela UG de origem? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.7.** No campo "observação" dos documentos hábeis "PA" de transferência de bens móveis permanentes emitidos pela UG de origem, constam o número do processo, o número e data do documento de transferência e a indicação se o material é novo ou usado? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.8.** No campo "observação" dos documentos hábeis "PA" de transferência de bens móveis permanentes emitidas pela UG de destino, constam o número do processo, o número e data do documento de transferência, o número da NS de transferência emitida pela UG de origem e a indicação se o material é novo ou usado? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.1.1.9.** Os extintores de incêndio e os cilindros de pressurização têm sido inspecionados mensalmente, com a verificação do aspecto externo, sendo afixado aos mesmos a etiqueta de inspeção devidamente preenchida? (item 4.2.6 e anexo B da NSCA 92-2, de 2005)

**D.1.1.10.** É realizada a manutenção de segundo nível por pessoal habilitado, com equipamento e local apropriados, dos extintores de incêndio com carga d água (bienalmente), dos extintores de incêndio com carga de espuma mecânica e de pó químico (trienalmente) e dos extintores de incêndio com carga de CO<sub>2</sub> e de agentes especiais (quinquenalmente)? (alíneas “a”, “b” e “c” do item 4.2.7.2 da NSCA 92-2, de 2005)

**D.1.1.11.** É realizada a manutenção de terceiro nível (ou vistoria), constando da revisão total e realização dos serviços de teste hidrostático dos extintores de incêndio e cilindros de dióxido de carbono - CO<sub>2</sub> (quinquenalmente) e dos cilindros de nitrogênio (decenalmente)? (alíneas “a” e “b” do item 4.2.7.3 da NSCA 92-2, de 2005)

**D.1.1.12.** Após as manutenções de 2º e 3º níveis, foram afixados no extintor o anel de identificação, o selo de identificação da certificação e o selo de garantia? (alíneas “a”, “b” e “c” do item 4.2.7.4.1 da NSCA 92-2, de 2005)

**D.1.1.13.** A UG realiza ações visando ao reaproveitamento, a movimentação e a alienação de bens móveis inservíveis? (Decreto nº 9.373, de 2018; Art. 168 do RCA 12-1, de 2017 – RADA; e item 7 da IN SEDAP nº 205)

**D.1.1.14.** Há consistência entre os valores constantes dos demonstrativos analítico e sintético com as posições das Contas Correntes da Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00 - MATERIAIS DE CONSUMO - do SIAFI? (inciso I do Art. 48 e Arts. 219, 220 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.15.** Há local apropriado para a estocagem de materiais ácidos, corrosivos, inflamáveis e químicos? (inciso XIII do Art. 48 e Art. 189 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e item 10.10 do MCA 67-1, de 2007)

**D.1.1.16.** Há registro que indique os prazos de validade dos bens em estoque? (inciso XIII do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.17.** No encerramento do exercício financeiro, os inventários analíticos dos bens de consumo em estoque foram elaborados por Conta Corrente referente à sua respectiva Conta Contábil do SIAFI? (Art. 102 do RCA 12-1, de 2017 -RADA)

**D.1.1.18.** O recebimento dos bens adquiridos no comércio ou oriundos de outras organizações vem sendo comunicado, tempestivamente, ao Agente de Controle Interno? (§ 6º do Art. 137 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.19.** Os setores de almoxarifado, em especial os que gerenciam estoque de materiais pertencentes ao SISMA, estão adotando o sistema de localização de itens em estoque em acordo com a legislação pertinente? (item 10.8 do MCA 67-1, de 2007, e itens 1.4.47; 3.3.2; 3.5.5 e 4.1.2.4.2 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.1.1.20.** O sistema informatizado de controle dos bens patrimoniais de consumo em estoque utilizado pelo setor corresponde ao sistema informatizado de controle patrimonial de bens

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

móveis em vigor no COMAER? (Art. 219 e Parágrafo único do Art. 223 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.21.** Os inventários e os demonstrativos mensais dos bens de consumo em estoque estão sendo elaborados por Conta Corrente do SIAFI e por setor de almoxarifado, demonstrando as posições do estoque no mês anterior, bem como as entradas, saídas e os saldos remanescentes no mês considerado? (Módulos 7 e 13 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.22.** Os bens móveis de consumo, quando iguais ou semelhantes, mas de valores diferentes, são reunidos, escriturados e inventariados pelo preço médio ponderado, por ocasião de sua inclusão? (Art. 226 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.23.** É acompanhado o controle dos instrumentos de medição existentes na OM, de modo que estejam sempre com a aferição válida realizada por órgão competente? (inciso XVII do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.24.** Os materiais são retirados do estoque por meio de documento formal de baixa (exemplo: guia de fornecimento de material), contendo: referência ao documento de solicitação, especificação do item, unidade, quantidade fornecida, preço unitário, valor total por item, valor total do documento e identificação e assinatura do Gestor de Material, do responsável pela quitação e do Agente de Controle Interno? (Módulos 7 e 13 do MCA 172-3 – Digital, inciso II do § 2º do Art. 47 e § 1º do Art. 100 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.25.** O recebimento de bens e serviços é formalizado por meio de: (a) nota de empenho, acompanhada obrigatoriamente de nota fiscal eletrônica (NFE) ou nota fiscal (1ª e 2ª vias ou em 2 vias) ou documento fiscal equivalente, onde conste, pelo menos, os dados mínimos de especificação do bem ou serviço, o valor e o destinatário, consoante disposto no empenho ou no procedimento licitatório; (b) termo de cessão provisória ou definitiva; (c) 1ª via da ordem de serviço, 1ª via da ordem de compra ou 1ª via do documento equivalente expedido pela administração; (d) guia de movimentação de material (1ª e 2ª vias); ou (e) portaria de fornecimento de material (1ª e 2ª vias) ou ordem de fornecimento? (Art. 119 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.26.** Os saldos dos bens patrimoniais de consumo em estoque, escriturados na conta contábil apropriada do SIAFI e em sistema informatizado de controle patrimonial de bens móveis do COMAER, representam com exatidão o existente no setor? (Arts. 219 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.27.** É adotada a sinalização de emergência das medidas de contra incêndio? (Itens 4.2.5.2 ao 4.2.5.6; 4.2.5.14; 4.3.10.5 ao 4.3.10.9; 4.4.1; 5.1.2; 5.3.1 ao 5.3.3; 6.7.3 e anexo C da NSCA 92-2, de 2005, e item 10.13 do MCA 67-1, de 2007)

**D.1.1.28.** São incluídos no caderno de prestação de contas mensal dos setores de almoxarifado da UG os seguintes documentos: (a) Os documentos comprobatórios da gestão do setor; (b) O(s) Mapa(s) de Movimentação de Materiais de Consumo do Setor de Almoxarifado (Anexo 7A do MCA 172-3 – Digital) devidamente assinado(s) pelo Gestor, Agente de Controle Interno e Ordenador de Despesas da UG e acompanhado da cópia dos documentos que fundamentem as entradas e saídas nele identificadas; (c) O demonstrativo consolidado de material de consumo por conta corrente (Anexo 7C do MCA 172-3 – Digital); (d) O Demonstrativo Sintético da Movimentação dos Bens de Estoque (Anexo 7D do MCA 172-3 – Digital); e CONRAZÃO -

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

opção 2 de cada conta contábil referente ao mês anterior e ao mês considerado? (Módulos 7 e 13 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.29.** Os agentes responsáveis pelo recebimento de materiais e serviços contratados verificam a compatibilidade entre o objeto contratado e o efetivamente recebido? (Arts. 122 a 127 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.30.** A UG, por não ser unidade provedora, apresenta saldo zerado na Conta Contábil 1.2.3.1.1.08.02 - ESTOQUE DE DISTRIBUIÇÃO (bens móveis permanentes)? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.31.** Os fios e as tomadas das instalações nas quais são estocados materiais são verificados, sendo mandada a substituição dos itens defeituosos? (alínea “n” do item 10.13.3 do MCA 67-1, de 2007)

**D.1.1.32.** A UG, por não ser unidade provedora, apresenta saldo zerado na Conta Contábil 1.1.5.8.1.02.01 - MATERIAL CONSUMO - ESTOQUE INTERNO PARA DISTRIBUIR? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.33.** As OM apoiadas cumpriram as atividades preconizadas na diretriz de implantação do respectivo Grupamento de Apoio? (item 5.3 do MCA 21-1, de 2015)

**D.1.1.34.** Os estoques de bens patrimoniais comuns estão consolidados no respectivo Grupamento de Apoio? (item 5.1.2.6 do MCA 21-1, de 2015)

**D.1.1.35.** As contas contábeis do SIAFI, inclusive as "sem movimento", estão sendo acompanhadas regularmente, estando as contas em ordem e em dia? (Arts. 46; 221 a 223 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.36.** Os bens patrimoniais, de qualquer natureza, adquiridos, transferidos ou recebidos pela UG, inclusive em doação ou permuta, estão escriturados nas contas contábeis e correntes apropriadas do SIAFI e do sistema informatizado de controle patrimonial de bens móveis do COMAER? (Art. 219; 220 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.37.** Foi realizado por comissão o inventário analítico dos bens patrimoniais (imóveis, móveis permanentes, incorpóreos ou intangíveis, incluindo-se os de informática, móveis de consumo de uso duradouro e de consumo em estoque), no final do exercício? (Art.s. 102; 112; 116 e 249 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.38.** Vem sendo utilizado o SILOMS, como sistema corporativo único, para o gerenciamento da execução orçamentária e patrimonial, assim como para a administração de bens em geral? (item 2.2.9 do MCA 21-1, de 2015)

**D.1.1.39.** Vem sendo observado os cuidados necessários para preservar os bens sob sua responsabilidade, inclusive observando os prazos de validade dos bens em estoque? (inciso XIII do Art. 48, do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.1.1.40.** Vem sendo adotada medidas preventivas para evitar a ocorrência de acidentes (CIPA)? (NR 5 – CIPA, de 2011, da SIT/MTE)

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.1.1.41.** O Rol dos Responsáveis das UG apoiadora e apoiada estão atualizados? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**D.1.1.42.** As permutas, empréstimos e doações de bens móveis patrimoniais correspondem às ações de gestão amparadas por legislações? (inciso XIII do Art. 48; Arts. 262 e 264 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2. MATERIAL DE INTENDÊNCIA****D.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.2.1.1.** O desempenho dos diversos fornecedores na entrega de bens ou serviços é informado ao setor de licitações ou equivalente, mensalmente ou quando necessário, para registro nas respectivas fichas cadastrais? (inciso XIV do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.2.** A estocagem de material está obedecendo às regras básicas de armazenagem, existindo estrados e prateleiras em quantidade suficiente? (Itens 1.2.17; 10; 10.2.1.2; 10.2.1.4; 10.5.5; 10.5.7; 10.5.8; 10.11; alínea "h" do item 2.2.5; alínea "a" do item 10.7 e alínea "f" do item 10.9.1 do MCA 67-1, de 2007)

**D.2.1.3.** As faltas ou defeitos constatados durante os exames são registrados nos respectivos termos ou nos documentos previstos para a quitação, pelo Agente ou Gestor ou comissão específica designada, conforme o caso, independentemente da apuração por meio de procedimento administrativo, para fins de regularização das inconsistências detectadas? (Art. 132 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.4.** No campo “observação” dos documentos hábeis de incorporações, o Gestor detalha o motivo da incorporação? No campo "observação" dos documentos hábeis de baixas, o Gestor cita a razão da baixa, o número do documento pertinente (exemplo: guia de fornecimento de material) e o número do processo? No campo "observação" dos documentos hábeis de transferências, o Gestor explicita o motivo da transferência, o número do documento pertinente (exemplo: guia de movimentação de material) e o número do processo? No campo “observação” das NS de recebimento de compras centralizadas emitidas pela UG de destino do material adquirido é preenchido o(s) nº(s) da(s) nota(s) fiscal(ais) recebida(s), respectivo(s) valor(es) e data(s) de emissão, bem como o nome da empresa fornecedora e a menção resumida do objeto, na situação de despesas ostensivas? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.5.** É cumprido o prazo de cinco dias úteis para o recebimento dos materiais e serviços que não dependam de exame qualitativo e de dez dias úteis para o recebimento dos materiais e serviços que dependam desse tipo de exame? (Arts. 124 e 126 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.6.** Os atos de inadimplência por parte dos fornecedores são comunicados de imediato ao Agente de Controle Interno, a fim de que o Ordenador de Despesas possa aplicar as penalidades administrativas aos licitantes e aos contratados, quando faltosos ou inadimplentes, na forma da legislação em vigor? (inciso XX do Art. 45 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.7.** A movimentação de bens de consumo e a liquidação da despesa é registrada de acordo com a legislação em vigor e com base na documentação apresentada, certificando-se de que o material foi recebido e o serviço prestado, efetuando os lançamentos necessários, a fim de manter a compatibilidade entre o estoque existente nos depósitos da UG e os valores escriturados no SIAFI? (inciso I do Art. 48; Arts. 219 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.2.1.8.** Vem sendo realizada a consolidação mensal dos diversos demonstrativos dos bens patrimoniais de consumo em estoque de todos os almoxarifados sob a responsabilidade de outros Gestores? (inciso IV do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e anexo 7B do Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.9.** É elaborado o Mapa de Movimentação de Material de Consumo do Setor de Almoxarifado por conta corrente do SIAFI e verificada a compatibilidade com as Contas Contábeis 1.1.5.6.1.01.00 - MATERIAIS DE CONSUMO, 1.1.5.8.1.02.01 - MATERIAIS DE CONSUMO ESTOQUE INTERNO PARA DISTRIBUIR, bem como outras contas contábeis destinadas à escrituração desses bens? (inciso I e IV do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e anexo 7A e Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.10.** Há acompanhamento e controle sobre os saldos dos empenhos emitidos e não liquidados, inclusive os referentes a restos a pagar, constantes das respectivas contas do SIAFI, como forma de antecipação a futuros problemas referentes ao não cumprimento das obrigações por parte do fornecedor, sendo o Ordenador de Despesas assessorado no sentido de assegurar a plena execução das contratações em curso? (incisos VIII e XIV do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.11.** As transferências patrimoniais entre UG são registradas corretamente no SIAFI? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.12.** O fardamento gratuito por conta do estado é distribuído somente aos militares possuidores desse direito? (item 2.1 da NSCA 168-3, de 2012)

**D.2.1.13.** Nas previsões de fardamento, constam: (a) registro do estoque existente, tendo por base a codificação do sistema de número brasileiro de estoque (NBE), considerando a última distribuição efetuada; (b) efetivo existente por posto ou graduação e especialidade; (c) previsão do efetivo anual a ser incorporado ou, na falta desta, a média aritmética das últimas três incorporações anuais; (d) efetivo anual a ser licenciado; (e) efetivo anual para efeito de renovação; (f) efetivo diário das equipes de serviço e total de militares que concorrem às escalas de serviço por posto ou graduação e especialidade; e (g) efetivo para efeito de desfile militar em solenidades? (item 4.1.1.2 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.14.** Na designação dos membros da comissão permanente de recebimento de material de intendência, foi excluído o Agente de Controle Interno? (Art. 42 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.15.** Foi designada formalmente, pelo Agente Diretor, uma comissão para exame e recebimento do material fornecido pela Subdiretoria de Abastecimento (SDAB)? (item 4.1.2.3.2 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.16.** No recebimento de material de intendência, a comissão declarou as divergências no módulo suprimento do SILOMS e lavrou o Termo de Exame e Recebimento, no qual relatou as quantidades recebidas? (Itens 4.1.2.3.5. da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.17.** Os uniformes, as peças complementares, a roupa branca e a roupa de cama são distribuídos conforme tabelas de distribuição gratuitas elaboradas pelo Órgão Central do Sistema de Provisões? (Anexos da NSCA 168-3, de 2012)

### **Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.2.1.18.** O setor de material de intendência, ou equivalente na OM Apoiadora, distribui o fardamento, mediante emissão do Termo de Responsabilidade e assinatura pelo militar que receber o fardamento? (item 4.1.3.5.6 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.19.** As Fichas Individuais de Fardamento possuem acesso obrigatório pelos militares, pelo Gestor de Material e pelo Agente de Controle Interno? (item 4.1.3.5.20 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.20.** A Ficha Individual de Fardamento, para os militares transferidos da unidade, são migradas automaticamente pelo SILOMS? (item 4.1.3.5.16 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.21.** É exigida a devolução das peças de fardamento dos militares excluídos ou licenciados, sendo emitidos os respectivos Termos de Responsabilidade? (item 4.1.3.5.16 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.22.** As peças recolhidas susceptíveis de utilização são, após lavadas e estocadas, relacionadas para posterior distribuição, se for o caso? (item 4.1.3.5.18 da NSCA 168-1, de 2012)

**D.2.1.23.** O fardamento é contabilizado na conta contábil apropriada do SIAFI e em sistema informatizado de controle patrimonial de bens móveis do COMAER? (Art. 219 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.2.1.24.** Na prestação de contas mensal, além dos documentos comprobatórios da gestão do setor, é incluído o Demonstrativo Consolidado de Material de Consumo por Setor de Almoxarifado? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.25.** A Unidade Gestora diligencia para que a inscrição e execução de despesas em restos a pagar estejam de acordo com a legislação em vigor? (Módulo 14 do MCA 172-3 – Digital e Título IV da Lei nº 4.320, de 1964)

**D.2.1.26.** As retenções tributárias estão sendo realizadas de acordo com a legislação vigente? (Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012; Módulo 6 do MCA 172-3 – Digital e Lei Complementar nº 116, de 2003, em conjunto com os códigos tributários municipais)

**D.2.1.27.** A UG, quando da liquidação das despesas com contratos, tem efetivado a correta contabilização nas contas de controle de contrato? (Módulo 6 do MCA 172-3 – Digital)

**D.2.1.28.** A OM responsável pelo despacho aduaneiro verificou as informações referentes ao amparo de pagamento recebidas no pré-alerta? (MCA 176-1, de 2012)

### **D.3. MATERIAL AERONÁUTICO**

#### **D.3.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.3.1.1.** O Gestor adota as medidas necessárias para solucionar as reclamações de garantia, ocorridas com o material aeronáutico adquirido ou revisado na área comercial ou por meio do programa *Foreign Military Sales – FMS*? (inciso VII do Art. 40, do RCA 12-1, de 2017 – RADA; e itens 7.7.3.6, 7.7.3.7 e 7.8 do MCA 67-1, de 2007)

### **Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.3.1.2.** O modelo de etiqueta utilizado para identificação de itens estocados é compatível com o previsto no Manual de Suprimento da Aeronáutica? (item 14.2 do MCA 67-1, de 2007)

**D.3.1.3.** Os procedimentos para a remessa de material ao exterior na área comercial estão em conformidade com o preconizado nas instruções do sistema de material da aeronáutica? (item 15.2 do MCA 67-1, de 2007)

**D.3.1.4.** Os procedimentos para solução de discrepâncias em aquisições de materiais ou contratações de serviços na área comercial estão em conformidade com o preconizado nas instruções do sistema de material da aeronáutica? (item 8.3 do MCA 67-1, de 2007)

**D.3.1.5.** São controlados os prazos de validade dos adesivos, dos filmes, dos itens de borracha, dos seladores, dos materiais recuperáveis (reparáveis ou trabalháveis) com tempo limite de estocagem e dos demais materiais sensíveis? (inciso XIII do Art. 48 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e item 10.10 do MCA 67-1, de 2007)

## **D.4. MATERIAL DE SUBSISTÊNCIA**

### **D.4.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.4.1.1.** Os reservatórios de água potável estão sendo limpos, desinfetados e desinfestados, semestralmente ou na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água - animais, sujeiras e enchentes (inciso VI do Art. 56 do Regulamento Segurança Alimentos Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015, e nº 8 da alínea “b” do item 13-7 da NSMA 145-1, de 1983)

**D.4.1.2.** Os reservatórios de água potável possuem capacidade suficiente para suportar possíveis interrupções no fornecimento de água por, no mínimo, três dias úteis de consumo? (item 12-23 da NSMA 145-1, de 1983)

**D.4.1.3.** São realizados os exames médicos (tais como, hemograma, coprocultura, coproparasitológico e outros) do pessoal que trabalha na manipulação de alimentos, a cada ano (podendo ser reduzida a periodicidade de acordo com a necessidade) ou a cada substituição de integrantes, estando os exames devidamente acompanhados das análises laboratoriais e outras análises (de acordo com avaliação médica e se julgadas necessárias), os quais visam a saúde do militar e a sua condição para estar apto para o trabalho de manipulação de alimentos? (Arts. 41 e 42 do Regulamento Segurança Alimentos Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015)

**D.4.1.4.** O Gestor de Subsistência, o Agente de Controle Interno e o Ordenador de Despesas realizam o acompanhamento diário das receitas e despesas com alimentação de pessoal, por meio do SISUB-WEB e do SIAFI? (item 4.1 da ICA 145-4, de 2008)

**D.4.1.5.** O relatório sintético de consumo de materiais gerado pelo SISUB-WEB é emitido diariamente e encaminhado para a conferência e assinatura do Agente de Controle Interno? (item 4.7 da ICA 145-4, de 2008)

**D.4.1.6.** Estão sendo realizadas coletas diárias de amostras dos alimentos preparados no rancho, para acondicionamento por até 72 horas, no caso de eventuais necessidades de se fazerem análises desses alimentos? (Arts. 36; 37 e 38 do Regulamento Segurança Alimentos Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015)



### **Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.4.1.7.** Os alimentos preparados nas dependências do rancho estão sendo submetidos às análises laboratoriais, com a finalidade de garantir a segurança alimentar do efetivo? (item 14.7 do FCA 145-10, de 2008)

**D.4.1.8.** Os manipuladores de alimentos estão adotando procedimentos de antisepsia frequente das mãos, especialmente antes de utilizar utensílios higienizados e de colocar luvas descartáveis? (Arts. 45 do Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015)

**D.4.1.9.** A Organização Militar cumpre os requisitos e observa as boas práticas de manejo de alimentos quanto aos materiais (resíduos, restos e sobras) oriundos da área de preparação e das demais áreas do serviço de alimentação? (Art. 40 e anexo do MD42-R-01, de 2015)

**D.4.1.10.** A UG detentora de setor de subsistência vem informando à SDAB, até o dia 20 do mês subsequente do fato gerador, as solicitações de ajustes e de requisição complementar visando a transferência de recursos? (Itens 4.1 e 4.3, da ICA 145-6, de 2016)

### **D.5. MATERIAL DE SAÚDE**

#### **D.5.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.5.1.1.** As instalações destinadas à estocagem de entorpecentes e psicotrópicos oferecem segurança contra roubos? (Art. 189 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.5.1.2.** As receitas específicas para os medicamentos controlados (psicotrópicos e entorpecentes) são emitidas e aviadas nos termos da legislação em vigor? (Art. 35; 36 e 55 da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, atualizada pela RDC nº 169, de 2017)

**D.5.1.3.** O processo de permutas de medicamentos e material de consumo de saúde está de acordo com a legislação? (Ordem Técnica nº 002 da DIRSA, de 2017)

### **D.6. MATERIAL BÉLICO**

#### **D.6.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.6.1.1.** A contrapartida da movimentação de material bélico, é contabilizada por meio de lançamentos no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), sendo igualmente registrada na conta corrente da conta contábil correspondente do SIAFI? (Portaria Reservada nº 22/DIRMAB, de 2004, e inciso I do Art. 48 e Art. 100 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

### **D.7. MATERIAL DE INFRAESTRUTURA**

#### **D.7.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.7.1.1.** As viaturas registradas na UG estão com o seguro obrigatório em dia? (Itens 2.4.3; 2.4.7; 2.4.10 e 2.4.13 da ICA 75-6, de 2011)

**D.7.1.2.** As viaturas militares pertencentes à Unidade Gestora foram identificadas com as respectivas marcações, de acordo com o previsto na legislação? (item 3.2 da ICA 75-6, de 2011)

### **Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.7.1.3.** O Relatório Anual de Veículos é emitido regularmente e contém todas as informações necessárias ao planejamento de alienação e de aquisição de veículos para o exercício seguinte? (item 9.2 e anexo E da ICA 75-6, de 2011)

**D.7.1.4.** Os postos de abastecimento da UG possuem licenciamento do órgão ambiental competente? (Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000, do CONAMA/MMA)

**D.7.1.5.** O Gestor responsável está realizando a vistoria dos para-raios anualmente, conforme previsto na legislação? (item 10.49 da MCA 135-2, de 2012)

## **D.8. PREFEITURA**

### **D.8.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.8.1.1.** A Prefeitura informa a desocupação do PNR à OM a que pertencer o permissionário, visando a publicação da mesma em boletim interno? (item 9.7.1 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.2.** A Prefeitura mantém atualizada, em local de fácil consulta, as relações dos inscritos para ocupação de PNR, por critérios, e as encaminha trimestralmente à autoridade à qual estiver subordinada, para fins de publicação em Boletim Interno ou no Boletim do Comando da Aeronáutica? (inciso VII do Art. 53 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e item 4.9 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.3.** As autorizações de utilizações de PNR, em caráter excepcional e precário, quando existentes, por prazo não superior a doze meses, limitam-se aos militares que não preenchem as condições de ocupação e quando (a) não houver demanda reprimida para a categoria do imóvel pleiteado e (b) houver o compromisso formal pelo militar beneficiado pela concessão, em caráter excepcional e precário, para desocupação do PNR em até sessenta dias, a partir da data de apresentação do Termo de Rescisão de Ocupação (TRO)? (item 5.13 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.4.** Foram elaboradas pelo administrador, normas complementares julgadas necessárias à administração do conjunto de PNR, as quais, submetidas à apreciação da Prefeitura, abordam, entre outros, (a) normas para as assembleias gerais; (b) utilização de instalações e de equipamentos de uso comum; (c) instalação de antenas e de outros equipamentos individuais; (d) coleta de lixo; (e) execução de serviços de conservação; (f) transporte de mobiliário e de itens de mudança; (g) tráfego de veículos nas áreas comuns; (h) regras para ocupação de vagas em garagens; (i) trânsito de pessoas nas áreas restritas; (j) trânsito de animais pelas áreas comuns; (k) plano de segurança; e (l) plano contra incêndio? (item 8.3 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.5.** O arquivo dos Termos de Permissão de Ocupação (TPO) dos imóveis encontra-se em ordem e em dia? (inciso IV do Art. 53; Arts. 221 e 222 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.8.1.6.** Os documentos de cada Próprio Nacional Residencial (PNR) estão arquivados sob forma de processo? (Art. 231 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e item 8.3 da ICA 10-1, de 2015 - ICAER)

**D.8.1.7.** Os documentos elaborados obedecem aos modelos prescritos na legislação? (Art. 223 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e anexos A até O da ICA 12-20, de 2015)

### **Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.8.1.8.** O conjunto de PNR tem um administrador designado pela Prefeitura e um ou mais adjuntos para auxiliá-lo em seus encargos? (item 8 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.9.** Antes da ocupação, é realizada vistoria no PNR obrigatoriamente por um representante da Prefeitura e com a participação do candidato, verificando seu estado de conservação e, se for o caso, os bens móveis que o guarnecem, sendo, após a vistoria, lavrado o Termo de Verificação de Imóvel (TVI) e confeccionados a Relação de Material Distribuído e o Termo de Permissão de Ocupação (TPO)? (Itens 5.6.1 e 5.6.2, e anexos B; C e D da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.10.** É elaborado o relatório anual sobre a situação dos imóveis e informado, imediatamente, ao Órgão Central do Sistema ou Órgão competente, qualquer alteração dos dados cadastrais dos imóveis sob a responsabilidade da UG? (inciso V do Art. 53 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.8.1.11.** Vem sendo emitido o comunicado de rescisão nos casos previstos e elaborado o Termo de Rescisão de Ocupação (TRO)? (item 9.2.2 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.12.** Os extratos dos Termos de Permissão de Ocupação (TPO) dos imóveis dos permissionários, bem como os das rescisões, são transcritos em boletim (inciso III, Art. 53 do RCA 12-1, de 2017, e item 5.8 da ICA 12-20, de 2015)

**D.8.1.13.** São verificados o estado e a utilização dos imóveis cedidos a outros órgãos, ao pessoal da Aeronáutica ou a terceiros? (inciso I do Art. 53 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.8.1.14.** São inspecionados periodicamente os imóveis sob sua responsabilidade, com o objetivo de verificar a existência de quaisquer alterações patrimoniais ou irregularidades? (inciso II do Art. 53 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

## **D.9. PRVF**

### **D.9.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.9.1.1.** Os Postos de Venda de Fardamento Reembolsável (Prvf) obedecem às disposições contidas na legislação pertinente? (NSCA 168-2, de 2008)

**D.9.1.2.** A comercialização de itens do PRVF, aos militares inativos, alfaiates e empresas, é realizada conforme preconiza o Órgão Central do Sistema de Fardamento Reembolsável? (item 3.2.1 da NSCA 168-2)

## **D.10. REGISTRO**

### **D.10.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.10.1.1.** A escrituração sintética dos bens patrimoniais da unidade mantém consistência com a escrituração analítica? (inciso XIII do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.2.** A exclusão dos bens patrimoniais intangíveis ou móveis permanentes é precedida de processo regular, iniciando-se por uma parte circunstanciada do respectivo Agente ou Gestor ou responsável direto pelo bem, acompanhada de uma relação onde constem, pelo menos, (a) a especificação detalhada do bem; (b) o tempo de duração previsto e data da inclusão no patrimônio; (c) a quantidade e unidade; (d) o valor unitário histórico e atualizado; (e) o motivo

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

do exame, fundamentado pelo requisitante; ou (f) outros esclarecimentos julgados necessários? (Arts. 142 e 152 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.3.** As relações de bens de consumo de uso duradouro por responsável são regularmente expedidas e submetidas à autenticação do Agente de Controle Interno? (incisos XI e XLIII do § 3º do Art. 47)

**D.10.1.4.** As transferências patrimoniais entre UG são registradas no SIAFI e em sistema informatizado de controle patrimonial de bens móveis do COMAER, pelos órgãos provedores ou remetentes, no prazo de até cinco dias úteis, contados da data da remessa do bem? (Art. 135 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.5.** As transferências internas de bens patrimoniais móveis permanentes só se concretizam após a autorização do Agente Diretor e são posteriormente publicadas em boletim interno? (inciso IV do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.6.** É comprovada, mensalmente, por ocasião da prestação de contas mensal da UG (PCM), a consistência dos valores constantes dos registros e inventários operados no sistema informatizado de controle patrimonial de bens do COMAER com os registrados no SIAFI, apurando as eventuais discrepâncias e propondo ações no sentido da regularização? (inciso XVI do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.7.** A comissão designada para exame de causas ou do material, depois dos exames e diligências realizadas, para o bem que não tiver completado o tempo mínimo de duração, ou que não tenha sido fixado, lavrou termo com pelo menos as seguintes informações, para decisão da autoridade competente: (a) o estado em que o bem se encontra, o dano sofrido e o seu valor; (b) a causa do dano; (c) a ocorrência, ou não, de caso fortuito ou motivo de força maior; (d) o grau de responsabilidade do detentor do bem; (e) outros responsáveis pelo estrago ou pela inutilização; e (f) a possibilidade de recuperação e, em caso negativo, se existe parte e ou matéria-prima aproveitável ou passível de alienação? (Art. 160 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.8.** As informações relativas ao patrimônio móvel permanente, de consumo de uso duradouro e intangível, incluindo os de informática, são registradas adequadamente, com especificação correta e detalhada, no sistema informatizado de controle patrimonial de bens do COMAER? (incisos VI e XII do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.9.** O cadastro de todos os detentores de bens patrimoniais móveis permanentes, de consumo de uso duradouro e intangíveis está atualizado? (inciso VIII do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.10.** A comprovação e os saldos contábeis de movimentação de entrada e saída dos bens móveis intangíveis são comprovados, mensalmente, por intermédio de demonstrativos sintéticos e, anualmente, através de inventários analíticos, mantidos em arquivo pelo tempo determinado na legislação vigente? (Art. 116 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**D.10.1.11.** A comprovação dos bens móveis permanentes é realizada mensalmente, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Módulo 13, que trata da “demonstração da execução contábil no SIAFI”? (Módulo 13 do MCA 172-3 – Digital)

**Continuação do Anexo D – Bens Patrimoniais**

**D.10.1.12.** É cumprido o prazo máximo de trinta dias entre o fato gerador da realização do exame do material ou de causas e a publicação das conclusões em boletim interno, podendo, a critério do Ordenador de Despesas, desde que fundamentado, ser prorrogado por até mais trinta dias? (Art. 166 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.13.** Anualmente, no mês de junho ou quando determinado, é realizada a conferência geral dos bens patrimoniais móveis permanentes, de consumo de uso duradouro e intangíveis? (inciso IX do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.14.** São publicados em boletim interno os eventos próprios do setor, inclusive os resultados apurados nos confrontos por ocasião das conferências, balanços e inventários com as propostas ao Agente Diretor e ao ACI das medidas para regularizar as eventuais discrepâncias encontradas? (inciso XIV do Art. 54 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.15.** Na ocorrência de baixa de estoque de materiais de uso duradouro por requisição e de consequente informação do setor de almoxarifado ao setor de registro, a respectiva relação de materiais de uso duradouro é atualizada com base nos dados constantes nessa informação, sendo posteriormente distribuída ao setor recebedor do material? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital)

**D.10.1.16.** Os procedimentos referentes ao reaproveitamento, à movimentação, à alienação e a outras formas de desfazimento de material estão em conformidade com a legislação pertinente? (Decreto nº 9.373, de 2018, e Seção II do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.17.** Vêm sendo realizadas permutas, empréstimos e doações de bens móveis de consumo de uso duradouro e de consumo? (inciso XIII do Art. 48 e Arts. 262 e 264 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.18.** A escrituração dos valores da depreciação dos bens móveis permanentes, Conta Contábil 1.2.3.1.1.XX.XX – BENS MÓVEIS EM USO, vem sendo realizada na Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – DEPRECIACÃO ACUMULADA – por meio de procedimento automático entre o SILOMS e o SIAFI? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital; NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, de 2008; NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 2017)

**D.10.1.19.** Existem processos de alienação em andamento de bens patrimoniais móveis inservíveis? (Arts. 168 e 169 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.10.1.20.** Os saldos da escrituração analítica (SILOMS) correspondem aos registros sintéticos lançados no SIAFI? (inciso XLIII do § 3º do Art. 47; inciso XVI do Art. 54; Arts. 219; 220 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**D.11. IMÓVEIS****D.11.1. PONTOS DE CONTROLE**

**D.11.1.1.** A cartografia da área, sob jurisdição da UG, encontra-se atualizada? (inciso III do Art. 52 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)



## **Anexo E – Pontos Comuns**

### **E.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **E.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**E.1.1.1.** Os Agentes da Administração e os seus respectivos setores constam da estrutura aprovada pelo Regimento Interno da Organização? (Art. 37 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.1.1.2.** O efetivo do setor foi, formalmente, designado, com publicação em boletim interno UG, para exercer as funções, atribuições e encargos específicos que lhes foram definidos pela administração? (inciso III, § 1º do Art. 44 e inciso X do Art. 45 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

### **E.2. NORMAS DE ESCRITURAÇÃO**

#### **E.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**E.2.1.1.** Os bens móveis permanentes e de consumo de uso duradouro estão corretamente identificados, a fim de facilitar sua conferência e localização? (Art. 167 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.2.** Existem legislações básicas e Normas Padrão de Ação (NPAs) disciplinando a sistemática de funcionamento do setor, bem como seu inter-relacionamento com demais subunidades Organização ou organizações apoiadas, se for o caso? (inciso X do Art. 40; incisos II e III do § 1º do Art. 44 e inciso IX do § 1º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.3.** As NPAs existentes no setor encontram-se atualizadas? (incisos II e III do § 1º do Art. 44 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.4.** A escrituração encontra-se em ordem e em dia? (Arts. 221 e 222 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.5.** Os erros, rasuras, emendas, omissões, espaços em branco ou retificações encontrados na escrituração estão sendo corrigidos seguindo as orientações pertinentes em legislação? (Arts. 236 e 239 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.6.** O nome completo do signatário e a indicação da respectiva função ou cargo, assim como a data, estão sendo apostos, de forma legível, em documentos e processos? (Art. 40 do Decreto nº 93.872, de 1986, e Art. 233 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.2.1.7.** Os saldos dos bens patrimoniais permanentes e de consumo de uso duradouro, escriturados nos documentos de controle, representam com exatidão o existente no setor? (Arts. 219 e 224 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

## **Continuação do Anexo E – Pontos Comuns**

### **E.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

#### **E.3.1. PONTOS DE CONTROLE**

**E.3.1.1.** O último Termo de Transmissão e Assunção de Cargo (TTAC) foi transcrito, na íntegra, em boletim interno e abrange todas as informações prescritas na legislação pertinente? (inciso VIII do § 2º do Art. 47 e § 2º do Art. 88 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.3.1.2.** Todas as atividades administrativas previstas nas legislações de implantação da concentração já foram transferidas para os Grupamentos de Apoio? (item 5.1.2 e seus subitens do MCA 21-1, de 2015)

**E.3.1.3.** Vem sendo observado pela UG a proibição de contribuições pecuniárias, a qualquer título, com recursos públicos em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal? (Decreto nº 99.509, de 1990)

**E.3.1.4.** Os documentos comprobatórios da gestão do setor vêm sendo apresentados por ocasião da prestação de contas mensal? (inciso IV do Art. 59 e inciso I do Art. 243 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.3.1.5.** Algum processo, documento ou informação deixou de ser entregue aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, quando solicitado? (Art. 26 da Lei nº 10.180, de 2001)

**E.3.1.6.** Os documentos estão arquivados sob a forma de processo, devidamente autuados, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, de modo a atender prontamente às necessidades do serviço e facilitar os exames, por parte dos Órgãos de Controle Externo e Interno? (§ 4º, Art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999; Portaria nº 1.243, de MD, de 2006; item 8.3 do ICA 10-1, de 2015 - ICAER, e incisos CXXXVIII e CXXXIX do Art. 3 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)

**E.3.1.7.** Os usuários cadastrados no SIASG são militares da ativa, da reserva (prestação de tarefa por tempo certo - PTTC) ou servidores públicos civis lotados no COMAER? (Módulo 19 do MCA 172-3 – Digital)

**E.3.1.8.** Foram estabelecidos controles internos administrativos, necessários e suficientes para o acompanhamento dos processos, de modo a propiciar uma garantia razoável do alcance dos objetivos organizacionais? (inciso IX do Art. 40 do RCA 12.1, de 2017 – RADA)

**E.3.1.9.** A Administração da UG respeita a precedência hierárquica e a qualificação exigidas quando da designação de agentes públicos para a ocupação de cargo de chefia ou em comissão e para o desempenho de encargo ou função? (caput c/c o § 1º do Art. 41, do RCA 12-1 – RADA).

**E.3.1.10.** A UG registra, no Mapa de Acompanhamento de Procedimentos Administrativos, os procedimentos instaurados que envolvam dano ao Erário e seu ressarcimento, atualizado de forma frequente, até o completo deslinde dos procedimentos de apuração, do ressarcimento total do débito ou da imputação do prejuízo à União, independentemente da movimentação de seu responsável, de sua vinculação à UG, de sua transferência para a inatividade ou de sua demissão? (item 4.2 da ICA 174-3, de 2015)



**Continuação do Anexo E – Pontos Comuns**

**E.3.1.11.** A UG acompanha a quitação das parcelas do ressarcimento ao Erário por intermédio do Demonstrativo Mensal de Ressarcimento ao Erário? (item 10.5 da ICA 174-3, de 2015)

**E.4. INSTALAÇÕES E QUALIFICAÇÃO****E.4.1. PONTOS DE CONTROLE**

**E.4.1.1.** As instalações e o material operativo destinados ao funcionamento do setor, permitem o adequado desempenho de suas atividades? (inciso I do § 2º do Art. 47 do RCA 12-1, de 2017 – RADA, e demais orientações do Manual de Suprimento, MCA 67-1, de 2007)

**E.4.1.2.** O setor possui recursos humanos habilitados e em número suficiente para o desempenho de suas atribuições? (§ 1º do Art. 14; § 3º do Art. 41 e Art. 43 do RCA 12-1, de 2017 – RADA)



**Anexo F – Obras e Serviços de Engenharia****F.1. PLANEJAMENTO****F.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**F.1.1.1.** A obra atende ao interesse público (finalidade)? (inciso II do Art. 12 da Lei 8.666, de 1993)

**F.1.1.2.** Existe previsão da obra no PPA? Existe previsão da obra na LOA? (Art. 167 da Constituição Federal, de 1988; § 5º do Art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000)

**F.1.1.3.** Quando a ação que se amplia por meio da obra gerar aumento de despesa (ou seja, quando não prevista inicialmente na Lei Orçamentária), anexar ao processo a estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício e nos dois subsequentes. (inciso I do § 1º do Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000)

**F.1.1.4.** Quando a ação que se amplia por meio da obra gerar aumento de despesa (ou seja, quando não prevista inicialmente na Lei orçamentária), anexar declaração do ordenador de que o projeto tem adequação orçamentária, tem previsão de recursos financeiros para o pagamento e tem a adequação com a LDO e PPA. (inciso II do Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000)

**F.1.1.5.** O terreno pertence ao órgão e há a comprovação da posse e propriedade? (Art. 108 e Art. 1.253 a 1.259 da Lei nº 10.406, de 2002)

**F.1.1.6.** A aquisição do terreno seguiu o princípio da impessoalidade (não beneficiou parentes, amigos, etc.)? (caput do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988);

**F.1.1.7.** As características do terreno escolhido (localização, topografia, Lei do uso do solo etc.) são adequadas ao empreendimento? (incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993);

**F.1.1.8.** Existem estudos de infraestrutura, dos custos da construção e operacional e a sua adequação à realidade do órgão? (inciso IX do Art. 6º e incisos I, III, e VI do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; Art.2º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA; Art. 3º do Decreto nº 7.983, de 2013)

**F.1.1.9.** Há compatibilidade entre o resultado dos estudos e a disponibilidade orçamentária e financeira? (inciso IX do Art. 6º, inciso III do § 2º do Art. 7º e caput do Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.1.1.10.** Os prazos de planejamento da obra são razoáveis? (Caput do Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.1.1.11.** Foi realizado pré-orçamento da obra como ferramenta de planejamento? (Art. 8º e incisos III e VI do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993)

### **Continuação do Anexo F – Obras e Serviços de Engenharia**

**F.1.1.12.** Foi realizado no órgão ambiental consulta prévia de impacto ambiental do empreendimento? (inciso VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.1.1.13.** Foi observado se a previsão de recursos orçamentários assegura o pagamento das etapas a serem realizadas no exercício financeiro em curso? (item III § 2º do Art. 7 da Lei nº 8.666, de 1993)

## **F.2. PROJETO**

### **F.2.1. PONTOS DE CONTROLE**

**F.2.1.1.** Os projetos elaborados obedeceram às normas técnicas? (inciso VI do Art. 12, da Lei 8.666, de 1993)

**F.2.1.2.** A sondagem representou com fidelidade o perfil do terreno? (inciso VI do Art. 12, da Lei nº 8.666, de 1993; NBR nº 6484, de 2001, da ABNT)

**F.2.1.3.** Houve recolhimento das ARTs dos projetos? Foi verificado se elas correspondem à obra em questão? (Art. 1º e Art.2º da Lei nº 6.496, de 1977; Art. 7º, da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

**F.2.1.4.** Houve aprovação por órgão competente da avaliação do impacto ambiental? (inciso VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; e Art 3º da Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986, do CONAMA/MMA)

**F.2.1.5.** Houve aprovação pela prefeitura do projeto arquitetônico? (inciso 30 incisos VIII da Constituição Federal, de 1988)

**F.2.1.6.** Houve aprovação, se for o caso, do projeto de instalações elétricas e incêndio pelas concessionárias, bombeiros e vigilância sanitária? (inciso IX do Art. 6º e inciso VI do Art. 12, da Lei nº 8.666, de 1993; e § 3º e § 4º do inciso II, do Art. 2º, da Lei 13.425, de 2017)

**F.2.1.7.** O projeto é compatível com as características do empreendimento? (alínea h do Art. 3º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

**F.2.1.8.** Os materiais são compatíveis com as características da obra (finalidade)? (alínea c do inciso IX do Art. 6º e inciso IV do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; alínea e do Art. 3º, da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

**F.2.1.9.** Os preços das planilhas orçamentárias são compatíveis com o mercado ou com referência de custos (SINAPI, SICRO, etc.)? (Art. 3º e 4º do Decreto nº 7.983, de 2013)

**F.2.1.10.** Os quantitativos das planilhas estão de acordo com os projetos? (alínea f do inciso IX do Art. 6º e § 4º do Art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.2.1.11.** A elaboração do cronograma é compatível com a característica da obra (prazos previstos, época, etc.)? (Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.2.1.12.** Caso necessário, foi realizada a licitação para contratação do projeto básico? (Art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993)

**Continuação do Anexo F – Obras e Serviços de Engenharia**

**F.2.1.13.** Foi desenvolvido o projeto básico conforme as diretrizes definidas nos estudos preliminares? (alíneas a a f do inciso IX, do Art. 6º, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 2º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

**F.2.1.14.** Foi atentado se o projeto estava sujeito ao EIA-RIMA, e sendo o caso, foi providenciado a realização do mesmo? (Art. 225 da Constituição Federal, de 1988; Art. 2º da Resolução nº 1, de 1986, e Art. 3º da Resolução nº 237, de 1997, ambas do CONAMA/MMA)

**F.2.1.15.** Foi observado se o projeto estava sujeito ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), e sendo o caso, foi providenciado a realização do mesmo? (Art. 36 ao Art. 38 da Lei nº 10.257, de 2001)

**F.2.1.16.** Foi evitado a concentração de preços nas fases iniciais do cronograma físico-financeiro? (alínea b do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666, de 1993)

**F.2.1.17.** Quando cabível, foi destacado em separado no orçamento, valores a título de instalação e mobilização? (inciso XIII do Art.40, da Lei 8.666, de 1993)

**F.2.1.18.** Nas alterações contratuais a Administração observou a manutenção da equação econômico-financeira? (Art. 14 do Decreto nº 7.983, de 2013)



**Anexo G – Auditoria de Contas****G.1. AVALIAÇÃO****G.1.1. PONTOS DE CONTROLE**

**G.1.1.1.** O Relatório de Gestão da UPC e seus anexos encontram-se em conformidade com as orientações do TCU?

**G.1.1.2.** A UPC relatou os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA, dos objetivos estabelecidos no plano estratégico, da execução física e financeira das ações da LOA vinculadas a programas temáticos, e identificou as causas de insucessos no desempenho da gestão?

**G.1.1.3.** É possível avaliar os indicadores instituídos pela UPC para aferir o desempenho da sua gestão, pelo menos, quanto à: a) capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UPC pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão; b) capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo; c) confiabilidade das fontes dos dados; d) facilidade de obtenção dos dados; e) razoabilidade dos custos?

**G.1.1.4.** Qual a avaliação da gestão de pessoas quanto à: a) adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições; b) observância da legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadorias, reformas e pensões; c) consistência dos controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas; d) tempestividade e qualidade dos registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios; e) qualidade do controle da UPC para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos; f) ações e iniciativas da UPC para a substituição de terceirizados irregulares?

**G.1.1.5.** Qual a avaliação da gestão das transferências concedidas mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, quanto à: a) a atuação da UPC para: i. garantir que, na fase de concessão, os instrumentos reúnam requisitos afins com os objetivos da ação governamental; ii. fiscalizar a execução do objeto da avença, inclusive quanto à utilização de verificações físicas e presenciais; iii. analisar a prestação de contas dos convenientes ou contratados. b) a suficiência das estruturas de pessoal e tecnológica para a gestão das transferências; c) a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela UPC relacionados à gestão das transferências?

**G.1.1.6.** Qual avaliação da gestão de compras e contratações, especialmente no que diz respeito à: a) regularidade dos processos licitatórios e das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação; b) utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras; c) qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações?

**G.1.1.7.** Qual a avaliação de passivos assumidos pela UPC sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos, no mínimo, quanto à correção do cálculo do valor provisionado; às causas da assunção desses passivos; à capacidade de gerência dos responsáveis pela UPC sobre

**Continuação do Anexo G – Auditoria de Contas**

tais causas; aos esforços da UPC para minimizar ou evitar a ocorrência de passivos nessas condições?

**G.1.1.8.** Qual a avaliação sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UPC?

**G.1.1.9.** Qual avaliação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UPC, no mínimo, quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos para a referida gestão?

**G.1.1.10.** Qual a avaliação da gestão da UPC sobre as renúncias de receitas praticadas, especialmente sobre: a) estrutura de controles internos administrativos instituída pela UPC para o gerenciamento das renúncias e verificação dos reflexos esperados nas políticas públicas; b) avaliação da estrutura da UPC para tratamento das prestações de contas de renúncias de receitas?

**G.1.1.11.** Qual a avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela UPC com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos da unidade: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento?

**G.1.1.12.** Qual a confiabilidade e efetividade dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros?

**G.1.1.13.** Qual a abrangência, suficiência e resultados, das medidas adotadas pela unidade auditada relacionadas ao Acórdão nº 1212/2014 – TCU – Plenário, que trata dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal?

**G.1.1.14.** Qual a avaliação da política de acessibilidade da unidade auditada, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei nº 10.098, de 2000, do Decreto 5.296, de 2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis?

**G.1.1.15.** Qual a avaliação da observância, pela unidade prestadora da conta, da ordem cronológica dos pagamentos estabelecida pelo Art. 5º da Lei 8.666, de 1993?